

U. PORTO

incipit¹

WORKSHOP DE ESTUDOS MEDIEVAIS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO
2009-10

GIHM

GRUPO INFORMAL DE
HISTÓRIA MEDIEVAL



U. PORTO

think medieval

COORDENAÇÃO DE
FLÁVIO MIRANDA E JOANA SEQUEIRA

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA DIGITAL, 2012

Grupo Informal de História Medieval
CITCEM, Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

Incipit 1
Workshop de Estudos Medievais da Universidade
do Porto, 2009–10

COORDENADORES

Flávio Miranda
CITCEM, Universidade do Porto

Joana Sequeira
CITCEM, Universidade do Porto

Porto, 2012
Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital
ISBN: 978-972-8932-94-7

Apoio:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

 **CITCEM**
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

U. PORTO

Ficha técnica

Título: Incipit 1. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2009–10

Coordenadores: Flávio Miranda, Joana Sequeira

Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2012

ISBN: 978-972-8932-94-7

Capa: Flávio Miranda

Grupo Informal de História Medieval

CITCEM, Universidade do Porto, Faculdade de Letras

Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

SUMÁRIO

Lista de autores.....	vii
<i>Incipit</i>	ix
Filipa Lopes O Domínio Fundiário do Mosteiro de Paço de Sousa nos séculos XI e XII. Apresentação de um Projecto de Dissertação de Mestrado em História Medieval.....	1
Giulia Rossi Vairo <i>Pro Salute Animae</i> : a peregrinação do rei D. Dinis a Compostela.....	9
João Costa Palmela nos finais da Idade Média. Estudo do códice da Visitação e Tombo de propriedades da Ordem de Santiago de 1510. Apresentação do projecto de Mestrado.....	23
Thiago Borges Da sacralidade à centralidade: breve análise comparatista acerca das representações cartográficas da cidade de Jerusalém nos mapas-múndi medievais do século XIII.....	31
Helena Regina Lopes Teixeira Elites Sociopolíticas na Urbanização do Porto no Final da Idade Média.....	45
Maria Amélia Álvaro de Campos Estudar uma Colegiada Urbana Medieval no contexto de um projecto de doutoramento.....	57
Marta Dias A Liturgia dos Defuntos na Arte Funerária Medieval.....	65
Rita Nóvoa As atitudes face à doença no Portugal dos séculos XIV e XV: a lepra, os leprosos e as leprosarias.....	77
Gonçalo Graça Portugueses na Biscaia nos finais da Idade Média.....	89
Helena Pizarro A Rua Nova na cidade do Porto entre os séculos XV e XVI: urbanismo, construção e sociedade.....	99

LISTA DE AUTORES

Thiago Borges

Universidade de Lisboa

Maria Amélia Álvaro de Campos

Universidade de Coimbra

João Costa

CEH, Universidade Nova de Lisboa

Marta Dias

CITCEM, Universidade do Porto

Gonçalo Graça

Universidade da Cantábria

Filipa Lopes

CITCEM, Universidade do Porto

Rita Nóvoa

IEM, Universidade Nova de Lisboa

Helena Pizarro

Universidade do Porto

Helena Teixeira

CITCEM, Universidade do Porto

Giulia Rossi Vairo

IHA, Universidade Nova de Lisboa

INCIPIIT

Mais de dois anos depois da realização do primeiro Workshop de Estudos Medievais (WEM), é finalmente publicado o volume inaugural que reúne os textos apresentados e discutidos pelos oradores das edições de 2009 e 2010. Organizado pelo Grupo Informal de História Medieval da Universidade do Porto, com a colaboração do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), e do Curso de Mestrado em História Medieval e do Renascimento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o WEM é um fórum anual de discussão científica destinado a mestrandos e doutorandos em Estudos Medievais.

Este volume não é temático. Nas primeiras duas edições do WEM foram debatidas questões relacionadas com as ordens militares, história urbana, arte funerária, cartografia histórica, e questões sobre os portugueses como estrangeiros, domínios fundiários de mosteiros, colegiadas urbanas e a lepra em Portugal na Idade Média. Os leitores encontrarão aqui um conjunto de trabalhos em estado embrionário: são ideias de um projeto, hipóteses de investigação e resultados preliminares de estudos de história, história da arte e cartografia histórica. Para alguns dos autores, esta é mesmo a sua primeira publicação científica. Daí que *Incipit* seja o título adequado para este volume – por representar um começo e poder ser o princípio de uma carreira de investigação.

Este volume é o produto do trabalho dos mestrandos e doutorandos que participaram no WEM, cujos textos foram apreciados numa primeira fase por professores de várias universidades portuguesas, para estes que os pudessem melhorar e desenvolver. O nosso primeiro obrigado é endereçado aos autores e a todos os professores que contribuíram com a sua experiência e conhecimento nas sessões do WEM. Os editores querem ainda agradecer a todos os membros do Grupo Informal de História Medieval, ao Professor Luís Miguel Duarte e à Professora Cristina Cunha (então diretora do curso de mestrado de História Medieval e do Renascimento); ao Professor Gaspar Martins Pereira, pelo apoio do CITCEM a esta iniciativa, e à Dr.^a Paula Montes Leal, pelo excelente trabalho na organização. Gostaríamos ainda de agradecer o apoio financeiro concedido pela Reitoria da Universidade do Porto e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia para a organização do WEM e publicação deste volume.

Porto, novembro de 2011
Flávio Miranda
Joana Sequeira

O Domínio Fundiário do Mosteiro de Paço de Sousa nos séculos XI e XII Apresentação de um Projecto de Dissertação de Mestrado em História Medieval

Filipa da Silva Lopes¹
CITCEM, Universidade do Porto

Resumo

A implantação do mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa começou nos finais do século X na região delimitada pelos rios Sousa e Tâmega. Em 1200, já possuía um conjunto patrimonial relativamente coeso nos actuais concelhos de Penafiel, Paredes e Castelo de Paiva, assim como algumas possessões, mais ou menos concentradas, em regiões mais longínquas. A sua importância está patente no apoio que recebeu da nobreza local e no papel que desempenhou na fixação da população e na organização territorial daquele espaço. Neste artigo apresentamos o nosso projecto de mestrado, cujo principal objectivo é a reconstituição do domínio fundiário deste cenóbio, assim como a identificação dos actores e a interpretação dos mecanismos responsáveis pela sua organização e crescimento.

Abstract

The monastery of St. Salvador of Paço de Sousa began its establishment in the late tenth century in the area between Sousa and Tâmega rivers. In 1200 it already had a relatively cohesive amount of properties in Penafiel, Paredes and Castelo de Paiva, as well as some other possessions, more or less concentrated, in more distant regions. Its importance is reflected in the support received from the local nobility and in the role that this ecclesiastic institution played in the population settlement and the territorial organization. In this article I present the project of my masters' investigation whose main goal is the reconstitution of this monastic domain, as well as the identification of the actors and the interpretation of the mechanisms responsible for its organization and growth.

OBJECTO DE ESTUDO, FONTES E METODOLOGIA

Foi na região delimitada pelos rios Sousa e Tâmega que se iniciou a implantação do domínio do mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa, fundado por volta de 956 pelo aristocrata Trutesendo Galindes.² Tal como outras fundações religiosas dos séculos X-XII, também esta mereceu o apoio da nobreza local e desempenhou um papel importante na fixação da população e na organização territorial daquele espaço, num momento em que se ensaiava a estruturação eclesiástica e a construção de uma sociedade feudal no Norte hispano-cristão. É nesta sequência que tentaremos, na nossa dissertação de mestrado, reconstituir o domínio deste cenóbio e interpretar as dinâmicas responsáveis pela sua formação, organização e crescimento.

O tema que nos ocupa não constitui propriamente uma novidade no panorama historiográfico português: o estudo dos patrimónios que sustentavam a vida religiosa de diferentes instituições monásticas medievais já tem uma longa tradição, iniciada com os primeiros trabalhos de José Mattoso³ e prosseguida pelos de Maria Helena da

¹ Queremos deixar uma palavra de agradecimento ao nosso orientador, o Prof. Doutor Luís Carlos Amaral, à Prof.^a Doutora Maria Helena da Cruz Coelho e ao Dr. Abílio Santos pelos seus comentários e sugestões.

² José Mattoso, *O Monaquismo Ibérico e Cluny* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002), 25, *monasticon portucaleense*, ponto 3.

³ As suas teses de licenciatura (1962), sobre o mosteiro de Pendorada, e de doutoramento (1968), sobre o monaquismo beneditino, contêm, entre outras, referências significativas aos patrimónios das respectivas abadias. Veja-se as recentes

Cruz Coelho⁴ e Iria Gonçalves⁵. A partir dos anos 80 do século XX, surgiram diversas monografias de senhorios eclesiásticos apoiadas em importantes publicações de fontes, assim como alguns estudos regionais, que impulsionaram significativamente a nossa história rural. Desde então até aos dias de hoje, várias teses de mestrado e doutoramento se têm dedicado ao estudo da estrutura do património, da gestão agrária e da exploração rentista de diversos mosteiros, de algumas colegiadas e Sés e de um número muito reduzido de senhorios laicos; estudos que, na sua maioria, se dedicam ao período tardo-medieval em detrimento de cronologias anteriores ao século XIII.⁶

O próprio mosteiro de Paço de Sousa, a par de outras abadias beneditinas da diocese do Porto, já foi estudado por José Mattoso para o período entre os anos 1000 e 1200.⁷ Apesar de ter feito uma breve abordagem do património da instituição, os objetivos que motivaram a sua investigação são diferentes dos nossos, uma vez que aquele historiador pretendeu avaliar as repercussões da transição do monaquismo ibérico para o monaquismo cluniacense nos diversos domínios da vida das comunidades monásticas da diocese.⁸

No entanto, podemos afirmar que ainda muito está por fazer, tendo em consideração as novas problemáticas que as historiografias anglo-saxónica, norte-americana, alemã, francesa, espanhola e italiana têm vindo a levantar, nomeadamente no que diz respeito à posse e à transmissão da propriedade, ao acto de doar e às relações existentes entre a aristocracia e as instituições monásticas. Destaquem-se alguns destes trabalhos: os de Constance Bouchard, Stephen D. White e Barbara H. Rosenwein, que contribuíram para a interpretação do significado simbólico da doação no contexto das transacções efectuadas entre a aristocracia e os mosteiros nos séculos X a XII;⁹ os de Patrick J. Geary, que exploram a motivação das doações e a relacionam com a construção da memória familiar, institucional e política;¹⁰ os de Wendy Davies, particularmente um dos seus últimos trabalhos, onde analisa o acto de doar na Hispânia Cristã do século X;¹¹ e, por fim, refira-se o conjunto de artigos do volume *Sauver son âme et se perpétuer: transmission du patrimoine et mémoire au haut Moyen Âge*, no qual se reflecte sobre a transmissão do património e da memória na documentação ligada à prática testamentária ou para-testamentária da região da França Ocidental, da Itália Meridional, da

traduções editadas pelo Círculo de Leitores: José Mattoso, *A Abadia de Pendurada das Origens a 1160* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002); José Mattoso, *O Monaquismo Ibérico e Cluny* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002).

⁴ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Mosteiro de Arouca do Século X ao Século XIII* (Arouca: Câmara Municipal de Arouca, Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988). Esta tese de mestrado teve a sua 1.ª edição em 1977.

⁵ Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaca nos séculos XIV e XV* (Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1999). A 1.ª edição é de 1989.

⁶ A este propósito veja-se: Armando Luís de Carvalho Homem et al., “Por onde vem o medievalismo em Portugal,” *Revista de História Económica e Social* 22 (1988): 122-127; Maria Helena da Cruz Coelho, “Balanço sobre a história rural produzida em Portugal nas últimas décadas,” in *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho (Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000), 27-34; Armando Luís de Carvalho Homem, “O medievalismo em Liberdade,” *Signum. Revista da Associação Brasileira de Estudos Medievais* 3 (2001): 186-188; Hermínia Vasconcelos Vilar, “História da Igreja em Portugal: um percurso possível pelas provas académicas (1995-2000),” *Lusitania Sacra, A Historiografia Religiosa Hoje: Temas e Problemas* 2.ª série, tomo XIII-XIV (2001-2002): 572-576; Maria Helena da Cruz Coelho, “Historiographie et état actuel de la recherche sur le Portugal au Moyen Age,” *Memini. Travaux et documents* 9-10 (2005-2006): 15-16, 22-23, 32-36, 47-54; Maria Helena da Cruz Coelho, “O que se vem investigando em História da Igreja em Portugal em tempos medievais,” *Medievalismo* 16 (2006): 207-216, <http://revistas.um.es/medievalismo/article/view/50991/49121> (consultado a 24-5-2010); Hermínia Vasconcelos Vilar, “Estruturas e protagonistas religiosos na historiografia medieval portuguesa,” *Lusitania Sacra, Da História Eclesiástica à História Religiosa* 2.ª série, tomo XXI (2009): 130-139.

⁷ Veja-se a já citada tese de doutoramento: José Mattoso, *O Monaquismo Ibérico e Cluny* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002).

⁸ *Ibid.*, 9.

⁹ Constance Bouchard, *Sword, Miter and Cloister. Nobility and the Church in Burgundy, 980-1198* (Londres: Ithaca, 1987); Stephen D. White, *Customs, Kinship and Gifts to Saints. The “Laudatio Parentum” in Western France (1050-1150)* (Londres: Chapel Hill, 1988); Barbara H. Rosenwein, *To be the Neighbor of Saint Peter. The Social Meaning of Cluny’s Property, 909-1049* (Londres: Ithaca, 1989).

¹⁰ Patrick J. Geary, *Phantoms of Remembrance: Memory and Oblivion at the End of the First Millennium*. (Princeton: Princeton University Press, 1994). Cf. também Patrick J. Geary, “Land, Language and Memory in Europe 700-1100,” *Transactions of the Royal Historical Society* 6.ª série, vol. 9 (1999): 169-184.

¹¹ Wendy Davies, *Acts of Giving: Individual, Community, and Church in Tenth-Century Christian Spain* (Oxford: Oxford University Press, 2007).

Alemanha e da Hispânia Cristã.¹²

Deste modo, o nosso objectivo é enriquecer uma análise já clássica dos senhores eclesiásticos, que encontramos em outras monografias sobre o tema, com estas novas problemáticas. Sabemos que as instituições eclesiásticas congêneres e contemporâneas de Paço de Sousa que se encontram estudadas viram o seu património crescer graças às doações recebidas.¹³ Neste contexto, é necessário: identificar e “classificar” quem contribuiu para a formação desse domínio e por que razão o faz; compreender qual o significado social das transacções efectuadas com o mosteiro e qual o papel que o registo da transmissão da propriedade desempenha na preservação da memória dos seus benfeitores, em particular dos seus patronos. Vemos que a família patronal representa uma percentagem significativa dos doadores de algumas destas casas religiosas.¹⁴ Nesta sequência, como se justifica a exclusão dos seus descendentes de uma parte do seu património? A transmissão da sua memória explicará esse desvio do património que se transforma em bens de mão-morta? Que terá acontecido no caso do mosteiro de Paço de Sousa?

Para responder às nossas questões, procurámos reunir um *corpus* documental coerente, centrando a nossa análise nos séculos XI e XII.¹⁵ A nossa principal fonte é o *Liber Testamentorum* de Paço de Sousa, constituído por 157 diplomas com datas compreendidas entre 938 e 1222.¹⁶ Este cartulário, cuja composição se terá iniciado em finais do século XII, talvez entre 1177 e os primeiros anos da centúria de Duzentos,¹⁷ não reúne a totalidade dos títulos de propriedade da instituição, tendo resultado de uma selecção e organização já tardia dos seus diplomas; e, por esta razão, se assume como “um testemunho e instrumento de poder”, aquilo que as forças operantes determinaram que deveria ser perpetuado.¹⁸ Sendo essencialmente constituído por fontes de carácter jurídico que, acima de tudo, veiculam uma realidade patrimonial, ele consigna e valida as transacções de bens. Porém, a sua objectividade é apenas aparente, esta en-

¹² François Bougard et al., dir., *Sauver son âme et se perpétuer: transmission du patrimoine et mémoire au haut Moyen Âge* (Roma: École Française de Rome, 2005), <http://digital.casalini.it/2728307377> (consultado a 19-3-2010). Este volume conta com a participação dos seguintes autores: Régine Le Jan, Josiane Barbier, Swen Holger Brunsch, Stefano Gasparri, Luigi Provero, Vito Loré, Brigitte Kasten, Hans Werner Goetz, Geneviève Bühler-Thierry, Laurent Feller, Philippe Depreux, Eliana Magnani, Wendy Davies, Flavia De Rubeis, Cristina La Rocca, Emmanuelle Santinelli e François Bougard.

¹³ Para os mosteiros de Pendorada, Pedroso e Leça, veja-se os gráficos apresentados em José Mattoso, *O Monaquismo Ibérico e Cluny* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002), 275-278. Para o caso de S. Salvador de Grijó, cf. Robert Durand, “Introduction,” in *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI^e-XIII^e Siècles)*, introdução e notas de Robert Durand (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971), 279, gráfico do ap. n.º 1; para S. Pedro de Arouca, cf. Maria Helena da Cruz Coelho, *O Mosteiro de Arouca do Século X ao Século XIII* (Arouca: Câmara Municipal de Arouca, Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988), 99; para S. Simão da Junqueira, cf. gráfico em Sérgio Lira, *O Mosteiro de S. Simão da Junqueira*, vol. 1 (Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde, 2001), 159; para o Mosteiro e Colegiada de Guimarães, cf. Cláudia Maria Novais Toriz da Silva Ramos, “O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250),” vol. 1 (Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991), 111-124. Além destes casos, veja-se também o papel exercido pelas doações no crescimento do domínio da Sé bracarense até 1137 nos gráficos apresentados em Luís Carlos Amaral, “Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)” (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007), 802-803. Excepção a esta regra será talvez o caso de Santo Antonino de Barbudo que, entre 1039 e 1093, apresenta um número de doações (37) muito próximo do número de compras (33), cf. Maria Helena da Cruz Coelho, “Santo Antonino de Barbudo – Um protagonista monástico da região bracarense em tempos medievos,” in *Homens, Espaços e Poderes (Séculos XI-XVI)*, vol. 2 (Lisboa: Livros Horizonte, 1990), 11-12.

¹⁴ As doações dos patronos representam em Paço de Sousa 45,4%, em Pedroso 43,7% e em Pendorada 16,7% do conjunto dos legados, cf. José Mattoso, *O Monaquismo Ibérico e Cluny* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002), 66. Algumas famílias aristocratas da Hispânia Cristã, da Alemanha, da França e da Itália também fundaram mosteiros e contribuíram para o engrandecimento dos seus domínios como forma de perpetuar a sua memória, cf. Wendy Davies, *Acts of Giving: Individual, Community, and Church in Tenth-Century Christian Spain* (Oxford: Oxford University Press, 2007); François Bougard et al., dir., *Sauver son âme et se perpétuer: transmission du patrimoine et mémoire au haut Moyen Âge* (Roma: École Française de Rome, 2005), <http://digital.casalini.it/2728307377> (consultado a 19-3-2010).

¹⁵ No entanto, incluímos na nossa base de dados os dois documentos existentes para o século X (anos 994 e 1000).

¹⁶ Esta fonte foi transcrita e publicada por Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa, e é com esta edição que temos vindo a trabalhar: *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa (Braga: Livraria Cruz, 1972).

¹⁷ José Mattoso, “Apresentação,” in *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa (Braga: Livraria Cruz, 1972), 7.

¹⁸ Leontina Ventura, “Introdução,” in *Livro Santo de Santa Cruz. Cartulário do Séc. XII*, ed. por Leontina Ventura e Ana Santiago Faria (Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990), 37, nota 125.

contra-se desvanecida pelas imprecisões da linguagem, pela ambiguidade dos conceitos (como o de *hereditas*) e pela grande flexibilidade das tipologias documentais. Tudo isto reflecte um mundo em construção, em que novas realidades começam a surgir e em que os modelos jurídicos ainda não estão cristalizados. Daí a exigência de uma atenta reflexão e de uma clara definição dos critérios adoptados na sua interpretação.

Tal como outros cartulários, este não pode ser encarado como uma mera recolha e duplicação de diplomas originais: o texto apresentado foi inserido num novo contexto, tendo sido transformado o seu uso social e cultural,¹⁹ facto que levanta, antes de mais, a questão da fiabilidade das informações que apresenta, devido às possíveis modificações, voluntárias ou involuntárias, que terão ocorrido durante o processo de transcrição.²⁰ No caso do cartulário de Paço de Sousa, há indícios de algumas abreviações ou uniformizações, nomeadamente no caso das testemunhas.²¹ Observa-se ainda a falta de identificação do notário na grande maioria dos actos, bem com a transcrição incompleta de algumas datas – sendo provável que o copista não tenha conseguido ler correctamente a datação em letra visigótica, como sugere Mattoso²² – e a repetição de um mesmo diploma, embora contendo cabeçalhos diferentes.²³ Todavia, as simplificações e os lapsos que possam ter ocorrido não parecem pôr em causa a credibilidade e a coerência deste texto no seu conjunto.

Além dos diplomas que constam deste *liber*, analisámos igualmente aqueles que se encontram nos *Diplomatae et Chartae*²⁴ e os que se encontram copiados nas *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa*, de Fr. António da Assunção Meireles, ou simplesmente sumariados no seu *índex*.²⁵

A recolha dos dados passou pela construção de uma ficha capaz de reter as seguintes informações: fonte; data; tipo de documento; natureza e localização das propriedades; indivíduos intervenientes em cada acto escrito, sempre que possível com a elaboração de uma ficha com dados biográficos; um campo de observações, que permitiu registar, entre outros dados, a motivação apresentada para justificar uma doação, as razões que conduziram ao estabelecimento de um determinado acordo ou que culminaram numa sentença, as condições estabelecidas nas *precariae*/emprazamentos. Este tipo de metodologia favorece um exame quantitativo dos dados; todavia, não pretendemos negligenciar uma análise de natureza qualitativa da forma e da linguagem da documentação, nomeadamente das fórmulas aparentemente “inúteis”, que muito têm contribuído para a interpretação do fenómeno da construção da memória histórica destas abadias e dos seus benfeitores.²⁶

A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Iniciaremos a dissertação com um capítulo introdutório, onde identificamos o objecto

¹⁹ Pierre Chastang, “L’archéologie du texte medieval,” *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre. Hors-série - Le Moyen Âge vu d’ailleurs* 2 (2009) : 7, <http://cem.revues.org/index8702.html> (consultado a 28-7-2009).

²⁰ A este respeito ver: José A. Fernández Flórez, “La huella de los copistas en los cartularios leoneses,” in *Orígenes de las Lenguas Romances en el Reino de León: siglos IX-XII*, vol. 1 (León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2004), 164-165.

²¹ Cf. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, nos docs. 1 a 134 surgem regularmente apenas 3 testemunhas, no máximo 4; os docs. 135 e 136 nem sequer as apresentam.

²² José Mattoso, *O Monaquismo Ibérico e Cluny* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002), 27; José Mattoso, “Apresentação,” in *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa (Braga: Livraria Cruz, 1972), 7.

²³ Cf. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, docs. 104 e 108.

²⁴ *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Diplomata et Chartae*, vol. 1, fasc. III (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1870).

²⁵ *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Índex dos documentos do arquivo composto por Frei António da Assunção Meireles*, publicação e prefácio de Alfredo Pimenta (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1942).

²⁶ Tome-se como exemplos os estudos sobre a documentação dos mosteiros de Arlanza e Samos: José Ángel García de Cortázar, “Memoria y cultura en la documentación del monasterio de Arlanza: la respuesta de las fórmulas “inútiles” (años 912 a 1233),” in *La Península en la Edad Media. Treinta años después: estudios dedicados a José-Luis Martín*, coord. de José María Mínguez Fernández e Gregorio del Ser Quijano (Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006), 143-157; José Ángel García de Cortázar, “Memoria y cultura en la documentación del monasterio de Samos: la respuesta de las fórmulas “inútiles” (años 785 a 1209),” *Inter-American Music Review: Concordis Modulationis Ordo. Ismael Fernández de la Cuesta. In Honorem II*, vol. XVIII, 1-2 (2008): 87-97.

de análise, a problemática que lhe está subjacente e o seu contexto historiográfico, assim como o *corpus* documental seleccionado e a metodologia utilizada na sua análise.

Seguir-se-á um enquadramento geral da abadia no ambiente político, religioso e sócio-económico da época e no espaço que a envolve através dos dados da geografia física (relevo e rede hidrográfica) e da geografia humana.²⁷

Estabelecido este pano de fundo, passaremos à análise dos mecanismos de aquisição e/ou organização deste domínio (doações, compras e permutas) e da natureza dos bens que o constituem, avaliando a sua distribuição no espaço e no tempo.

Num novo capítulo, continuaremos a caracterização do domínio do mosteiro de Paço de Sousa e da paisagem agrária daquela região, esboçando as estratégias de gestão e exploração do património. No que concerne à dinâmica estabelecida entre os camponeses que trabalham essas terras e o senhorio, existem muito poucos elementos que nos permitam apreender esta realidade, uma vez que os contratos agrários escritos são escassos nestes séculos mais recuados.²⁸

No quinto capítulo, importará conhecer os actores e perceber os poderes que estão por trás da formação e organização deste senhorio. Num primeiro momento, pretende-se a identificação dos patronos do mosteiro, ligados à família dos Ribadouro. Esta integrava a nobreza infancional, que iniciou a sua ascensão a partir do século XI e que procurou ligar-se a casas monásticas, utilizando-as como um instrumento de gestão patrimonial e de legitimação do seu poder e prestígio.²⁹ É necessário perceber quem doava e por que motivo o fazia, pois ao acto de doar estava subjacente uma contrapartida que poderia ser de ordem espiritual ou material.³⁰ Identificar, nos diplomas relativos a Paço de Sousa, os doadores bem como outros intervenientes, parece-nos fundamental para compreender o crescimento deste domínio. Do mesmo modo, não podemos esquecer o papel desempenhado pelos superiores do convento – nomeadamente os abades – e restantes membros da comunidade – usualmente com uma expressão pouco significativa nas fontes.

Por fim, seguir-se-ão as principais conclusões da investigação, a listagem das fontes e da bibliografia activa, bem como o conjunto de apêndices e de índices.

ORGANIZAÇÃO E CRESCIMENTO DO DOMÍNIO DE PAÇO DE SOUSA – ALGUMAS QUESTÕES

O diploma mais antigo que diz directamente respeito ao mosteiro de S. Salvador e que chegou até aos nossos dias data de 22 de Fevereiro de 994, quando o abade Randulfo faz doação da sua herdade constituída por *villae* situadas no actual concelho de Oliveira de Azeméis.³¹ Este é o primeiro de 139 actos escritos nos quais são feitas doações a esta instituição, representando 79,9% da totalidade do nosso *corpus* documental.³²

Quem faz estas doações e por que razão as fez?

A maioria dos benfeitores justifica a sua doação dizendo que o faz *pro remedio anima* sua ou dos seus parentes ou *pro remissione omnium peccatorum*. No entanto, a salvação da alma e o perdão dos pecados não são os únicos “contra-dons”³³ piedosos

²⁷ Elementos fundamentais para o estudo e a caracterização de uma determinada região. Cf. a análise proposta em José Ángel García de Cortázar, *História Rural Medieval* (Lisboa: Estampa, 1983), 13-40, 59-81.

²⁸ O mais provável é que esses actos de arrendamento fossem realizados oralmente. Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, *O Mosteiro de Arouca do Século X ao Século XIII* (Arouca: Câmara Municipal de Arouca, Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988), 131.

²⁹ José Mattoso, *Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001), 33-77.

³⁰ A este propósito, veja-se também: Wendy Davies, *Acts of Giving: Individual, Community, and Church in Tenth-Century Christian Spain* (Oxford: Oxford University Press, 2007), 113-130.

³¹ *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 132.

³² Reunimos 174 documentos, dos quais as compras representam 11,5%; as sentenças 2,9%; os escambos 2,3%; os emprazamentos 2,3% e os acordos 1,1% (percentagens arredondadas para uma casa decimal).

³³ A questão da obrigatoriedade ou não de uma contrapartida como consequência do acto de doar tem gerado opiniões diversas que não vamos aqui explicar. Remetemos para a colectânea intitulada *Don et Sciences Sociales: théories et pratiques croisées*, cf. Eliana Magnani, ed., *Don et Sciences Sociales: théories et pratiques croisées* (Dijon: Ed. Universitaires Dijon, 2007), sobretudo os artigos de Eliana Magnani (p. 15-28), Alain Testard (p. 153-164) e Anita Guerreau-Jalabert, que rejeita a teoria maussiana da “economia do dom” e nega a existência de qualquer contrapartida do dom (“Formes et conceptions du don: problèmes historiques, problèmes méthodologiques”, p. 193-208). Cf. também a perspectiva de W. Davies, que afirma que o acto de doar obriga explicitamente em alguns dos diplomas a um retorno, ainda

mencionados: temos o exemplo de Anímia *Ascariguiz*³⁴ e de Unisco Eriz³⁵, que solicitam ser sepultadas no mosteiro. Também se doava por motivos não religiosos, esperando-se um retorno no mundo terreno³⁶: Odório *Guandilaz*, estando leproso, doa todos os seus bens para que os monges o amparem;³⁷ Cláudia *Beicaz* doa bens em troca da protecção dispensada pelo mosteiro a ela e ao seu filho Mónio, que deveria pagar uma coima pelo furto das ovelhas de Pedro Garcia;³⁸ o abade D. Afonso e seus irmãos doam diversos bens se o mosteiro sustentar a sua mãe, D. Onega;³⁹ João Garcia doa sob a condição de o mosteiro o acolher durante a sua vida, dando-lhe de comer e de vestir.⁴⁰ Algumas destas doações com motivações seculares assumem, por vezes, um carácter quase “contratual”.⁴¹

Até aqui não temos grandes novidades no que diz respeito às motivações das doações, uma vez que motivações semelhantes já foram assinaladas em outras monografias sobre institutos monásticos congêneres e contemporâneos de Paço de Sousa, o que corrobora a bilateralidade de apoios entre leigos e casas monásticas. No entanto, embora a documentação não seja explícita, há indícios de que em determinadas ocasiões também eram exercidas pressões que levavam à doação. Só assim se justifica que Paio Alvites tenha sido coagido a doar uma herdade para compensar o mosteiro por ter cometido dois homicídios no interior do seu couto⁴² ou que Diogo *Andulfiz* tivesse de legar também uma herdade para compensar a instituição, depois de ter matado quatro das suas éguas e causado danos às suas vacas.⁴³ O poder do mosteiro é ainda visível nas sentenças que incluiu no seu cartulário,⁴⁴ assim como nos contratos que consegue estabelecer com os patronos da igreja de S. Pedro de Sabariz – que se comprometem a não alienar este bem senão a favor de Paço de Sousa⁴⁵ – e com Sendamiro *Eiriguiz* e seus filhos – que se comprometem a não alienar os seus bens senão a favor deste mosteiro.⁴⁶

Note-se, ainda, que nos actos em que esta abadia cede propriedades a título precário, os enfiteutas acabam por lhe legar uma parte dos seus bens. Vejamos o conteúdo das quatro *precaria* analisadas. Na primeira, datada de 26 de Janeiro de 1146, Ermesenda Manuéis recebe do mosteiro o casal de Quintas e doa *post mortem* as suas herdades de Gondufe e de Paço (Marco de Canaveses).⁴⁷ O mesmo acontece com Maior Gomes, que recebe, a título precário, três casais em Pedorido (Castelo de Paiva) e doa *post mortem* dois casais em Rio Mau (Penafiel).⁴⁸ *Idem* com Gonçalo Brandão, que recebe um casal do mosteiro, afirmando que, após a sua morte, metade da sua quintã deverá passar para a posse daquele.⁴⁹ O último caso é o de Anímia Rodrigues e de seus filhos Afonso Pais, Egas Pais e Marina Pais: o cenóbio cede uma seara ao primeiro, Afonso, enquanto Anímia doa, sob reserva de usufruto para os seus filhos, todos os

que depois da morte, cf. Wendy Davies, *Acts of Giving: Individual, Community, and Church in Tenth-Century Christian Spain* (Oxford: Oxford University Press, 2007), 114.

³⁴ Doação de 26 de Março de 1109. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 114.

³⁵ Doação de 12 de Março de 1112. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 51.

³⁶ Poderíamos chamar estas doações de onerosas.

³⁷ Documento de 15 de Abril de 1107. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 92.

³⁸ Diploma de 18 de Junho de 1107. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 80.

³⁹ Doação de 2 de Julho de 1139. *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Índice dos documentos do arquivo composto por Frei António da Assunção Meireles*, publicação e prefácio de Alfredo Pimenta (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1942), índice, 220.

⁴⁰ Doação de Março de [1143]. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 122.

⁴¹ Sobre a motivação das doações feitas no século X na Hispânia Cristã, cf. Wendy Davies, *Acts of Giving: Individual, Community, and Church in Tenth-Century Christian Spain* (Oxford: Oxford University Press, 2007), 115 e ss.

⁴² Doação de 12 de Agosto de 1123. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 91.

⁴³ Doação de Maio de 1147. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 119.

⁴⁴ Como seria de esperar, as sentenças incluídas no *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa* são todas favoráveis ao mosteiro de Paço de Sousa. Aí conseguiram a confirmação da posse: de uma parte da igreja de Vila Cova de Vez de Avis, Penafiel (docs. 127 e 129); da *villa* Porcas, Cinfães (doc. 145); da *villa* e de parte da igreja de Figueira, Penafiel (doc. 113) e de metade da herdade de Pindelo, Oliveira de Azeméis, cf. José Mattoso, *O Monaquismo Ibérico e Cluny* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002), 33.

⁴⁵ Acordo de 3 de Setembro de 1114. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 118.

⁴⁶ Acordo de 21 de Fevereiro de 1115. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 112.

⁴⁷ *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 133.

⁴⁸ Diploma com data compreendida entre 1162 e 1169. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 21.

⁴⁹ *Precaria* de Junho de 1194. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 149.

bens que possui na *villa* de Outeiro.⁵⁰

Como podemos constatar, o acto de doar – neste caso, a uma instituição monástica – pode assumir contornos variados. É um fenómeno que se reveste de grande importância social; parece-nos que não se trata de um mero acto individual, mas antes a expressão da prática de um grupo, familiar ou não, unido pela posse da terra⁵¹ e pela predisposição para doar. Talvez por isto, se atentarmos à forma como foi composto o próprio *Liber Testamentorum*, a ordem dos primeiros diplomas aí copiados parece obedecer a uma certa lógica que agrupa indivíduos da mesma família.⁵²

Os textos nem sempre são explícitos sobre o estatuto social de muitos dos seus actores; todavia, conseguiu-se apurar que quase metade dos benfeitores do mosteiro de S. Salvador pertence à família patronal, isto é, aos Ribadouro.⁵³ Duas questões se nos colocam: por que razão se preocupava a aristocracia com a fundação de mosteiros? Por que razão estava esta disposta a fragmentar o seu património para favorecer estes institutos monásticos?

O parcelamento da propriedade está bem patente na documentação que analisámos.⁵⁴ Do mesmo modo, podemos testemunhar a divisão das heranças pelos vários descendentes, quer do sexo masculino quer do feminino, graças à preocupação que houve em registar uma espécie de genealogia da titularidade jurídica das propriedades.⁵⁵ Esta parece ter sido uma forma de, através do acto escrito, conservar a memória, a identidade da família ligada ao mosteiro e à terra.⁵⁶

Julgamos que a análise do acto de doar e das relações estabelecidas entre a família patronal e este instituto é imprescindível para uma ampla compreensão e interpretação das dinâmicas responsáveis pela fundação, organização e crescimento do domínio de Paço de Sousa. Cremos que só assim poderemos entender como, chegados ao ano 1200, estamos perante um conjunto patrimonial relativamente coeso nos actuais concelhos de Penafiel, Paredes e Castelo de Paiva, mas cujas possessões se estendem para Sul até Arouca, para Sudoeste até Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, para Oeste até Gondomar, Maia, Porto e Vila Nova de Gaia, para Norte até Lousada, Trofa e Guimarães, para Este até Marco de Canaveses e Baião e para Sudeste até Cinfães, Resende e Lamego.

Sentimos que o crescente parcelamento da propriedade e a ambiguidade de alguns dos termos usados para classificar os bens adquiridos nos limitam fortemente a percepção das verdadeiras dimensões dos bens que passaram para o senhorio do mosteiro. De todos esses vocábulos, o caso de *hereditas*, *hereditates* é o que nos levanta mais problemas, porque parece poder designar simultaneamente realidades muito distintas.⁵⁷ Temos também consciência de que a imagem deste espaço patrimonial, que

⁵⁰ Diploma datado de 14 de Abril de 1177. *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 137.

⁵¹ Sobre esta mesma ideia veja-se Wendy Davies, *Acts of Giving: Individual, Community, and Church in Tenth-Century Christian Spain* (Oxford: Oxford University Press, 2007), 32. Aqui a autora caracteriza a terra (*property*) como uma espécie de ‘social glue’.

⁵² Veja-se, a título exemplificativo: os docs. 2 a 11 do *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, nos quais os doadores pertencem à família Ribadouro; e os docs. 40 a 49, em que todos os doadores são descendentes ou aparentados com Mónio Fromarigues (que surge no doc. 39).

⁵³ A identificação da maioria destas personagens foi conseguida graças aos trabalhos de Almeida Fernandes e José Mattoso, cf. A. de Almeida Fernandes, “Livro I – As Linhagens Fundamentais,” in *Portugal Primitivo Medieval* (Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense, 2001), 15-104; José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001). Já na sua tese de doutoramento, José Mattoso constatava que cerca de 45,4% dos doadores eram patronos desta abadia, cf. José Mattoso, *O Monaquismo Ibérico e Cluny* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002), 66.

⁵⁴ Alguns exemplos no *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*: “offerro (...) in Uimaranes sub ipsa costa III octauas de uno casal (...)” (doc. 49); “offerro (...) nostras porciones de ecclesias (...) qui se diuidit per tercias, et est una tercia de Uilela, faciunt inde VIII partes et de ipsas partes, habet inde Garcia Ramiriz III parte de Geluira Tedoniz habet II et faciunt inde a Garcia Ramiriz duas partes de ista tercia de Uilela (...)” (doc. 58); “facio testamentum (...) de hereditate mea propria (...) scilicet unum medium de uno aral excepto quinta de tercia cum sua casa (...)” (doc. 73).

⁵⁵ Exemplos no *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*: “Ego Florida Tolquidiz (...) facerem testamenti (...) de mea propria hereditate (...) est septima de illo casal de avio meo Germias Sarrazinis et alia septima de illo casal que fuit de avia mea Gualamera” (doc. 101); “Ego Didago gratia Dei presbiter (...) offerro (...) meam propriam hereditatem quanta venit michi in porcione de avio meo nomine patre Aufiz” (doc. 120).

⁵⁶ Sobre este tema veja-se o artigo: Patrick J. Geary, “Land, Language and Memory in Europe 700-1100,” *Transactions of the Royal Historical Society* 6.^a série, vol. 9 (1999): 169-184.

⁵⁷ Genericamente, a designação *hereditas* tanto pode referir-se a uma propriedade como a um número mais vasto de bens dificilmente identificáveis que constituem uma determinada herança. Os termos *villa* e *casal*, apesar de polissémi-

surge reflectida na documentação, é uma construção, a representação de um “pontilhado” de bens imóveis ligados pela malha jurisdicional que permitia ao cenóbio estabelecer relações com a periferia sobre a qual exercia o seu poder.⁵⁸ Ainda assim, todas estas limitações não nos impedem de reconstituir, com alguma plausibilidade, o que teria sido o domínio do mosteiro de Paço de Sousa.

cos, apontam para realidades mais concretas. Acerca desta última unidade espacial veja-se André Evangelista Marques, *O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)* (Noia: Toxosoutos, 2008).

⁵⁸ Sobre esta questão veja-se: Paul Bertrand e X. Hélary, “Constructions de l’espace dans les cartulaires,” in *XXXVII Congrès de la SHMES : Construction de l’espace au Moyen Âge: pratiques et représentations*, ed. por Régine Le Jan, 193-207 (Paris: Publications de la Sorbonne, 2007).

**Pro Salute Animae: a peregrinação do rei D. Dinis a Compostela.
Antecedentes e consequências**

Giulia Rossi Vairo¹
IHA, Universidade Nova de Lisboa

Resumo

Em 1318 o rei D. Dinis resolveu ir em romaria a Compostela, para recolher-se em oração sobre o túmulo do Apóstolo São Tiago Maior. Perante o curioso silêncio das *Crónicas* e a inquestionável indiferença da historiografia portuguesa em relação a este episódio, pretende-se reconstruir, através das fontes a disposição, os tempos e as modalidades da *jornada* do monarca a Compostela. Nomeadamente, serão indagadas as motivações e as razões profundas deste acto de devoção pessoal do soberano, a fim de avaliar a sua carga simbólica e de contextualizar este gesto no âmbito das complexas dinâmicas de poder daqueles anos. Para isso, serão analisadas algumas iniciativas e acções concretas empreendidas por D. Dinis ao longo daquele mesmo ano no âmbito político, social, religioso, cultural, artístico e as relativas também à esfera pessoal do rei, interpretadas como directas consequências da peregrinação a Compostela.

Abstract

In 1318, the King Dinis decided to go on pilgrimage to Compostela, to gather in prayer on the tomb of the Apostle saint James. In front of the curious silence of Chronicles and the unquestioned indifference of Portuguese historiography in relation to this episode, we intend to rebuild, through the available sources, the chronology and modalities of the *jornada* of the King to Compostela. In particular, we will study the motivations and reasons for this expression of the devotion of the monarch in order to assess its symbolic meaning and to contextualize this act within the complex dynamics of power during those years. For this, will be examined some initiatives and actions taken by D. Dinis along that same year within the political, social, religious, cultural and artistic field, together with those relating to the personal sphere of the sovereign, interpreted as direct consequences of the King's pilgrimage to Compostela.

Este artigo visa fazer luz sobre a peregrinação de D. Dinis a Compostela, realizada em 1318, episódio da vida do rei reconhecido pela historiografia portuguesa, mas que nunca foi verdadeiramente objecto de aprofundamento científico.

Perante o silêncio das crónicas, procurou-se reconstruir a *jornada* do soberano a Santiago de Compostela através do estudo de fontes documentais, editadas ou inéditas, mas sobretudo tomando em consideração factos ocorridos naquele mesmo ano de 1318. Lidos no âmbito do quadro geral dos acontecimentos daqueles anos, cruciais para a vida da Monarquia portuguesa, estes factos podem ser interpretados, em conjunto com as referidas fontes documentais, como consequências directas do acto de devoção do monarca.

No início de 1318, o rei D. Dinis resolveu ir em peregrinação a Compostela para se recolher em oração sobre o túmulo do Apóstolo São Tiago Maior.

¹ Membro do IHA. Doutoranda em História da Arte Medieval na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref. SFRH / BD / 43795 / 2008). Este artigo apresenta o resultado da investigação desenvolvida no âmbito do projecto de Doutoramento até a data de 1 de Abril de 2010. Não obstante a evolução dos estudos decorrida nos últimos meses, resolveu-se manter o conteúdo do artigo substancialmente inalterado, introduzindo correcções e acrescentos pontuais no texto e algumas notas de rodapé, reenviando à tese o necessário aprofundamento do tema.

A historiografia portuguesa não tem assumido uma atitude unívoca em relação a este acontecimento tão importante da vida de D. Dinis: ao silêncio das crónicas seguiu-se uma omissão geral do assunto pela maior parte dos historiadores. Com excepção de alguns autores que têm defendido a efectiva realização da *jornada* a Compostela,² é curioso observar a continuação da indiferença total, nos estudos respeitantes ao reinado de D. Dinis, para com este tema ou a escassa vontade manifestada pelos investigadores de indagar e aprofundar este episódio, revelador da espiritualidade do soberano. Parece até que este acto penitencial, expressão, em certos aspectos, da grande humildade do seu protagonista, não se adapta à imagem do rei forte e sábio encarnado pelo *Rei Lavrador*, mito historiográfico que, ainda hoje, não obstante as novas leituras e o florescimento dos estudos relativos ao reinado *dionisino*, sobrevive à passagem do tempo. O *Rei Lavrador*, ao longo dos anos, foi substituído pelo *Rei Civilizador* e pelo *Rei Poeta e Culto*. Todavia, ainda não foi verdadeiramente investigado o rei D. Dinis, “filho obediente da Santa Igreja de Deus”, como ele próprio se proclama, muito oportunamente, no testamento de 1322³, mas também como ele é definido pelo papa João XXII em diversas cartas dirigidas a ele e aos seus familiares, antes e depois do seu falecimento⁴.

Ao contrário do esquecimento a que este episódio da vida de D. Dinis foi votado, de resto vale a pena sublinhar a atenção e o espaço dados à peregrinação a Santiago realizada pela rainha Isabel, a partir da *Crónica de D. Dinis* de Rui de Pina e, em geral, em toda a produção historiográfica nacional.⁵

Nem a *Crónica de D. Dinis* de 1419⁶ nem a *Crónica del Rey D. Dinis* de Rui de Pina (1440-1512)⁷ referem a peregrinação do rei ao túmulo de São Tiago Maior. Porém, temos a narração, pródiga de informações, do cronista régio, o monge cisterciense frei Francisco Brandão. De facto, o capítulo LXIV da VI Parte da *Monarquia Lusitana* (1672) é parcialmente dedicado à descrição do caminho de D. Dinis a Compostela, empreendido juntamente com um grupo de nobres e fiéis servidores: primeiro, entre todos, o inseparável D. Afonso Sanches, filho natural e *mordomo mor* do monarca.⁸ O cronista conta que o soberano partiu de Lisboa no início do ano de 1318, chegando ao destino a 12 de Fevereiro, dia da festa de *Nossa Senhora da Purificação* (*sic*). Na indicação da data de chegada do cortejo real deve reconhecer-se um erro, provavelmente do tipógrafo, pois a festividade em questão, a festa da Purificação da Virgem Maria, vulgarmente recordada como *Nossa Senhora da Luz* ou *Nossa Senhora das Candeias* e mais popularmente conhecida como “Festa da Candelária”, é uma festa fixa no calendário litúrgico. Ocorre exactamente 40 dias após o parto da Virgem Maria e, portanto, calha sempre no dia 2 de Fevereiro e não a 12, dia em que se celebra a memória de Sta. Eulália, virgem e mártir⁹. Porém, não deve ter sido casual o facto de, por ocasião de tal festividade, ter sido celebrada uma missa solene e, ao mesmo tempo, de boas-vindas ao

² Cf. F. Lopes, “Santa Isabel de Portugal e a larga contenda entre el-rei D. Dinis e seu filho D. Afonso”, *Colectânea de Estudos* 4 (1953), 3-41, cfr. 16, n. 1; J. A. de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis* (Lisboa: Temas & Debates, 2005), 234.

³ Para o testamento de 20 de Junho de 1322 de D. Dinis, veja-se: A. C. de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida - Livraria Editora, 1947), I, 3, 125-132, doc. 11, cf. 131.

⁴ 1 de Março de 1325, Avinhão, Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, *Bulas*, maço 68, caixa 30, docs. 70-71. Transcreve-se uma passagem da carta dirigida pelo pontífice à rainha Isabel, dando as condolências pela morte do marido, referindo a devoção do falecido rei: cf. doc. 71: “*cum non potuerimus de tam devotissimi et carissimi subtractione filii non dolere, felix tamen ipsius Regis transitus, qui devotione ad Deum et Sanctam Ecclesiam clarens precipua, et zelo fidei orthodoxe accensus, devote receptis sacramentis Dominicis, de morte transisse ad vitam, et in excelsis cum amicis et electis Dei obtinuisse mansionem perpetuam creditur*”.

⁵ Sobre a rainha D. Isabel de Aragão peregrina a Santiago de Compostela, veja-se: H. Baquero Moreno, “Santa Isabel, Rainha de Portugal peregrina a Santiago de Compostela”, em *Portugal na memória dos peregrinos. Actas das Jornadas sobre o Caminho de Santiago (Porto, 29-30 Novembro 2001)*, 17-26 (Santiago de Compostela: Xunta de Galicia) e F. Pato de Macedo, *Isabel de Aragão, Rainha de Portugal, peregrina de Santiago*, em *III Memorial Filgueira Valverde. Santiago y Peregrinación*, 9-43 (Pontevedra: Publicación da Cátedra Filgueira, 2004).

⁶ *Crónica de D. Dinis*, edição do texto inédito do Cód. Cadaval 965 por C. da Silva Tarouca (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1947).

⁷ Rui de Pina, *Crónica de D. Dinis*, (Porto: Civilização, 1945).

⁸ F. Brandão, *Monarquia Lusitana* (Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1980), VI, 18, cap. LXIV, ff. 268-272.

⁹ A. Cappelli, *Cronologia, Cronografia e Calendario perpetuo* (Milano: Ulrico Hoepli Editore, 1988), 118.

rei por D. Berenguel de Landora, que somente pouco tempo antes tomara posse do arcebispado de Compostela.¹⁰

Também Hernando del Castillo, autor citado por Francisco Brandão, na II Parte da sua *Historia General de Santo Domingo y de su Orden* (1612), ao contar a vida de D. Berenguel, pertencente à família dominicana, refere com pormenores o encontro entre D. Dinis e o prelado que, na evolução do conflito entre o monarca português e o herdeiro do trono, assumirá um papel pacificador e de intermediário por explícito mandato da Sé Apostólica¹¹.

Além destas fontes literárias tardias, outros dados e documentos podem ser adoptados em favor da realização da peregrinação de D. Dinis de acordo com os tempos e as modalidades recordados pelo cronista régio. Por exemplo, o estudo dos itinerários do rei, estabelecidos a partir da análise da Chancelaria *dionisina*, a documentação emitida pela administração régia, parecem confirmar o efectivo desenvolvimento da peregrinação em 1318 e na altura do ano indicada¹². De facto, embora seja obrigatório lembrar que a Chancelaria não constitui um tombo completo, pois pode apresentar lacunas também consistentes, podemos confirmar o que é referido pela *Monarquia Lusitana*, confrontando os dados surgidos através da análise dos itinerários com as afirmações do autor. Portanto, é provável que o D. Dinis tenha ido em peregrinação a Compostela entre 12 de Janeiro, data a que remonta o último diploma, emitido de Estremoz, registado pela Chancelaria antes de uma longa pausa, e o dia 22 de Fevereiro, data em que encontramos novamente o rei em Montemor-o-Novo. Trata-se dum lapso de tempo bastante amplo (41 dias), em que a Chancelaria, pelo menos em função dos dados disponíveis, permanece “muda”, ao contrário de outros meses do ano quando a produção de diplomas e autos, se bem com algumas pausas que chegam a atingir a quinzena de dias, apresenta prazos em geral bastante mais curtos¹³. Por outro lado, a favor desta hipótese está a descoberta, pelos especialistas do sector, de segmentos de possíveis itinerários jacobeus no Alto e Baixo Alentejo, incluindo cidades como Estremoz e Montemor-o-Novo, coincidentes, na sua maior parte, com trajectos das antigas vias romanas.¹⁴

A confirmação ideal dos limites temporais (12 de Janeiro – 22 de Fevereiro de 1318) é a carta apostólica, até hoje inédita, de João XXII, datada de 14 de Março 1318, em que o Papa concede a D. Dinis a possibilidade de outorgar a total remissão dos pecados *in articulo mortis*, precedida de uma prévia, sincera e contrita confissão, enviada em resposta a uma súplica do soberano, remontando evidentemente a algum tempo antes de jornada ser empreendida, e que poderá ser lida na perspectiva do percurso de purificação ou de preparação ao caminho penitencial ou, mais simplesmente, de reflexão pessoal protagonizada pelo monarca¹⁵.

¹⁰ A nomeação de D. Berenguel de Landora, mestre da Ordem de São Domingos, para o arcebispado de Compostela remonta a 13 de Julho de 1317, mas ele só chegou a tomar posse da arquidiocese no início do ano de 1318; v. *infra* e nota seguinte.

¹¹ H. del Castillo, *Segunda Parte de la Historia General de Santo Domingo y de su Orden de Predicadores* (Valladolid: por Diego Fernandez de Cordova, 1612), cap. XXXIV-XXXIX, ff. 53v coluna a - 54v coluna a. Sobre o papel desempenhado por D. Berenguel de Landora durante a guerra civil, veja-se F. Lopes, “Santa Isabel na contenda entre D. Dinis e o filho 1321-1322”, *Lusitânia Sacra*, VIII (1967-1969), 57-80.

¹² V. Rau, *Itinerários régios medievais*, I, *Itinerário del-Rei D. Dinis 1279-1325. Elementos para o estudo da administração medieval portuguesa* (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 1962), 80-81.

¹³ Considere-se que de Lisboa a Porto, via terra, procedendo expeditamente e sem pausas, levava-se pelo menos uma semana; cfr. C. Gil, J. Rodrigues, *Pelos caminhos de Santiago. Itinerários portugueses para Compostela* (Lisboa: Círculo de Leitores, 1990).

¹⁴ Para os itinerários jacobeus na região do Alto e Baixo Alentejo, veja-se: Gil, Rodrigues, *Pelos caminhos* e a comunicação apresentada por J. A. Falcão, “Iconografia Jacobea e o caminho de Santiago no Baixo Alentejo. Balanço de resultados, metodologias e problemas em aberto”, em ocasião do VI Encontro sobre Ordens Militares. *Freires, Guerreiros, Cavaleiros* (Palmela, 10-14 de Março de 2010), que proximamente será publicada nas Actas do Congresso.

¹⁵ 14 de Março de 1318, de Avinhão, Arquivo Secreto Vaticano, *Registri Vaticani*, 67, ep. 836.

O ANO DA PACIFICAÇÃO: 1318

Desde logo, 1318 apresenta-se como um ano chave na vida de D. Dinis, a nível público e privado, pois, nos meses que seguiram, irá tomar decisões delicadas, cheias de implicações futuras para si próprio, para a sua família e para o Reino de Portugal.

O ano de 1317 tinha começado sob os melhores auspícios com o nascimento do neto a que tinha sido atribuído o nome do rei, o infante D. Dinis (12 de Fevereiro de 1317)¹⁶, mas logo foi abalado pelas inquietações, suspeitas e desavenças surgidas na família real, primeiros sinais da guerra civil que, poucos anos depois, entre 1319 e 1324, terá posto à prova a estabilidade do reino. A gravidade da situação foi tal que exigiu mesmo a intervenção do pontífice João XXII, que se expressou sem demora a favor do rei e contra todos os que se opunham e obstavam ao seu governo, ameaçando-os com pena de excomunhão.¹⁷

Um tal estado de tensão teve que se prolongar até aos inícios de 1318, pois remontam ao mês de Março três cartas apostólicas em que, com tons ligeiramente diversos, João XXII se dirige respectivamente ao rei, à rainha e ao herdeiro do trono (estes últimos dois mancomunados no ressentimento contra o soberano), exortando-os à reconciliação em nome da concórdia familiar e da paz do Reino de Portugal¹⁸. A exortação do Papa não foi vã porque, de facto, em 1318 não se registam outros confrontos directos entre pai e filho – nem entre marido e mulher – mas, pelo contrário, assistimos a uma substancial recomposição do conflito: será necessário esperar pelo ano de 1319 para ver novamente e mais dramaticamente contraporem-se os contendentes.

Numa leitura retrospectiva dos acontecimentos, poderia afirmar-se que 1318 se apresenta como um ano de trégua, um ano “suspenso” entre as primeiras e mais concretas manifestações do conflito (1317) e o violento e definitivo rebentar da guerra civil (1319-1324).¹⁹

Uma série de iniciativas empreendidas por D. Dinis ao longo de 1318, nos meses seguintes à peregrinação a Compostela, parecem ir na direcção de uma pacificação familiar e de uma diminuição das tensões, que podem ser atribuíveis mesmo à experiência espiritual vivida em primeira pessoa pelo soberano.

A *Monarquia Lusitana* conta que, após a viagem à Galiza, o ano passou tranquilo e sem problemas. A partir dos finais do mês de Abril, o rei mudou-se para Torres Vedras, onde ficou até ao início de Julho, segundo os itinerários. Foi provavelmente durante esta longa estadia que D. Dinis, numa área rural pertencente ao concelho de Torres Vedras, junto à foz do rio Alcabrichel, ordenou a realização de uma obra pública, um porto, recordado nas fontes como o *Porto de S. Dinis*, o actual *Porto Novo*²⁰. Além disso, determinou ainda que quem quisesse podia estabelecer-se e construir ali a sua casa, a fim de povoar e tornar “viva” uma zona até àquele momento desabitada. Na ocasião, decidiu também que, naquela mesma área, se levantasse uma igreja intituando-a da invocação do seu santo protector, São Dinis, ao qual, por devoção, em 1295, já tinha dedicado a construção de um mosteiro cisterciense, confiado ao ramo feminino da ordem, em Odivelas, nos arredores de Lisboa.

¹⁶ O infante D. Dinis, terceiro filho do casal formado por D. Afonso e D. Beatriz, nasceu a 12 de Fevereiro de 1317 (S. Eulália), e não a 12 de Janeiro, como a *Monarquia Lusitana* refere, transcrevendo erroneamente a notícia extraída do *Livro da Noa*; cfr. Brandão, *Monarquia Lusitana*, XVIII, cap. XXXII, f. 133, coluna b e *Livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra*, em de Sousa, *Provas*, 47-66, cfr. 54.

¹⁷ 10 de Junho de 1317, de Avinhão, ASV, *Reg. Vat.*, 109, ep. 321-323, ff. 73r-74r; cfr. Lopes, “Santa Isabel”, em Apêndice, 27-28, transcreve a epístola 321.

¹⁸ 21 de Março de 1318, de Avinhão, ASV, *Reg. Vat.*, 109, ep. 499-501, ff. 120r-121r; cf. Lopes, “Santa Isabel” em Apêndice, 29-31 transcreve as epístolas 499-500.

¹⁹ Os primeiros sinais da desavença entre D. Dinis e o herdeiro do trono tiveram lugar alguns anos antes, entre 1312 e 1313, por ocasião da disputa da herança de D. João Afonso, Conde de Barcelos, que, no princípio, tinha visto contrapor-se o conde Martim Gil, *mordomo mor* do príncipe herdeiro, e D. Afonso Sanches, filho natural de D. Dinis. Este último, com o apoio do pai, saiu vencedor da contenda. Também a herança de D. Martim Gil, falecido no fim de 1312, transitou para D. Afonso Sanches que, no ano seguinte, foi nomeado *mordomo mor* do rei; cfr. Lopes, “Santa Isabel”, 7-11; sobre os primórdios e a evolução da guerra civil, veja-se: J. Mattoso, “A guerra civil de 1319-1324”, em *Estudos de História de Portugal*, I, *Séc X-XV. Homenagem a H. de Oliveira Marques*, 163-175 (Lisboa: Imprensa Universitária - Editorial Estampa, 1982), v. *infra*.

²⁰ A. M. Seabra de Almeida Rodrigues, “O “Porto Novo” de D. Dinis e o “Porto do Carro” de D. Fernando”, em *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, 17-24 (Cascais: Patrimónia Histórica, 1996).

O projecto de edificação da igreja de S. Dinis de Porto Novo, documentado nas fontes literárias e arquivísticas, existia há alguns anos. Provavelmente, o edifício nunca foi acabado: embora D. Dinis possuísse todas as autorizações necessárias, não conseguiu terminar a construção devido à disputa surgida com a Abadia de S. Maria de Alcobaça e o concelho de Torres Vedras, relativa à jurisdição territorial da área rural sobre a qual devia ser levantada a igreja e de que a abadia se declarava proprietária. A contenda prolongou-se até 1322, concluindo-se com o reconhecimento dos direitos dos monges. Porém, o rei defendeu sempre as novas instalações e, apesar de obrigar os residentes a respeitar as condições impostas pelo capítulo alcobacense, nunca este conseguiu recuperar totalmente os terrenos. Seria interessante indagar sobre as razões das resistências da abadia de Alcobaça para com o projecto – no fundo, tratava-se sempre de um edifício sagrado, construído para benefício e em suporte espiritual da comunidade que ali se tinha estabelecido -, mas não é este ponto que vamos tratar. D. Dinis obtivera alguns anos antes, em 1312, a licença para edificar um novo templo, manifestando desde então o desejo de dedicá-lo ao seu santo protector, mas o projecto, por um motivo ou por outro, tinha sido posto de lado²¹. Tê-lo retomado, e com tal determinação, em 1318, nos meses imediatamente seguintes à sua peregrinação, pode ser entendido como um *ex voto* relacionável com a experiência espiritual vivida.

Entre as acções empreendidas pelo rei em sinal de paz deve ser considerada também a compra por parte de D. Dinis ao filho, D. Afonso Sanches, de Campo Maior, vila fortificada no Alentejo, na fronteira com o Reino de Castela e Leão²². Para além da importância estratégica da localidade, é preciso lembrar que, em 1308, Campo Maior havia sido objecto da contenda surgida à volta da posse de uma avultada herança. Um dos contendentes foi o conde D. Martim Gil, mordomo do infante D. Afonso, e o outro foi D. Afonso Sanches: em 1312, a vila foi cedida a este último por intervenção indirecta de D. Dinis, não sem contestações por parte do conde e do infante. O protesto atingiu um tal nível que alguns historiadores fazem remontar a esta circunstância o início das desavenças entre o rei e o herdeiro do trono²³. Desse modo, o facto de o soberano ter querido recuperar e fazer reentrar no património da Coroa a vila de Campo Maior, pode ser interpretado como um acto concreto, mas, ao mesmo tempo, simbólico, expressando o desejo e o intuito de pacificação e de concórdia de D. Dinis para com o infante D. Afonso.²⁴

O MOSTEIRO DE S. DINIS DE ODIVELAS NO DESENHO DE RECONCILIAÇÃO FAMILIAR

Remonta igualmente a 1318 a decisão de D. Dinis, partilhada também pela rainha Isabel e pelo infante D. Afonso, de fazer do Mosteiro cisterciense de S. Dinis de Odivelas o novo panteão familiar e, em sentido lato, o novo panteão régio²⁵ em alternativa à Abadia de Sta. Maria de Alcobaça, onde, até àquela altura, se tinha concentrado a maioria das sepulturas dos membros da Casa Real.²⁶

Durante os anos precedentes, o rei tinha manifestado para com o mosteiro, fundado em 1295 sobre terrenos de sua propriedade pouco distantes do paço real de Frielas, nos arredores de Lisboa, uma predilecção explícita, a partir do ano de fundação, através da cedência do padroado de igrejas, da doação de terras de cultivo, casais e casas, da concessão de privilégios, como a possibilidade de herdar bens de raiz por parte das monjas por um período de 10 anos, e de isenções especiais. Além disso, em diversas ocasiões o soberano tinha confirmado por escrito a protecção outorgada ao cenóbio de

²¹ Brandão, *Monarquia Lusitana*, XVIII, cap. LXV, ff. 272, coluna a – 275, coluna b.

²² 18 de Outubro de 1318, de Serra del Rey, Atouguia, IAN/TT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 3, f. 122; original: *Gav.* 12, maço 10, doc. 6. V. *infra*.

²³ Cfr. nota 19.

²⁴ Cfr. nota 17.

²⁵ G. Rossi Vairo, *Isabella d'Aragona, regina del Portogallo, e il Monastero di S. Dinis di Odivelas*, em *Actas IV Congreso internacional Cister en Portugal y en Galicia. Los caminos de Santiago e la vida monástica cisterciense*, coord. M. Á. González García e J. L. Albuquerque Carreiras, II, 845-867 (Braga: Ediciones Monte Casino, 2009).

²⁶ Sobre a Abadia de Sta. Maria de Alcobaça panteão régio, veja-se: J. C. Vieira da Silva, *O Panteão Régio do Mosteiro de Alcobaça* (Lisboa: IPPAR - Ministério da Cultura, 2003).

monjas cistercienses²⁷. Ao mesmo tempo, as cartas apostólicas de Clemente V, de 1308²⁸ e de 1312, enviadas em resposta a pedidos do rei, concediam numerosos dias de indulgência a todos os fiéis que visitassem a igreja do mosteiro e até os mesmos privilégios de que gozava a abadia de Alcobaça.²⁹

Diversos documentos emitidos entre Maio e Outubro de 1318 atestam, mais uma vez, a vontade de D. Dinis em favorecer o mosteiro de Odivelas: é de 4 de Maio o auto de doação no qual o monarca concedia à abadessa e à comunidade religiosa o casal de Leichim, nos arredores de Sintra; de 5 de Maio é o auto de cedência, assinado pela rainha e pelo herdeiro, do padroado das igrejas de S. João de Lumiar e de S. Julião de Frielas³⁰. Mas é num extenso documento, datado de 1 de Outubro de 1318, que se depreende o intuito de fazer do mosteiro o novo panteão régio, quando, ao instituir uma capela, o soberano afirma que os capelães responsáveis teriam de celebrar quotidianamente uma missa e rezar pela salvação da sua alma, do pai e “*pollas almas dos outros Reis e Rainhas e Infantes e Infantas que depois em esse mosteiro jouverem*”.³¹

Se neste acto D. Dinis menciona explicitamente o seu monumento, quando dispõe que seja aspergido com água benta no fim de cada celebração, considerando-o um “lugar” para se recolher em oração, uma ulterior confirmação do projecto está contida na carta apostólica de João XXII, de 27 de Fevereiro de 1319, onde se afirma que o rei e a rainha haviam eleito a própria *sepultura ecclesiastica* comum no Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, pelo qual ambos tinham uma especial devoção.³²

Da análise da documentação referida, deduz-se que, à data de 1 de Outubro de 1318, o rei já tinha manifestado por escrito, através de um novo testamento ou de um codicilo, a vontade de ser sepultado no mosteiro de Odivelas, uma vez que, no primeiro testamento de 1299, a escolha recaía na abadia de Alcobaça. Esta primeira opção tinha sido partilhada pela rainha que, em confirmação do estabelecido pelo consorte, nesse mesmo sentido se expressara no seu testamento de 1314³³. Também sabemos que, em 1322, o soberano, naquele que até hoje tem sido considerado o seu segundo testamento, dispõe a sua sepultura em Odivelas exclusivamente para si³⁴. Mas, entre as decisões expressas em 1299 e 1322, deve ter havido um momento em que os cônjuges decidiram ser sepultados juntos no Mosteiro de S. Dinis, pois a carta de João XXII é inequívoca a tal propósito. Portanto, é plausível defender que tal decisão tenha sido tomada exactamente ao longo de 1318 – o ano da trégua – entre os primeiros meses e o fim desse ano, considerando que a carta apostólica já remonta a Fevereiro de 1319.

Assim, também o projecto de criar um novo panteão familiar e real deve ser lido no âmbito do desenho de reconciliação e de pacificação com ambições - ou esperanças - duráveis, pensado e lançado por D. Dinis, através de diversas iniciativas, mas partilhado também pelos seus familiares.

²⁷ Para o aspecto da fundação e do património do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, veja-se: H. Vasconcelos Vilar e M. J. Branco Silva, *A fundação do Mosteiro de Odivelas*, em *Actas do Congreso Internacional sobre San Bernardo e el Cister en Galicia e Portugal*, I, 589-602 (Ourense. Xunta de Galicia, 1992) e M. I. da Silva Pinto, *O Mosteiro de Odivelas no século XIV. Património e Gestão* (Dissertação de Mestrado em História Medieval, FCSH - UNL, Lisboa 2000).

²⁸ 28 de Abril de 1308, de Poitiers, ASV, *Reg. Vat.*, 55, ep. 394; cf. Rossi Vairo, *Isabella d'Aragona*, Apêndice, doc. 1, 862.

²⁹ 15 de Julho de 1312, de Priorato de Grausello, ASV, *Reg. Vat.*, 59, ep. 470; cf. *ibidem*, docc. 2-3, 863-864.

³⁰ Sobre as diversas doações em benefício do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, veja-se H. Vasconcelos Vilar e M. J. Branco, *A fundação do Mosteiro de Odivelas*, 597-598.

³¹ IAN/TT, *Mosteiro de S. Dinis de Odivelas*, Livro 3, ff. 165-171, cfr. f. 166. Para a análise desta passagem do documento, veja-se: Rossi Vairo, *Isabella d'Aragona*, 854-855.

³² 27 de Fevereiro de 1319, de Avinhão, ASV, *Reg. Vat.*, 69, ep. 375; cfr. Rossi Vairo, *Isabella d'Aragona*, doc. 4, 864-865.

³³ Para o primeiro testamento de D. Dinis, veja-se: Brandão, *Monarquia Lusitana*, V, 17, cap. L, ff. 275 coluna b – 275v, coluna b; para o primeiro testamento de Isabel de Aragão, veja-se de Sousa, *Provas*, 144-147, doc. 15.

³⁴ O que nos leva a crer que a rainha D. Isabel de Aragão fez outro tanto, alterando, nos anos a seguir, as suas disposições em relação à escolha do *locus mortis*.

PRO SALUTE ANIMAE: A MORTE DO INFANTE D. DINIS E A PEREGRINAÇÃO A COMPOSTELA

Neste ponto, é oportuno interrogar – e tentar encontrar uma resposta – sobre as motivações que impulsionaram o rei a encaminhar-se para Compostela mesmo em 1318, no início do ano.

Na segunda metade do século XIII, os peregrinos dirigiam-se ainda ao túmulo do Apóstolo na esperança de obter curas milagrosas ou benefícios materiais concretos, como se depreende da leitura de um dos mais ilustres textos literários da época, as *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X de Castela, o Sábio, dedicadas especificamente a tal argumento³⁵. Porém, já nas *Partidas*, do mesmo autor, refere-se à peregrinação afirmando que “*Romarias e pelagrenagens faze os homes pera servir Deus e onrrar os santos*”.³⁶ No século XIV, a peregrinação a Compostela tornou-se na expressão de uma devoção pessoal pelo santo ou da preocupação pela salvação da própria alma e daquela dos seus defuntos, ou de um defunto em particular. Além disso, esta podia ser fruto de um voto ou de um acto penitencial imposto pelo confessor, possivelmente a cumprir-se pessoalmente ou, em alternativa, por interposta pessoa.³⁷

Da análise até agora efectuada, pode deduzir-se que D. Dinis revolveu ir homenagear o sepulcro de São Tiago Maior num momento não favorável do ano, considerando o rigor do Inverno no norte do País. Assim esta decisão parece surgir de uma urgência interior do monarca: tem 57 anos, uma idade já bastante avançada para enfrentar uma tal viagem, fisicamente muito cansativa, sobretudo tendo em conta que estamos na centúria de Trezentos. Porém, nos últimos tempos, por mais do que uma ocasião, deve ter parado para meditar sobre a caducidade do ser humano e a vaidade das coisas terrenas, com uma atitude que bem se reflecte na súplica enviada ao Papa, remontando a este mesmo período³⁸. Por certo, as fricções familiares, que tinham começado a manifestar-se de uma forma mais evidente no ano anterior, podem ter pesado na decisão de D. Dinis de cumprir um acto tão emotiva e espiritualmente envolvente. Também o desejo do soberano de recomendar ao santo a alma do pai D. Afonso III, cuja memória é omnipresente em cada auto ou acção do rei, pode ter influenciado a sua resolução. Porém entre as razões concretas que levaram o monarca a encaminhar-se a Compostela poderia ser enumerada também a morte prematura do neto Dinis, ao qual o rei era muito afeiçoado. O historiador franciscano Félix Lopes (1953) defendeu já esta específica circunstância como motivação e origem da peregrinação de D. Dinis a Compostela.³⁹

As crónicas referem uma relação especial entre o soberano e o infante Dinis: tendo sobrevivido aos primeiros delicados meses de vida, este era o terceiro filho do casal dos futuros reinantes, D. Afonso e D. Beatriz, nascido quatro anos depois de Maria (1313-1357) e dois depois de Afonso (1315), falecido recém-nascido. No início, o pai tinha pensado mandar criar e educar o príncipe no vizinho Reino de Castela e Leão, junto da sogra, a rainha mãe Maria de Molina, e o infante D. Pedro, com quem D. Dinis já não se relacionava bem há algum tempo. Todavia, a seguir, provavelmente D. Afonso teve de ceder às insistências do rei, consentindo que o menino fosse confiado aos cuidados da casa paterna⁴⁰, como, aliás, já tinha acontecido com os primeiros dois filhos

³⁵ M. Cadafaz de Matos, “O culto português a Santiago de Compostela ao longo da Idade Média: peregrinações de homenagem e louvor ao túmulo e à cidade do Apóstolo entre o séc. XI e séc. XV”, *Bibliotecas, Arquivos e Museus* 1/2 (Julho-Dezembro 1985), 521-557. São dedicadas ao tema da peregrinação a Santiago de Compostela as *cantigas* nn. 175, 186, 218, 253, 268, 278, 367.

³⁶ *Alphonse X Primeyra Partida. Édition et étude*, ed. J. de Azevedo Ferreira (Braga: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980), cf. *Título XXVIIº Dos Rromeus e dos pelegrijs en que ha IIII leys*, pp. 576 e ss.

³⁷ Da imensa bibliografia sobre o tema da peregrinação, limitar-me-ei a citar: A. Vauchez, *Pèlerinages et sanctuaires dans l'Occident médiéval (X^e-X^e siècles)*, em *Les pèlerinages dans le monde à travers le temps et l'espace. Actes du colloque organisé par le professeur Jean Chélini le 9 novembre 2005*, 73-82 (Paris, 2008), e J. Chélini, H. Branthomme, *Le vie di Dio. Storia dei pellegrinaggi cristiani dalle origini al Medioevo* (Milano: Jaca Book, 2004).

³⁸ V. nota 15.

³⁹ Cf. Lopes, “Santa Isabel”, 15-16. A este propósito, ocorre espontaneamente uma pergunta: tendo em conta que o infante D. Dinis nasceu a 12 de Fevereiro de 1317, é possível que se tenha tratado de um *lapsus* o erro cometido pelo cronista Brandão – e não pelo tipógrafo – na indicação da data de chegada do rei a Compostela (12 em vez de 2 de Fevereiro)?

⁴⁰ Rui de Pina, *Crónica de D. Dinis*, 100: “*E assy ouve o Iffante dom dinis que elRey dom denis seu avoo com grande Amor criava em sua casa e nella faleceo moço*”.

do casal⁴¹. Pois o soberano não podia aceitar o facto de aquele neto que, na altura, aos seus olhos, representava aquele que podia garantir a continuidade do reino, o “futuro herdeiro do trono”, fosse criado em terra estrangeira. Porém, o monarca teve de se esforçar bastante para tê-lo ao seu lado, tendo em conta que no primeiro manifesto pronunciado contra o infante D. Afonso, em Santarém, a 1 Julho de 1320, D. Dinis se queixa, entre as muitas admoestações dirigidas ao filho, do facto de ele ter querido afastar do avô o amado neto⁴². O afastamento forçado dos netos, sem mencionar explicitamente Dinis, será recordado como uma ofensa e uma culpa também nos dois sucessivos e mais animados manifestos proclamados contra o príncipe rebelde, pronunciados a pouca distância um do outro, a 15 de Maio e ainda a 17 de Dezembro de 1321⁴³.

O menino Dinis concluiu a sua breve existência provavelmente ao findar o primeiro ano de idade, deixando o avô desconcertado, como testemunham as palavras do cronista Rui de Pina “elrey foy tam anoxado e triste que no sabia nem podia com nenhuma cousa ser ledo nem consollado”⁴⁴. Tal foi o sofrimento patenteado pelo soberano que mereceu a atenção do pontífice que, alguns meses depois, a 10 de Junho de 1318, dirigiu ao rei, e não aos pais da criança, uma carta de condolências carinhosa e sincera, de um afecto paternal, pela morte não de um parente qualquer, mas do infante *bone memorie Dionisii nepotis*.⁴⁵

Na altura, era regra não escrita ir em peregrinação a Compostela pela salvação da alma do defunto, durante o primeiro ano da morte do parente: assim fez a rainha Isabel quando, falecido o consorte a 7 de Janeiro de 1325, se encaminhou no mês de Julho daquele mesmo ano para rezar sobre o túmulo do Apóstolo pela alma do marido e recomendá-la a Deus⁴⁶. Da mesma maneira, é possível que D. Dinis tenha decidido ir em peregrinação logo a seguir à morte do neto, quase a querer chegar ao destino ainda antes de se completar o primeiro aniversário do nascimento do infante (12 de Fevereiro), no qual tinha depositado as grandes esperanças, suas e do reino.

Portanto, é nesta perspectiva que podem ser lidas as acções empreendidas pelo soberano ao regressar de Compostela: a construção do Porto de S. Dinis e a fundação da igreja de S. Dinis. O cronista Brandão define estas iniciativas como genéricas obras de piedade. Porém, por detrás delas, pode ser entrevista a vontade de D. Dinis de homenagear a memória do neto prematuramente falecido, que tinha o seu próprio nome, o do seu santo protector. Às muitas orações rezadas à volta do sepulcro do Apóstolo, seguiram-se acções concretas, muito provavelmente ligadas à jornada a Compostela⁴⁷.

⁴¹ *Ibidem*, 100: “e tyinha cuydado de lhe criar seus filhos que jaa atee este tempo elle ouvera”.

⁴² F. Lopes, “O primeiro manifesto de el-Rei D. Dinis contra o Infante D. Afonso seu filho e herdeiro”, *Itinerarium* 13 (1967), 17-45, cf. 42: “Item Quando nação o Iffante Don Dinis en Santaren, querendo el Rey fazer o que devya contra el e crialo como cousa que amava e que atendia que veesse ao seu logar se o Deos por bem tevera como era razon de o cuydarem e atenderem os homeens, disse ao Iffante que el o queria criar ca no avya nenhum na terra que o mayns de vontade criasse nem tam bem nem tam onrradamente. E cuydando El Rey, o que era aguysado, que lhy tevesse o Iffante esto en amor e en merçee, tornoulhy o Iffante muy doutra guysa dizendo que el cataria como se criasse dando a entender que nom queria que El Rey criasse e detevelho nojando hy El Rey e mostrandolhy escatima e movendo al Rey preytesia que lhy desse algo por lhy criar El Rey o seu filho, e maravilhandosse El Rey por que lhy pusera esta escusança, soube por certo que se tragia con no Iffante Don Pedro que era emnijo de El Rey e da sa terra, que lhy desse o Iffante a criar o seu filho que avya dardar os Regnos de Portugal e do Algarve.”.

⁴³ Para a edição do segundo manifesto, de 15 de Maio de 1321, veja-se: Lopes, “Santa Isabel”, 34-41; pela publicação do terceiro manifesto, de 17 de Dezembro de 1321, vê-se: *Livro I de Místicos de Reis. Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro. Documentos para a história da cidade de Lisboa* (Lisboa: Câmara Municipal, 1947), 135-146.

⁴⁴ Rui de Pina, *Crónica de D. Dinis*, 100. Também a *Crónica de D. Dinis* de 1419 regista a morte do neto e o conseqüente sofrimento do rei: cf. *ibid.*, 173: “Em esta sezão morreo o Iffante D. Denys; seu avo, elRey, tomou grande nojo”.

⁴⁵ 13 de Junho de 1318, de Avinhão, ASV, *Reg. Vat.*, 109, ep. 576, f. 141r – 141v. Cf. Lopes, “Santa Isabel”, em Apêndice, 30-31, transcreve o texto da epístola.

⁴⁶ Veja-se H. Baquero Moreno, “Santa Isabel, Rainha de Portugal peregrina a Santiago de Compostela”.

⁴⁷ Para além da validade do projecto urbanístico, desejava deter-me brevemente no valor simbólico de uma obra pública como a construção de um porto. Voltam à memória as palavras de Séneca dirigidas ao amigo Políbio para consolá-lo da morte do irmão, quando recorda que, após as tempestades e a alternância das marés da vida, os naufrágios, a exposição à força dos ventos, “a morte é o único porto seguro”, a morte que dá paz e que torna “finalmente livre, finalmente seguro, finalmente eterno”. Não temos condições para afirmar se este pensamento ocupava a mente e a alma do rei quando encomendou a obra em questão, mas as palavras do filósofo estoíco, que, na Idade Média, se pensava ter sido cristão - o primeiro a fazer de Séneca um cristão foi o dominicano Giovanni Colonna (ca. 1298 – ca. 1343) na sua obra *De virtis illustribus*, mas tal ideia circulava desde o século II -, poderiam perfeitamente adaptar-se ao estado da alma do homem culto, que sofre pela morte de um familiar e procura conforto não somente na oração, como também nas letras; e tratando-se de um poeta, homem de letras sapiente como foi D. Dinis, talvez possamos tomar em consideração esta eventualidade; cf. Seneca, *Consolatio ad Polybium*, 9.

A ulterior confirmação desta intenção é o facto de que, à cerimónia do assentamento da primeira pedra da igreja de S. Dinis, ocorrida a 15 de Outubro de 1318, como atesta a carta de fundação, para além do rei, esteve presente também o herdeiro do trono D. Afonso, juntamente com o grupo dos seus fiéis servidores, entre os quais, Afonso Teles, Gonçalo Pires Ribeiro, Lopo Fernandes Pacheco, Martim Gonçalves de Ataíde. E mais: no instrumento está especificado o acto material da colocação da primeira/as pedra/as por parte quer do soberano quer do Infante, circunstância inusitada, mas de forte impacto emotivo e de grande carga simbólica⁴⁸.

Assim, a fundação de uma igreja intitulada de São Dinis e a participação do rei junto do herdeiro e dos seus representaram um acto de conciliação e de pacificação cumprido para honrar a memória do neto e do filho tão amado.

PROPOSTA DE IDENTIFICAÇÃO DO JACENTE NUM TÚMULO DO MOSTEIRO DE ODIVELAS: O INFANTE D. DINIS

No Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, além do monumento fúnebre gravosamente danificado do rei, existe um outro túmulo com jacente que tem representado, por muitos anos, um verdadeiro enigma para os historiadores da arte. Encontra-se numa capela da abside, do lado da Epístola.

Antigamente achava-se que conservava os restos mortais de uma filha natural de D. Dinis, D. Maria Afonso, nascida da união extra conjugal do soberano, professa no mosteiro de Odivelas e abadessa da comunidade entre 1317 e 1318, tendo falecido em 1320⁴⁹.

Recentemente, Carla Varela Fernandes tem justamente negado a associação deste túmulo a D. Maria Afonso, tendo elaborado uma interessante análise iconográfica da peça e formulado uma nova proposta de identificação do jacente, atribuindo-o ao infante D. João, filho de D. Afonso IV e D. Beatriz de Castela e Leão, nascido a 23 de Setembro de 1326 e falecido com menos de um ano de idade, em 1327⁵⁰. A única fonte documental em suporte desta hipótese avançada pela investigadora é a rápida passagem da *Crónica del Rey D. Alfonso IV*, onde se refere a notícia, retomada também pela *Monarquia Lusitana*, de que o infante D. João foi sepultado junto do avô no Mosteiro de Odivelas, na capela de S. João Evangelista⁵¹.

Por certo, o sarcófago é produto de boa qualidade, pelas características formais e estilísticas, um *unicum* na produção escultórica portuguesa trecentista, reconduzível a uma encomenda régia, não só pela tipologia da peça, mas também pela linguagem da heráldica, alusiva à Coroa portuguesa e à de Castela e Leão. O mestre ou os mestres que realizaram este túmulo tinham seguramente elevadas capacidades técnicas, de que nos dão provas expressivas quer na representação da figura humana, quer nos motivos ornamentais que decoram as quatro faces da arca.

À luz de tudo o que foi referido sobre a peregrinação de D. Dinis a Compostela, as motivações, os acontecimentos que tiveram lugar ao longo de 1318, a importância que, na altura, chegou a assumir o Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, cremos poder avançar com uma nova proposta relativa à personagem esculpida, individualizando nesta a pessoa do infante D. Dinis, filho do príncipe herdeiro D. Afonso e da princesa D. Beatriz de Castela e Leão e, portanto, irmão do infante D. João, não obstante a *Crónica*

⁴⁸ 12 de Outubro de 1318, de Torres Vedras, IAN/TT, Gav., 19, maço 8, doc. 18, cf.: “[...] *Ad instanciam dicti domini Regis h edificavit seu fundavit quamdam ecclesiam ad honorem et laudem beati Dionisii ibidem manibus propriis primarium lapidem imponendo et consequenter vero praedicti domini Rex et Infans ibi similiter singulos lapides posuerunt quamdam ecclesiam prefatus dominus Rex h edificari seu fundari ut premicitur mandavit.*”

⁴⁹ Sobre o perfil biográfico de D. Maria Afonso, veja-se: Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis*, 313.

⁵⁰ C. Varela Fernandes, “Proposta de identificação de um jacente medieval. O infante D. João”, *Artis. Revista do Instituto de História da Arte* 5 (2006), 73-86. O *Livro da Noa* informa-nos que o infante D. João nasceu a 23 de Setembro de 1326, enquanto António Caetano de Sousa indica o dia 21 de Junho de 1327 como data da morte; cf. de Sousa, *História Genealógica*, I, 2, 193.

⁵¹ *Crónicas dos sete primeiros reis de Portugal*, edição crítica por C. da Silva Tarouca (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1952), p. 142: “*E ouve mais ho Ifante D. Joham, que tambem faleço moço, e jaz sepultado no Mosteyro d Odivelas, junto com elRey D. Denis, seu avoo.*”

del'Rey D. Alfonso IV nos informar de que ele jaz no Mosteiro de Alcobaça, na Capela dos Reis, junto, ou melhor, “aos pés”, do bisavô D. Afonso III.⁵²

Na ausência de fontes documentais directas, numerosas são as argumentações que se podem avançar como suporte desta hipótese.

Em primeiro lugar, o *locus mortis*, ou seja, a igreja do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, que o rei fundou em 1295, dedicado ao seu santo protector, São Dinis, cujo nome recebeu por ter nascido no *die natalis* do santo (9 de Outubro). O infante, embora nasça noutra data, recorda porém no nome o avô. Na escolha do nome está implícita a homenagem ao soberano, mas também a evocação do santo titular da igreja. Por isso, é razoável pensar que se optou pela tumulação do menino no Mosteiro de Odivelas, dedicado a S. Dinis, para estender também ao infeliz infante a protecção espiritual do santo.

Além disso, precisamente em 1318, no desejo de aplacar os conflitos surgidos na família, os reis decidem fazer do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas o novo panteão régio, em alternativa à Abadia de Sta. Maria de Alcobaça. Na partilha do carinho, antes, e do sofrimento pela perda do filho e do neto amado, depois, configura-se o projecto de reconciliação a longo prazo, representado pela criação de um novo panteão familiar. Portanto, é justificável crer que, tendo em conta a coincidência das datas, o primeiro membro da Casa real a ser sepultado em Odivelas fosse o menino Dinis.

Vista a homonímia, é possível que o soberano fosse o padrinho de baptismo da criança. Para além desta afirmação, que, de momento, não tem outro fundamento a não ser o bom senso, a tradição e a associação ao caso análogo da rainha D. Isabel que foi madrinha da neta Isabel (1324) e quis educá-la na sua casa, é certo porém que D. Dinis sentiu um carinho especial para com o infante, como foi largamente demonstrado. Em testemunho da oficialidade desta ligação privilegiada entre o avô e o neto, está a epístola de João XXII dirigida ao rei, que já referimos.

Também Rui de Pina se detém a descrever o afecto, mas sobretudo o desconforto do rei após a morte do menino: as palavras do cronista deixam sobressair a humanidade de D. Dinis e confirmam, mais uma vez, a relação especial existente entre os dois, pois somente neste único caso se menciona o sofrimento do soberano pela perda de uma pessoa querida⁵³.

Por outro lado, não existe ligação afectiva entre D. Dinis e o infante D. João, que não conheceu porque nasceu a 23 de Setembro de 1326, depois do falecimento do rei (7 de Janeiro de 1325). Não há nenhuma razão para que este mesmo neto tivesse de fazer junto ao avô em Odivelas: não há nenhuma relação especial do rei D. Afonso IV com este mosteiro, ao qual não dedica nenhuma afeição, nem aos santos aí venerados. Nessa altura, em 1327, o mosteiro de Odivelas representa somente o “mausoléu” de D. Dinis, no momento em que o projecto de panteão régio não resistiu à guerra civil e por explícita vontade do monarca que, no testamento de 1322, se expressa em termos de sepultura individual, ou seja, já nem prevê a presença da mulher.

Encontramos outra argumentação em favor da identificação do jacente com o infante D. Dinis na atitude análoga à do soberano assumida, uns anos mais tarde, pela rainha mãe para com a neta Isabel. Nascida a 22 de Dezembro de 1324, foi baptizada pela avó e criada na casa dela até à morte, ocorrida a 11 de Julho de 1326⁵⁴. No testamento de 22 de Dezembro de 1327, a rainha D. Isabel manda que a infanta, falecida com um ano e meio de idade, descanse junto de si no Mosteiro de Sta. Clara e Sta. Isabel de Coimbra: o túmulo da menina será colocado na igreja, além da grade do coro, onde a rainha elegera a sua sepultura⁵⁵.

⁵² *Ibidem*; cf. p. 142: “E apos ele ouve o Ifamte D. Denys que nação e moreo em Samtarem, moço de hum anno, e jaz sepultado em Alcobaça, na Capela dos Reys, aos pes da sepultura delRey D. Afonso, Comde de Bolonha, seu bisavo”.

⁵³ V. *infra*, 10 e nota 39. O autor menciona somente os primeiros dois filhos do casal, omitindo todos os outros, entre os quais o infante D. Pedro, nascido em 1320, futuro rei de Portugal, e refere, demorando-se, a carta de condolências do Papa.

⁵⁴ Cf. *Livro da Noa de Santa Cruz*, 55. É interessante observar como no *Livro da Noa*, dos sete filhos nascidos do matrimónio dos reis D. Afonso e D. Beatriz, os únicos a ser recordados são Dinis (1318), Pedro (1320), Isabel (1324) e João (1326).

⁵⁵ A este propósito, poder-se-ia talvez ler como um acção motivada pelo propósito comemorativo da menina e pela vontade de procurar indulgências para a salvação da alma da defunta neta, a fundação do Hospital de Sta. Isabel, no mesmo

Last but not least, também sob o ponto de vista puramente histórico artístico, pode-se afirmar que este jacente não representa o infante D. João, mas sim o infante D. Dinis. Pois, se este sepulcro tivesse sido para o infante João, falecido em 1327, quererá dizer que a peça foi realizada depois do da neta Isabel, que se encontra hoje na igreja de Sta. Clara a Nova de Coimbra.

Da análise estilística comparativa dos sarcófagos, reparamos em muitas diferenças de execução: bastará, aliás, concentrarmo-nos no jacente, para observarmos uma diversa maneira de proceder. Trata-se da representação, em ambos os casos, de crianças defuntas retratadas como “pequenos adultos”⁵⁶. Porém, enquanto na estátua de D. Isabel observamos uma riqueza de pormenores, um deter-se nos detalhes do vestido, das jóias, dos acessórios de princesa, o mesmo não se pode constatar na imagem do infante, essencial, sem ornamentações, sóbria, ao ponto de ter feito pensar, no passado, na possibilidade de se tratar do jacente da filha natural de D. Dinis, monja cisterciense. No entanto, não se trata duma peça de menor qualidade: é suficiente reparar no requinte do trabalho de incisão a imitar a trama do tecido que enriquece a dúplice almofada sobre a qual descansa a cabeça do menino. Entre as duas obras existem diferenças substanciais de concepção, na ideia de memória que se quer transmitir deles e que está na base da realização material: basta pensar que ela está coroada e ele não. Quando morrem, Dinis é filho do infante herdeiro, mas Isabel já é filha de rei; portanto, também João deveria ter algum atributo alusivo ao seu *status* de príncipe e “filho de rei”: por exemplo, as armas de Portugal deveriam ter um lugar mais destacado em comparação com às de Castela e Leão, como, de resto, consta na tampa da infanta D. Isabel, onde os escudos do Reino de Portugal ocupam a parte central, sendo rodeados pelos castelos que fazem de contorno.

Se verdadeiramente se tratasse do túmulo do infante D. João († 1327), então deveríamos ter em conta que a sua realização seria posterior ao da princesa D. Isabel († 1326) e que, entre um e outro, mediaria pelo menos um ano, uma vez que, somente pouco mais de dois meses após a morte dela (11 de Julho), nasceu o outro (23 de Setembro), cuja breve vida se concluiu cerca de um ano mais tarde (21 Junho 1327). Porém, as diferenças estilísticas, formais e conceptuais entre os dois monumentos saltam aos olhos: trata-se de dois ou mais mestres caracterizados por uma linguagem não assimilável e não confundível um com o outro, de origem e proveniência geográfica diversas, com um *background* cultural distinto e com talentos diferentes. Toda esta diversidade não pode justificar-se somente com o facto de que um trabalha em Lisboa-Odivelas e o outro em Coimbra, sobretudo considerando que, tratando-se de uma encomenda da família real, o artista se desloca até onde for preciso. De resto, assumindo a obra de mestres provenientes de áreas geográficas diversas, mesmo assim, a nosso ver, não são justificáveis todas as diferenças de estilo existentes entre os dois túmulos - a nível de iconografia, técnica, forma, matérias-primas utilizadas - com a realização a um único ano de distância.

CONCLUSÕES

1318 foi um ano chave na existência do rei D. Dinis: um ano de paz, um ano de trégua, antes do definitivo romper dos equilíbrios e o rebentar da violência da guerra civil que teria modificado para sempre, e em profundidade, as relações no interior da família real.

ano, em Coimbra (27 de Outubro de 1327, de Avinhão, ASV, *Reg. Vat.*, 86, ep. 1700), no momento em que a edificação de hospitais, institutos assistenciais por excelência, reentrava naquelas categorias de obras pias encomendadas *pro salute animae*; cfr. M. A. Beirante, “Para a História da Morte em Portugal (séc. XII-XIV)”, em *Estudos de História de Portugal*, 359-383. Esta hipótese será devidamente desenvolvida na prossecução da investigação.

⁵⁶ Sobre a representação das crianças na arte funerária, cfr. M. Nuñez Rodríguez, “El concepto de la muerte en la “aetas imperfecta”: iconografía del niño”, em *La Idea y el Sentimiento de la Muerte en la Historia y en el Arte de la Edad Media (II)*, 36-64 (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1982).

Em 1318, o soberano dirigiu-se a Compostela, ao túmulo do Apóstolo São Tiago Maior, para rezar pela paz do seu reino e pela salvação da alma dos seus parentes defuntos, sobretudo os pais e o neto queridos.

Não nos é dado conhecer quão intensa e sinceramente D. Dinis viveu a experiência da peregrinação, mas, de facto, no seu regresso o soberano tomou decisões importantes para si próprio e para a sua família e, em sentido lato, para o Reino de Portugal, no desejo de tornar duradouro o efeito benéfico derivado do percurso espiritual empreendido e vivido na primeira pessoa.

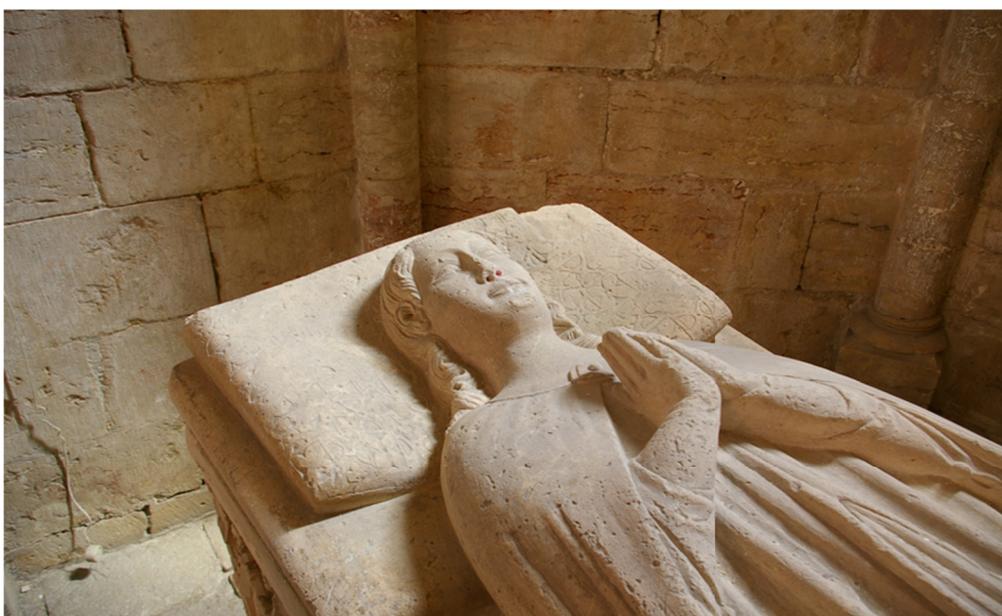
Infelizmente, a História frustrou os esforços de D. Dinis, transtornando todos os seus bons propósitos: o conflito com o Infante D. Afonso, que envolverá também a rainha Isabel, tornará vãs as tentativas ensaiadas ao longo daquele mesmo ano de 1318.



José Custódio Vieira da Silva (Copyright Imago), Túmulo do infante D. Dinis. Mosteiro de S. Dinis, Odivelas.



José Custódio Vieira da Silva (Copyright Imago), Túmulo da infanta D. Isabel. Mosteiro de S. Clara a Nova, Coimbra.



José Custódio Vieira da Silva (Copyright Imago), Túmulo do infante D. Dinis. Mosteiro de S. Dinis, Odivelas. Pormenor



José Custódio Vieira da Silva (Copyright Imago), Túmulo da infanta D. Isabel. Mosteiro de S. Clara a Nova, Coimbra. Pormenor

**Palmela nos finais da Idade Média.
Estudo do códice da Visitação e Tombo de propriedades da
Ordem de Santiago de 1510
Apresentação do projecto de Mestrado¹**

João Costa
CEH, Universidade Nova de Lisboa

Resumo

Apresentação do projecto de mestrado em História Medieval, intitulado *Palmela nos finais da Idade Média – estudo do códice da visitação da Ordem de Santiago de 1510*. Trata-se de um primeiro esboço do projecto, apresentando as linhas de enquadramento historiográfico do tema, e a organização geral do trabalho: estudo do códice, propriamente dito, da sua tipologia documental e organização interna; análise das paisagens rurais e urbanas da comenda de Palmela; e, por fim, o estudo da componente humana desse território, com ênfase dado às práticas de religiosidade coevas.

Abstract

Presentation of the master's degree project in Medieval History, entitled *Palmela in the late Middle Ages - the study of the codex of the visitation of the Order of Santiago of 1510*. This is a first draft of the project, showing the lines of historiographical framing of the topic, and general organization of the work: a study of the codex itself, its documentary typology and internal organization; analysis of rural and urban landscapes of the commendation of Palmela; and, finally, the study of the human component of this territory, with emphasis given to the religious practices.

A escolha do tema de tese em elaboração teve, na sua base, um forte cunho de gosto e vontade pessoal. Estando, desde há vários anos para cá, ligado a Palmela, nomeadamente à equipa da Dr^a. Isabel Cristina Fernandes, o estudo daquela vila sempre se me afigurou como um objectivo (patente) no meu futuro académico. Assim, no âmbito do meu percurso em contexto de licenciatura, acabei por deparar-me com as visitasões da Ordem de Santiago à vila de Palmela e, desde logo, desenvolvi um fascínio enorme pela alargada abrangência deste tipo documental. Posteriormente, o passar dos tempos fez com que esteja, até hoje, e espero que por muitos e frutíferos anos, ligado ao projecto de transcrição e publicação de documentos (fontes primárias) pelo CEH-UNL, no âmbito do qual acabei por transcrever o códice em causa, cuja publicação aguarda o reavivar do projecto referente à Ordem de Santiago.²

De início, a ideia seria a de, já neste ciclo de estudos, elaborar uma monografia da vila ou da comenda de Palmela, ou mesmo um estudo integrante dos dois. Contudo,

¹ O texto que se segue é, *grosso modo*, o mesmo que foi redigido aquando da nossa participação no WEM 2009. Dois anos depois, o projecto de investigação aí apresentado sofreu, durante esse mesmo tempo, algumas modificações ao nível do plano de trabalhos e do desenvolvimento do seu conteúdo, processo este que culminou com a sua aprovação, em prova pública de defesa de tese realizada a 6 de Outubro de 2010 na FCSH-UNL, com arguência da prof.^a Paula Pinto Costa, cujas sugestões de investigação por esta apresentadas quer no WEM 2009, quer na sobredita defesa de tese queremos aqui agradecer (para uma leitura integral desta investigação, consultar: <http://run.unl.pt/handle/10362/5694>). Em anexo, colocamos, a título indicativo, uma bibliografia exaustiva sobre o tema estudado, a que se junta o índice final do projecto de mestrado já aprovado, e cuja leitura permitirá entender a evolução operada neste projecto ao longo dos seus dois anos de execução. Por último, optámos por manter, como acima afirmámos, a quase totalidade do texto de 2009, uma vez que consideramos que tudo na vida tem o seu tempo e lugar.

² AN/TT, Mesa da Consciência e Ordens, Ordem de Santiago/Convento de Palmela, códice 151, mf. 727/727A

os novos ditames legais circunscrevem significativamente os limites de trabalho do investigador mestrando, tanto ao nível do tempo disponível para a sua execução, como das páginas a ocupar com a dissertação. Assim, a ideia de seguir a mesma linha de investigação, mas a um nível mais restrito, conduziu, através da orientação dos Professores Bernardo Vasconcelos e Sousa e Luís Filipe Oliveira, à escolha deste códice para base de trabalho.

Porém, um problema desde logo se levantou, e que era o do mesmo documento ter sido já usado, em 2004, em três teses elaboradas no âmbito da FLUP para cronologias baixo e alto-quincentistas.³ Para além disto, alguns artigos foram também já redigidos tendo em conta dados retirados deste códice. Assim, a questão que se colocou desde o início foi a de tentar explorar ao máximo este códice. Contudo, há que reconhecer que tal é impossível em termos absolutos, pois entre qualquer trabalho existe sempre um ou outro ponto de contacto, de convergência ou de divergência, face ao qual não podemos passar à margem. Pensamos, pois, agora, ter conseguido estabelecer um ponto de equilíbrio estável entre o "já dito" e o que julgamos poder ser original.

Assim, pretendemos trazer de novo, sobre esta temática, um olhar, primeiro que tudo, para os vazios da documentação, bem como aventar explicações para esses mesmos vazios. Esta crítica documental de veracidade implicará olhar para este códice como um texto escrito por alguém num contexto específico, importando pesar que o que é escrito poderá não ser a realidade tal qual se apresentaria em termos coevos, mas sim uma visão da mesma por parte de um dos muitos poderes em presença em Palmela, neste caso o da Ordem de Santiago.⁴

Por outro lado, tentar desenhar o quadro físico imóvel da época constitui uma nova abordagem ao tema, não ficando tão-somente pela enumeração e quantificação dos dados, mas sim observando-os numa dupla perspectiva quantitativo-qualitativa. O uso da análise toponímica será uma metodologia de abordagem fundamental para esta alínea do nosso estudo.

Noutra vertente, será no elemento humano que procuraremos abordar os dados de forma mais díspar do que até agora foi feito. A análise antroponímica de todos os indivíduos registados a partir da documentação, o elaborar de uma sociologia do espaço da vila e do seu termo, tentando discernir áreas socioeconómicas das diversas zonas de assentamento, e um estudo da componente religiosa da comenda, concorrem para lançar novas luzes sobre estes temas a nível regional e local, podendo também extrapolar-se, a título comparativo, para o todo nacional.⁵

Por último, importa referir um facto que consideramos fundamental nesta tese, e que é o de, em anexo ao estudo que realizamos, seguir a transcrição integral do códice, visitação e tombo de Setúbal incluídos, numa transcrição que se baseará em critérios pré-definidos, que correspondem *grosso modo* aos mesmo utilizados nas edições do CEH-UNL e para os quais remetemos.⁶

Deste modo, o objectivo desde projecto de investigação prende-se com a análise aprofundada e detalhada de um documento absolutamente paradigmático para o estudo das comendas das Ordens Militares: o auto da visitação e tombo das propriedades da comenda de Palmela de 1510, levado a cabo pela Ordem de Santiago.⁷

³ Ver as seguintes teses: Cristina Alves, *A Propriedade da Ordem de Santiago em Palmela, As Visitações de 1510 e 1534* (Porto: 2004); Maria Regina Soares Bronze Ramos, *As Igrejas de Palmela nas Visitações do Século XVI – Rituais e Manifestações de Culto* (Porto: 2004); Maria Isabel Oleiro Lucas, *As Ermidas da Ordem de Santiago nas Visitações de Palmela do Séc. XVI* (Porto: 2004).

⁴ Sobre a importância da dialéctica entre "texto" e "contexto", ver a obra de Jaume Aurell, "El giro cultural", in *La escritura de la memoria. De los positivismo a los postmodernismos* (Valencia: PUV, 2005), 177-198.

⁵ Para uma síntese sobre as potencialidades da micro-História no sentido de fazer macro-História, ver a obra de Jaume Aurell supracitada na nota anterior.

⁶ Para efeitos de referência, remetemos para a recente edição da chancelaria de D. João I, *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, org. João José Alves Dias, vol. IV, t. II (Lisboa: CEH-UNL, 2006) 8.

⁷ AN/TT, Ordem de Santiago/Convento de Palmela, códice 151, mf. 727/727A.

Elaborado no âmbito institucional do Mestrado em História Medieval, a decorrer na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e principiado no ano lectivo de 2008-2009, a opção epistemológica tomada foi no sentido de elaborar um esboço, o mais preciso possível, tendo em conta os constrangimentos de calendário e de limite físico legal da tese final a apresentar, das paisagens urbana e rural que definiam a Palmela dos finais da Idade Média. Por outro lado, nenhuma paisagem estaria completa se não fosse percorrida pelo elemento humano que a dinamizava, que a explorava e que nela vivia o seu quotidiano. Deste modo, o derradeiro capítulo dirá respeito à componente humana e às suas vivências e práticas religiosas no cenário da Palmela dos finais da Idade Média.

Veja-se o seguinte esquema:

- Introdução

- 1: O códice da Visitação e Tombo de propriedades da Ordem de Santiago de 1510:

1.1 Estado da arte sobre o tema

1.2 A Normativa em torno das visitasões e constituições de tombos de propriedade na Ordem Militar de Santiago

1.3 Estrutura interna e morfologia

1.4 Potencialidades e limites

- 2: Paisagens e propriedades urbanas e rurais:

2.1 O espaço urbano

2.2 O espaço rural

- 3: A componente humana:

3.1 Os nomes

3.2 Para uma sociologia do espaço da vila e termo de Palmela

3.3 Práticas de religiosidade

- Conclusão

- Fontes e Bibliografia

- Anexos:

I Visitação e Tombo de Palmela de 1510

II Cartografia

III Tabelas

Assim, em primeiro lugar, constará o capítulo concernente à elaboração dos códices das visitasões das comendas da Ordem de Santiago. Neste ponto, abordar-se-á a normativa que regula esta prática, estando na base desta análise, para a questão dos tombos de propriedade, as Ordenações régias⁸, nomeadamente as Manuelinas, mas também observando as modificações que existiram, ou não, em função da problemática em causa, desde aquelas outras – D. Duarte e D. Afonso V – mais recuadas. Por outro lado, visto tratar-se de uma comenda da Ordem Militar de Santiago, o estudo da *Regra e Estatu-*

⁸ Devido à cronologia do códice em estudo, serão as Ordenações Manuelinas aquelas que terão mais peso nesta análise, nomeadamente devido ao facto de D. Manuel, em 1505, ordenar a constituição de tombos de propriedade. Não obstante, será interessante verificar em termos, digamos, diacrónicos, o evoluir da normativa régia neste âmbito. Para tal, vejamos:

- D. Duarte: http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verobra.php?id_obra=71;

- D. Afonso V: http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verobra.php?id_obra=70;

- D. Manuel I: http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verobra.php?id_obra=72.

tos afigura-se óbvio, principalmente no que diz respeito ao regimento de visitas inserido nas mesmas.⁹

Será ainda lançado um olhar sobre as potencialidades e limites historiográficos que um códice deste cariz possui. Percorrendo os itens essenciais que norteiam a produção de uma monografia histórica, será estabelecida uma analogia com as informações que são possíveis de extrair do referido códice, sendo daí possível aferir até que ponto poderemos ir ao olharmos tão-somente para esta documentação e, por outro lado, o que mais teríamos de procurar se quisermos preencher as lacunas da referida fonte.

O derradeiro aspecto a observar dirá respeito àquele que é já um lugar-comum neste tipo de trabalhos, e que é o da descrição física do documento, o que ajudará o leitor a situar-se perante o documento em estudo.

No segundo capítulo, partimos já para a análise dos dados que conseguimos obter a partir dos fólios em presença. Aqui, será dada atenção às paisagens medievais, que poderemos reconstituir para a vila de Palmela e seu termo. A informação é relativamente significativa neste aspecto, embora, na maioria das vezes, dispersa e oculta. Através dos dados retirados tanto do texto da visitação, como dos documentos de contratos de propriedades da Ordem, inseridos no tomo, conseguimos elencar vários elementos que permitem fazer um esboço da malha urbana da vila, edificado e rede viária, bem como observar os pontos nevralgicos da mesma, aqueles onde a vida urbana teria a sua maior expressão, nomeadamente através da identificação dos edifícios de prestígio que a Ordem possuía no interior da vila, identificando-se também a existência de outras infra-estruturas que apontam no mesmo sentido. Isto ao nível da área urbana. Quanto às zonas rurais, uma cuidadosa e aprofundada análise toponímica permitiu identificar o local de assentamento da grande maioria das propriedades referidas no tomo. A sua identificação e o observar do panorama geral das mesmas permitirá claramente discernir as diferenciadas manchas de produção agrícola que envolviam Palmela neste período e, desse modo, recuperar a imagem das mesmas através desta (re)construção da paisagem fundiária palmelense.

Transversal a este estudo, teremos uma análise das várias unidades de paisagem e de produção, bem como habitacionais, de onde poderemos, ou não, como se verá, retirar informes relativos, por exemplo, a quantitativos de produção, dimensões relativas das várias parcelas, e ainda quais as culturas agrícolas então dominantes em Palmela. Enfim, uma multiplicidade de dados que nos são fornecidos pelo vasto número de contratos de aforamento que nos chegaram através deste códice. Neste ponto, caberá não apenas aquela propriedade, localizada em espaço extra-urbano, mas também a que se encontra dentro da vila. Será, pois, interessante verificar a existência de "manchas verdes" dentro ou imediatamente contíguas aos limites da localidade, e reflectir sobre aquela que é uma questão recorrentemente debatida na historiografia referente a esta temática, nomeadamente no que diz respeito às cronologias e categorias medievais, e que é a da interpenetração campo-cidade, principalmente numa localidade que não era amuralhada.¹⁰

Por fim, a última alínea dirá respeito ao elemento humano, que preenche, deambula por, trabalha, convive em todos os espaços que anteriormente procurámos

⁹ Foram consultados as seguintes versões: Regra da Ordem de 1281 e Regra e Estatutos de Santiago de 1509; para uma bibliografia, sumária, sobre o estudo desta documentação, ver: Philippe Josserrand, *Église et pouvoir dans la Péninsule Ibérique des Ordres Militaires dans le Royaume de Castille (1252-1369)* (Madrid: Casa de Velázquez, 2004); Isabel Lago Barbosa, *A Ordem de Santiago na Baixa Idade Média: normativa e prática – Militarium Ordinum Analecta*, nº 2, dir. Luís Adão da Fonseca (Porto: Fundação Engº António de Almeida, 1999); Cristina Pimenta, *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: O Governo de D. Jorge* (Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2002). Ainda, consultar a edição da *Regra e Estatutos da Ordem de Santiago*, G. Galharde, 1540 (in Biblioteca Nacional, Reservado 129V e reservado 130V), relativamente à Regra e Estatutos aprovados em Capítulo Geral realizado no Convento de Palmela em 1508. Estes códices foram recentemente disponibilizados na BN-Digital, com os seguintes links: <http://purl.pt/14702> (edição de 1509), <http://purl.pt/14634> (edição de 1540).

¹⁰ A título de exemplo, veja-se: Hermínia Vasconcelos Vilar, *Abrantes medieval (1300-1500)* (Abrantes: Câmara Municipal de Abrantes, 1988) 22-23; não consideramos, no entanto, que a inexistência de muralha se deva, como em Abrantes, à pouca importância militar/defensiva da vila, uma vez que Palmela foi, em tempo de "Reconquista", absolutamente essencial a esse nível. Não obstante, tal como em Abrantes, é notório que a ausência de uma cerca em redor do núcleo urbano permite maior inter-relação sócio-económica entre estes os mundos rural e urbano.

(re)desenhar. Neste contexto, procurar-se-á elaborar, primeiro que tudo, um rol de todos os indivíduos que são referidos no códice, procurando separar aqueles que são referidos a nível directo, isto é, que ou são foreiros a quem é dado ou confirmado determinado foro, ou que são clérigos da Ordem ou oficiais do concelho, etc., distinguindo-os daqueles que são indicados de modo indirecto, ou seja, através das confrontações das propriedades ou, por exemplo, a título de ascendência ou descendência familiar, bem como qualquer outro que surja ao longo de todo o texto e que não seja referido, pelo escrivão, directamente em qualquer documento. Neste âmbito, visto encontrarmos referências quanto aos quantitativos populacionais da vila e termo, inseridos no cabo do texto da visitação, debruçar-nos-emos um pouco, também, sobre esta matéria.¹¹

Feita, então, a enunciação e, tanto quanto possível, a quantificação dos mesmos, importará reflectir, ao nível onomástico, sobre esses elementos. Elaborar-se-á uma análise antroponímica de modo a tentar identificar os vários estratos sociais com os quais deparamos.¹² Com esta análise, aliando as informações extraídas para o estudo das propriedades foreiras e outras inseridas nas confrontações, tentaremos cartografar, socio-geograficamente, a dispersão destes mesmos indivíduos pela paisagem estudada, e daí tentar discernir zonas de assentamento mais prestigiadas, tanto urbanas como rurais.

Por último, e visto tratar-se de um texto emanado de uma instituição de cariz religioso, o derradeiro ponto dirá respeito precisamente aos traços de religiosidade que encontramos na documentação consultada. Os dados são variados e dispersos, abundantes nalguns domínios, que outros autores já exploraram, diminutos noutros aspectos. Aquando da apresentação deste texto no encontro organizado pelo Grupo Informal de História Medieval, em 2009, realizávamos um estado da arte consagrado ao estudo dos códices de visitação das Ordens Militares. Neste âmbito, acabou por se confirmar a reflexão apriorística que então apresentáramos, a de que os estudos ao nível da disciplina Histórica são ainda escassos, nomeadamente se tivermos em linha de conta a riqueza de conteúdos intrínseca a estes códices, sendo predominantes os estudos ao nível da História da Arte.¹³

No fundo, trata-se de dados, aqueles a relevar do códice em estudo, relativos quer a práticas de religiosidade leigas, concernentes a confrarias, hospitais, testamentos, doações, quer clericais, referentes tanto à clerezia da Ordem como a clérigos exteriores a esta, respeitantes à prática dos actos culturais, entre outras questões.

Para tudo isto concorre a aplicação de uma metodologia específica. Para além de uma "dissecção" profunda do códice em estudo, optámos por importar de outras disciplinas os avanços epistemológicos que levaram a cabo na temática de que nos ocupamos. Assim, constatámos que quem trabalha estas áreas não pode continuar a manter à margem os dados emanados da Arqueologia¹⁴ e da História da Arte e trabalhar apenas o documento escrito. Estas duas disciplinas, com métodos, conceitos e problemáticas próprias, são de uma enorme importância para esta tese. Aqui, reportamo-nos, fundamentalmente, aos trabalhos levados a cabo pela já referida Dr^a. Isabel Cristina Fernandes e pela sua equipa em Palmela¹⁵, cujas intervenções referentes à arqueologia urbana

¹¹ Sobre a questão demográfica, veja-se João José Alves Dias; *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do XVI)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996).

¹² Apesar dos riscos advindos da extrapolação, a partir dos nomes, no sentido de estabelecer uma identificação social dos indivíduos presentes no códice, tentaremos, nomeadamente através dos apodos, apontar aqueles casos que nos parecem mais seguros e sugerir aproximações àqueles que nos merecem maiores cuidados. Para esta questão, os estudos, indicados na bibliografia anexa a este artigo, da professora Iria Gonçalves, serão de uma mais-valia fundamental.

¹³ Para um aprofundamento desta matéria veja-se: João Costa, "As Visitações das Ordens Militares (séculos XV-XVI) na historiografia medieval portuguesa", *Revista Sapiens*, n.º 1 (2009), 34-63, http://www.library.uq.edu.au/ssah/useits/chicago15A_useit.pdf.

¹⁴ Para uma panorâmica da arqueologia medieval no nosso território até 2005, veja-se: Isabel Cristina Ferreira FERNANDES, "Arqueologia Medieval em Portugal: 25 anos de investigação", *Portugalia*. Separata do vol. XXVI (Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005) 159-166.

¹⁵ Vejam-se os guias de exposições relativas aos dados levantados das várias campanhas arqueológicas levadas a cabo pela dita equipa: Isabel C. F. Fernandes, António Rafael Carvalho, *Arqueologia em Palmela 1988/92 – Exposição* (Pal-

e rural revelaram informações preciosas ao nível da traça da vila, bem como da identificação de algumas infra-estruturas e de regiões envolventes da mesma. Por outro lado, a elaboração recente de um inventário histórico-artístico do concelho de Palmela¹⁶ permitiu suprir vazios da documentação e, assim, auxiliar na cartografia de edifícios que encontramos mencionados no códice espatário.

Também a Geografia terá o seu papel em termos da interpretação de algumas problemáticas que foram sendo levantadas ao longo da investigação, principalmente através dos estudos de Orlando Ribeiro e de Jorge Gaspar¹⁷, que aliam à componente e à matriz geográficas um forte cunho historiográfico, numa aliança próspera que permite abordagens interessantes, como por exemplo no que diz respeito aos processos de implantação, de desenvolvimento e incremento de uma determinada localidade numa dada região; processos estes justificados pelas condições geomorfológicas e climatéricas do local de assentamento.

A estas ferramentas juntamos o método cartográfico¹⁸, fundamental para se ter uma noção mais precisa e segura do espaço sobre o qual nos debruçamos e que auxiliará na análise das realidades socioeconómicas da comenda de Palmela.

Refira-se ainda a abordagem comparativa, pontual, que pretendemos inserir nestes estudos. Visto tratar-se de uma comenda da Ordem de Santiago, e ainda para mais tendo sido comenda-mor da Ordem, considerámos apropriado estabelecer uma comparação com outras duas localidades: Alcácer do Sal¹⁹, por também ela ter sido sede dos espatários no Reino Português, e Tomar²⁰, por ter sido sede de uma outra Ordem Militar, neste caso, a de Cristo. Como tal, será interessante verificar os pontos de confluência e de afastamento entre características destas localidades, e tentar discernir alguma matriz comum de ocupação, nomeadamente ao nível do preenchimento do espaço urbano e das infra-estruturas de controlo dos pontos nevrálgicos da malha urbana de cada uma. Interessante será também observar quais as nuances existentes no que se refere às suas zonas de implantação: Palmela e Alcácer do Sal são sobranceiras ao Sado, mas mesmo assim com índoles singulares entre si, e Tomar é uma vila estremenha relativamente próxima do Rio Tejo. Trata-se, pois, de uma tentativa de aplicar a ideia, defendida por José Mattoso, na sua obra *Identificação de Um País*²¹, de analisar o nosso objecto de estudo com base numa inserção regional e de comparação, posterior, à escala nacional – o autor chega mesmo a defender, caso seja consentâneo com o objecto em estudo, uma análise comparativa e integrada de âmbito ibérico.

Assim, embora a tese propriamente dita diga respeito à (re)construção da paisagem medieval de Palmela, ela insere-se na temática das Ordens Militares, nomeadamente por ser um códice que é elaborado no contexto da chancelaria da Ordem de Santiago.

mela: Câmara Municipal de Palmela, 1993); *Palmela Arqueológica. Espaços, vivências, poderes – Roteiro exposição*. coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes e Michelle Teixeira Santos (Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2008).

¹⁶ Vítor Serrão, José Meco, *Palmela Histórico-Artística: um inventário do património artístico do concelho* (Lisboa/Palmela: Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2007).

¹⁷ Ver trabalhos de Orlando Ribeiro e de Jorge Gaspar; Orlando, RIBEIRO, "Cidade", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II (Porto: Livraria Figueirinhas, 1981) 60-66, também presente, do mesmo autor, em *Opúsculos Geográficos – Temas urbanos*. vol. V (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994); Jorge Gaspar, "A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional", in *La ciudad hispánica durante los siglos XIII al XVI*. t. I (Madrid: Universidad Complutense, 1985) 133-147. Acrescente-se, ainda, o recente trabalho de Mário Viana, *Espaço e Povoamento numa vila portuguesa. Santarém 1147-1350* (Lisboa: Caleidoscópio/Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007).

¹⁸ Com base nas cartas militares – 443, 453, 454, 455 – referentes à zona de Palmela, bem como a todo o território envolvente, desde a costa atlântica até à península de Tróia. Foi também decisivo o contacto com alguns métodos cartográficos levantados de monografias sobre localidades medievais portuguesas, de onde retirámos os modelos de apresentação cartográfica que seguirão em anexo. Ainda sobre este ponto, importa alertar para a necessidade que haveria de em Portugal ser levado a cabo um workshop sobre cartografia histórica, o que seria de mais-valia para todas as cronologias historiográficas e auxiliaria o leitor e mesmo o investigador a situar-se no espaço sobre o qual o corpo do texto incide. Após a comunicação no encontro do GIHM, em 2009, tivemos ainda acesso a cartografia antiga sita no IGP e na divisão de Infra-estruturas do Exército, cujas cotas seguem no Anexo Bibliográfico apenso a este artigo.

¹⁹ Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média* (Lisboa, Colibri, 2001).

²⁰ Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar medieval. O espaço e os homens* (Cascais: Patrimonia, 1996).

²¹ José Mattoso, *Identificação de um País – Oposição. Composição (1096-1325)*, vols. I-II (Lisboa: Estampa, 1995).

Deste modo, trata-se do estudo da inserção local de uma Ordem e do modo como esse mesmo agente actua perante as realidades humana e espacial locais.

Neste âmbito, por um lado estamos, tematicamente, perante uma investigação na área da História da Cidade Medieval, sobre a qual, em termos historiográficos, podemos indicar os trabalhos monográficos elaborados, fundamentalmente, no âmbito da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, mais concretamente em contexto do seminário de História da Cidade Medieval leccionado pelo Professor Oliveira Marques, e que prosseguiu e prossegue, proficuamente, com a Professora Iria Gonçalves e, mais recentemente, com a Professora Amélia Andrade, bem como os estudos que podemos encontrar nos volumes das *Paisagens rurais e urbanas*²², publicados pelo Centro de Estudos Históricos da mesma Universidade. Isto ao nível nacional. Partindo para o além-fronteiras, o espectro historiográfico não tem qualquer comparação, existindo inclusive, desde há muito, sínteses de história urbana²³, facto que não ocorre em Portugal. Assim, e para citar obras recentes, reservemo-nos à referência dos encontros científicos sobre a Cidade Medieval realizados anualmente em Nájera²⁴, a partir dos quais tomamos contacto com os novos paradigmas e linhas de investigação nesta área que vão sendo levados a cabo um pouco por todo o Ocidente Europeu.

Quanto à segunda temática onde poderemos enquadrar este projecto de tese, o estudo das Ordens Militares desenvolveu-se, em Portugal, fundamentalmente através da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, mediante a publicação sistemática de números da revista *Militarium Ordinum Analecta*²⁵, dirigida pelo professor Luís Adão da Fonseca, onde a temática das Ordens é abordada, principalmente na sua perspectiva normativa e institucional. Paralelamente a esta, temos as iniciativas da Câmara de Palmela através do Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, nomeadamente na pessoa da Dr^a. Isabel Cristina Fernandes que, em muito têm contribuído para a divulgação desta temática, através da realização de encontros e cursos sobre as Ordens²⁶, bem como pelo estabelecimento do GEsOS, que disponibiliza a sua biblioteca à investigação de todos quantos percorrem os trilhos das Ordens. Importa ainda referir a investigação do Professor Luís Filipe Oliveira, nomeadamente a sua recente tese de douto-

²² *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas*, vols. I-III (Lisboa: CEH-UNL, 2005-2007).

²³ O panorama português em relação às sínteses sobre história da cidade não se mostra profícuo. O primeiro que surgiu foi o da súpula elaborada por Sérgio Luís Carvalho, *Cidades Medievais Portuguesas. Uma introdução ao seu estudo* (Lisboa: Livros Horizonte, 1989), que, contudo, tem as limitações e as imprecisões que se lhe conhecem. Por outro lado, as únicas, recentes, boas sínteses que foram feitas, para além dos estudos, pontuais, sobre este ou aquele determinado aspecto sobre a cidade medieval (ver bibliografia em anexo), foram elaboradas por Amélia Aguiar Andrade, *Horizontes Urbanos Medievais* (Lisboa: Horizonte, 2004), que, quase num tom narrativo, conduz o leitor através de uma imaginada e paradigmática localidade medieval, onde aponta a morfologia da mesma, o edificado que a compõe, a rede viária que a estrutura, a componente humana que lhe dá vida. Enfim, é actualmente a única boa síntese, actualizada, de que dispomos em termos de panorama historiográfico português.

²⁴ Focando toda uma multiplicidade de aspectos referentes à organização, estrutura e vida quotidiana na cidade medieval.

²⁵ *As Ordens Militares no Reinado de D. João I – Seminário Internacional de Ordens Militares – Militarium Ordinum Analecta*, dir. Luís Adão da Fonseca, nº 1 (Porto: Fundação Eng^o António de Almeida, 1997); *As Ordens de Cristo e de Santiago no Início da Época Moderna: a Normativa, Militarium Ordinum Analecta*, dir. Luís Adão da Fonseca, nº 2 (Porto: Fundação Eng^o António de Almeida, 1999); *A Ordem Militar do Hospital em Portugal – Militarium Ordinum Analecta*, dir. Luís Adão da Fonseca, nºs 3-4 (Porto: Fundação Eng^o António de Almeida, 2000); Cristina Pimenta, *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média: o Governo de D. Jorge – Militarium Ordinum Analecta*, dir. Luís Adão da Fonseca, nº 5 (Porto: Fundação Eng^o António de Almeida, 2001); *A Ordem de Cristo (1417-1521) – Militarium Ordinum Analecta*, dir. Luís Adão da Fonseca, nº 6 (Porto: Fundação Eng^o António de Almeida, 2002); Paula Pinto Costa, *Livro dos Copos – Militarium Ordinum Analecta*, dir. Luís Adão da Fonseca, nº 7 (Porto: Fundação Eng^o António de Almeida, 2006); Joel Silva Mata, Ferreira, *A Comunidade Feminina da Ordem de Santiago: A Comenda de Santos em finais do Século XV e no Século XVI – Um Estudo Religioso, Económico e Social – Militarium Ordinum Analecta*, dir. Luís Adão da Fonseca, nº 9 (Porto: Fundação Eng^o António de Almeida, 2007).

²⁶ *As Ordens Militares em Portugal. Actas do 1^o Encontro sobre Ordens Militares*, coord. Paulo Pacheco e Luís Pequito Antunes (Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1991); *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes e Paulo Coelho (Lisboa: Colibri-Câmara Municipal de Palmela, 1997); *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes e Paulo Coelho (Lisboa: Colibri-Câmara Municipal de Palmela, 1997); *Ordens Militares. Guerra, Religião, Poder e Cultura*, vols. I-II, coord. Isabel Cristina F. Fernandes (Lisboa: Colibri-Câmara Municipal de Palmela, 1999); *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes (Lisboa: Colibri-Câmara Municipal de Palmela, 2005). Para além destes encontros internacionais, também se organizaram, e organizam, anualmente, cursos sobre as Ordens Militares, que vão já na sua 9^a sessão.

ramento, que se debruça sobre a sociologia das Ordens – Avis e Santiago – dirigindo também um grupo de trabalho sobre este tema, inserido no Instituto de Estudos Medievais da FCSH-UNL.²⁷ Actualmente, são três as teses de mestrado e pelo menos uma de doutoramento que se preparam, na referida faculdade, e que incidem sobre as Ordens Militares, cada uma partindo de prismas diferentes, sendo pois com agrado que pretendemos juntar o nosso nome àqueles que anterior ou simultaneamente caminham para colocar ao dispor do público os conhecimentos e conclusões de investigações levadas a cabo nesta área.

Quanto ao panorama internacional sobre esta última temática, optámos por uma delimitação ao espaço ibérico, até porque a Ordem de Santiago é de implantação ibérica, apontando três nomes paradigmáticos deste campo de investigação: Derek Lomax, Philippe Josserrand e Carlos Ayala de Martínez.²⁸

Para concluir, importa referir algo fundamental no contexto deste II Ciclo de estudos e que é o realçar do esforço e auxílio prestados pelos docentes do Mestrado de História Medieval da FCSH-UNL, e mesmo de outros não vinculados a este curso. De facto, foi-nos possível levar a cabo a elaboração de praticamente todos os capítulos de tese – à excepção do primeiro –, nas suas linhas gerais, claro está, no âmbito das disciplinas e seminários do Mestrado. De facto, com as restrições de tempo impostas pela reforma de Bolonha, deverá (sobre)valorizar-se ainda mais este esforço, disponibilidade e pragmatismo evidenciados pelos docentes deste mestrado, e que permitiu uma considerável economia de tempo e o levar a bom-porto deste projecto.

²⁷ <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/grupos-investigacao/nobreza-iem.html>.

²⁸ Respectivamente: Derek W. Lomax, *La Orden de Santiago* (Madrid: 1965) e *Las Órdenes Militares en la Península durante la Edad Media* (Salamanca: 1976); Philippe Josserrand, *Église et pouvoir dans la Péninsule Ibérique des Ordres Militaires dans le Royaume de Castille (1252-1369)* (Madrid: Casa de Velázquez, 2004); Carlos Ayala De Martínez, *Las Órdenes Militares en la Edad Media – Cuadernos de Historia*, nº 57 (Madrid: 1998) e *Las Ordenes Militares Hispánicas en la Edad Media (Siglos XII-XV)* (Madrid: 2007).

Da sacralidade à centralidade: breve análise comparatista acerca das representações cartográficas da cidade de Jerusalém nos mapas-múndi medievais do século XIII

Thiago Borges
Universidade de Lisboa

Resumo

Desprezando, por desconhecimento ou simples desinteresse, uma parte considerável da configuração sensitiva do mundo físico, a cartografia medieval manteve um olhar plenamente fixo a uma realidade que muitas vezes transcendia os restritos domínios de uma geografia meramente positiva. Providos de importantes acepções instrumentais, ainda que bem distantes das funcionalidades que atualmente atribuímos as nossas imagens mundi, os mapas-múndi medievais estão inseridos em um complexo contexto artístico e cultural que orientam todos os significados de sua criação. Por seu gosto enciclopédico, a cartografia medieval tornou possível a representação de personagens bíblicos, históricos e imaginários que estavam dissociados no tempo e no espaço, não existindo, portanto, uma linearidade histórica bem definida. Portanto, contemplando-os em seus estatutos específicos, o presente estudo se fundamenta na análise comparatista de três manuscritos do século XIII: os mapas-múndi de Ebstorf (1236), do Saltério (c. 1265) e de Hereford (c. 1290). A apreciação destes manuscritos evidencia uma nítida continuidade dos modelos cosmológicos concebidos nos séculos iniciais da Idade Média e permitem-nos traçar uma comparação sistemática de alguns elementos iconográficos e simbólicos expressos nas diferentes formas de representação cartográfica da cidade de Jerusalém.

Abstract

Refuting – by ignorance or by mere lack of interest – a considerable part of the configuration of the physical world, medieval cartography kept a close eye to a reality that often used to transcend the domains of real Geography. Even possessing important and valuable instruments - thought still distant from the actual functions recognized of the *imagines mundi* - medieval mapamundi took part of a complex artistic and cultural context which determinate their conception and meaning. Considering the syncretic nature of this cartography, the representation of biblical, historical and fantastic entities in a same space was a common procedure, even contemplating a possible lack of historical linearity between them. In this way, considering their specific status, the present study is based on a comparison between three XIII century manuscripts: the Ebstorf (1236), the Psalter (c. 1265) and the Hereford (c. 1290) maps. The conception of these manuscripts shows an evident continuation of the cosmological models conceived in the early Middle Ages, which allow us, nowadays, to establish a comparison between some iconographic and symbolical elements conveyed in the different forms of the Jerusalem depictions.

Não nos enganaremos se demonstrarmos as coisas invisíveis por intermédio das visíveis¹ exclamava o Papa Gregório Magno (590-604) em meio aos constantes embates teológicos acerca da produção e veneração de imagens sagradas que se propagaram no cerne da Igreja nos séculos iniciais da Idade Média. Ávido defensor das imagens como um instrumento didático e doutrinário, Gregório acreditava que as pinturas eram a leitura daqueles que não sabiam ler, um universo simbólico no qual os analfabetos contemplavam tudo aquilo que deveriam imitar e seguir. Sendo a maioria da população

¹ *Ab re non facimus si per visibilia invisibilia demonstramus*, Gregório Magno, *Epístola* 9.147. *Apud* Peter Burke, *Testemunha Ocular* (São Paulo: Edusc, 2004), 57.

iletrada, os fiéis viam nas passagens bíblicas estampadas nas paredes das igrejas ou nos manuscritos ilustrados a consolação de suas almas diante da vacuidade de seus corpos. Segundo a célebre fórmula de Gregório Magno, as imagens faziam como que todos pudessem ver para compreender e guardar na memória o que apenas o clero podia ler. Com as imagens seus espíritos sentiam aquilo que seus olhos não podiam ver, fazendo de seu mundo um espaço uniforme e singular, onde o imaginário se confundia naturalmente com seus espaços físicos. No centro deste universo ambivalente as imagens passavam a ser lidas e contempladas segundo a ordem do pensamento e não segundo a ordem de uma realidade sensível, incluída em um lugar, um tempo, um espaço único e sintetizado,² não existindo fronteiras claras e bem definidas entre seus espaços reais e metafísicos.

Neste sentido vemos que a ampla evocação religiosa dos elementos iconográficos outrora exaltada como a bíblia daqueles que não sabiam ler, é hoje concebida como a teoria didascálica que, segundo Umberto Eco, reside fundamentalmente na extensa utilização da sensibilidade simbólica como expressão máxima de um sistema pedagógico e de uma política cultural que se edifica por intermédio dos processos mentais próprios de cada época.³ Não se pode negar que esta constante oscilação entre esferas de realidade ambivalentes que na Idade Média confrontara o real e o possível, o sagrado e o profano ou o visível e o invisível ainda hoje provoca em nós, observadores contemporâneos, um estranho e, por vezes, anacrônico olhar sobre o universo medieval.

Conceber e determinar as reais motivações que edificaram a espiritualidade, as mentalidades ou as verdades dos homens medievais certamente não é uma das tarefas mais fáceis para nós historiadores isso porque elas são extremamente mutáveis no tempo e no espaço e quase sempre são expressas ou materializadas de formas plenamente simbólicas, fazendo com que toda a lógica estrutural do imaginário medieval se manifeste de maneiras diametralmente opostas ao pragmatismo racionalista característico das sociedades modernas. Assim sendo, vemos que o homem medieval, como bem destacou Emile Mâle, produziu uma visão profundamente idealista do esquema do Universo, adotando a convicção que tanto a História quanto a natureza deveriam ser entendidas e interpretadas como vastos símbolos.⁴

Na Idade Média este importante simbolismo se presentifica igualmente na representação gráfica dos espaços e das realidades humanas, elemento que fora uma preocupação constante em diferentes momentos da História. Uma constante sempre repleta de variáveis que garantiu a este ramo do conhecimento humano uma diversidade infindável de formas e significados. Em cada uma delas estava presente muito mais do que a simples descrição de rios, montanhas ou fronteiras naturais estava, acima de tudo, a necessidade intrínseca de representação de elementos que moldam, para além do mundo físico, uma complexa rede de percepções e construções sócio-culturais que permanecem subscritas nos longos traços que compõem uma *imago mundi*.⁵ Tais percepções, tão específicas de cada sociedade, bem como as distintas formas traçadas por cartógrafos e artistas ao longo das eras, nos ensinam não somente aquilo que todo e qualquer homem poderia de fato ver e tocar. Elas não nos falam unicamente das formas de tudo aquilo que é evidente a olho nu, isto porque elas igualmente suscitam as mentalidades dos homens de seu tempo, expondo sensibilidades que transcendem suas próprias realidades materiais, aguçando e despertando sentidos e interesses singulares séculos após sua produção.

Mediadores entre o mundo real e espiritual, compreende-se aqui que os *mappaemundi* medievais se apresentam como um elemento sempre suscetível a várias interpretações historiográficas distintas que são necessariamente dependentes dos

² Mireille Mentré, *La peinture mozárabe* (Paris: Presses Universitaires de Paris Sorbonne, 1984), 154.

³ Umberto Eco, *Arte e beleza na estética medieval* (Lisboa: Presença, 1989), 70.

⁴ Emile Mâle, *The gothic image: religious art in France of thirteenth century* (New York: Harper & Brothers Publishers, 1958), 15.

⁵ O termo *imago mundi* é particularmente interessante neste contexto justamente por abarcar as diversas teorias cosmológicas sem excluir as diferentes formas de representação gráfica da Terra.

códigos e dos processos mentais estabelecidos por seus observadores específicos dentro do contexto histórico e cultural em que estes estão inseridos. São estas múltiplas associações entre a memória e os sentidos evocados por seus traçados que conferem à produção cartográfica medieval uma ampla diversidade de formas, cores, símbolos e significados, fazendo com que os diferentes propósitos suscitados pelas narrativas não-lineares destes mapas conduzissem a diferentes representações acerca da imagem e da forma do mundo.

Esta importante diversidade iconográfica foi, entretanto, perdendo espaço à medida que os sistemas mentais e imaginários presentes na cartografia medieval passam a ser progressivamente substituídos pelos rígidos e positivos postulados geográficos que primavam não somente pela afirmação dos novos conceitos postos em voga, mas igualmente pela negação dos sistemas anteriores.⁶ A exaltação realista da Era moderna bem como as novas realidades geográficas traçadas a partir dos grandes Descobrimentos marítimos, trouxeram conseqüentemente uma significativa redução das formas do mundo pensadas e desenhadas pelos homens medievais. Esta profunda modificação epistemológica que para muitos representa um passo crucial no processo evolutivo das ciências geográficas e humanas, para outros representa um certo retrocesso na configuração e na representação iconográfica dos espaços físicos e mentais, uma vez que o crescente apelo à razão e ao realismo eliminou muito das formas imaginárias e dos traços culturais até então expressos nos mapas medievais.

No caso específico dos mapas-múndi medievais, que primordialmente representam uma arte institucional sob a tutela intelectual da Igreja, percebemos uma íntima interdependência entre as imagens apresentadas e os textos e legendas que as fundamentam. Seria como se o cartógrafo colocasse ordem no mundo, traçasse seus limites e suas verdades guiando-se pelos textos contidos nas sagradas escrituras e por outras fontes de autoridade legitimada pela cristandade.

Providos de importantes acepções instrumentais, ainda que bem distantes das funcionalidades que atualmente atribuímos às nossas imagens mundi, estes documentos estão inseridos num complexo contexto artístico e cultural que orientam todos os 'porquês' de sua criação. Muitas vezes traçados por autores anônimos com diferentes intenções e estratégias, muitos mapas medievais narram por intermédio de concepções pictóricas hierarquizadas, toda a história da humanidade desde suas origens, constituindo verdadeiros compêndios de idéias, conceitos e fontes distintas que foram compiladas e editadas seguindo propósitos e funcionalidades específicas.

Desprezando, por desconhecimento ou simples desinteresse, uma parte considerável da configuração sensitiva do mundo material que os circundava, os mestres e artistas medievais mantinham o olhar plenamente fixo para outra realidade: a espiritual. Esta outra realidade, que transcendia os domínios sensitivos de uma geografia meramente positiva, era dotada de um intenso sentido simbólico que permitia a representação em um mesmo plano de eventos e personagens históricos, bíblicos ou imaginários que estavam dissociados no tempo e no espaço, não existindo, portanto, uma linearidade histórica bem definida. Por seu gosto enciclopédico, estas singulares expressões da cultura medieval não devem ser concebidas ou sistematizadas como simples instrumentos operativos, uma vez que, neste caso específico, o espaço adquire fisionomia cartográfica essencialmente vinculada a uma estrutura alegórica, com referências apenas ocasionais à conformação terrestre, mesmo quando era perfeitamente conhecida.⁷

A este respeito não restam dúvidas de que num mapa-múndi sempre haverá visões, idéias e conceitos que serão privilegiados em detrimento de outros, elemento que caracteriza, até os dias atuais, a intencionalidade inerente a estas representações.

⁶ Se recuarmos brevemente ao pensamento positivista e aos parâmetros cartográficos postulados pelas sociedades geográficas no século XIX verificar-se-á o sentido anacrônico e a parcialidade com o qual os mapas medievais passaram a ser tratados. Longe dos reais sentidos suscitados por estes manuscritos observamos o total desprezo de seus métodos e funcionalidades em detrimento de uma exaltação plenamente racionalista.

⁷ Ugo Tucci, "Atlas", in *Enciclopédia Einaudi*, dir. Ruggiero Romano (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984), I: 139.

Do pinax grego ao eurocentrismo moderno passando pela tripartição funcional da orbis terrarum no período medievo, vemos que tais parcialidades derivam em grande parte dos amplos e consistentes regimes de verdades e crenças postulados por cada sociedade, fazendo com que seus discursos específicos estejam impressos nas subjetividades próprias destas representações. Assim sendo, como numa espécie de caleidoscópio, as representações cartográficas do mundo a cada movimento, a cada Era histórica, se apresentam das mais distintas formas, transcendendo a realidade material de seus criadores e contemplando as perenes mutações epistemológicas e mentais das novas gerações.

A ampla diversidade de formas e símbolos atribuídos a uma mesma tipologia documental ao longo dos tempos impossibilita consideravelmente a formulação de conceitos restritivos que conduzam à redução ou à negação de certas tradições e representações gráficas dos espaços. Entretanto, para não nos desviarmos dos nossos objetivos iniciais e entrarmos nos intermináveis pormenores das definições acadêmicas acerca destes documentos, cabe-nos aqui somente explicitar um único conceito que fundamentará o presente estudo. Desta forma, em consonância com os escritos de J. B. Harley e David Woodward, assumiremos uma definição que contempla os mapas enquanto representações gráficas que facilitam a compreensão espacial das coisas, conceitos, condições, processos ou eventos do mundo humano.⁸ Apesar de aparentemente simples, este considerável alargamento conceitual permite-nos contemplar, sem julgamentos a priori, os longos traços que compõem um mapa-múndi medieval, explorando-os não somente como uma figura do mundo mas igualmente como um retrato da sua concepção, considerando-os como parte de um contexto pessoal de memória artística e do pensamento medieval.⁹ Em síntese, esta breve definição permite-nos compreender como estas imagens e textos sugerem e certamente sugeriram um diferente olhar sobre os espaços físicos e espirituais que compunham o amplo e figurado universo do homem medieval.

É neste extenso contexto teórico-metodológico que se apresentam as perspectivas iniciais da presente investigação. À luz da História das Mentalidades com o importante auxílio da História da Arte pretende-se aqui promover uma breve análise comparatista dos elementos iconográficos e iconológicos que simbolizam a representação cartográfica da cidade de Jerusalém nos mapas medievais. Para a consecução de tais objetivos três manuscritos do século XIII serão particularmente analisados e contrastados neste breve estudo. Trata-se dos mapas de Ebstorf (c. 1236)¹⁰, do Saltério (c. 1260)¹¹ e de Hereford (c. 1290).¹² Documentos que, originários de uma mesma tradição cartográfica, a qual se convencionou tardiamente designar de mapas orósio-isidorianos ou simplesmente tripartidos (T/O), compartilham fontes e referências que fundamentam a essência de seus traços. Para além da Bíblia, base por excelência das produções artísticas medievais, encontramos uma imensurável rede de fontes textuais, orais ou de tradição imaginária que convergem mutuamente na edificação dos elementos formativos da cartografia medieval.

A proximidade formativa dos documentos selecionados neste elenco de imagens corrobora com a tese comparatista de que as imagens sempre retomam algo, fazendo com que estes traçados recriem e reestabeçam permanentemente ligações iconográficas com elementos anteriores à sua produção. Ainda que os traços e as mensagens a serem transmitidas por estes mapas sejam independentes entre si, observamos na essência de cada um deles um modelo em comum que é personalizado em estreita consonância com intenções e as visões específicas de seus criadores. A análise iconológica dos documentos apresentados evidencia uma nítida continuidade dos modelos cosmológicos concebidos nos séculos iniciais da Idade Média e nos

⁸ John B. Harley e David Woodward, ed., *The History of Cartography: Cartography in prehistoric, ancient, medieval Europe and the Mediterranean*, (Chicago/London: Chicago University Press, 1987), I: XVI.

⁹ Naomi Kline, *Maps of medieval thought: the Hereford paradigm* (Suffolk: Boydell Press, 2005), 14.

¹⁰ Cf. apêndice documental, imagem 1.

¹¹ Cf. apêndice documental, imagens 2 e 3.

¹² Cf. apêndice documental, imagem 4.

permite a comparação sistemática de alguns elementos iconográficos e simbólicos expressos nos mapas medievais.

Das pequenas páginas ilustradas de um saltério aos imponentes murais e altares das catedrais medievais estas imagens mundi se faziam vivamente presentes no cotidiano dos homens de seu tempo, aguçando constantemente seus sentidos e percepções diante do sagrado. Apesar das divergências iconográficas, o certo é que os três documentos em questão narram momentos diferentes da paixão de Cristo, remetendo, em linhas gerais, à mesma mensagem de salvação. A imagem de Jerusalém entronizada no centro destas cartas reafirma esta promessa.¹³ Portanto, para que possamos compreender as verdades presentes nestes documentos devemos fundamentalmente compreender as realidades de seus próprios criadores e observadores. Precisamos antes de tudo alcançar o espírito do homem que enxergava nestes mapas algo além de sua própria materialidade, que via ali muitos dos elementos que norteavam a sua espiritualidade.

MAPA DE EBSTORF (C.1236)

Célebre por suas monumentais formas, o mapa de Ebstorf foi, até os bombardeios infligidos à cidade de Hanover em 1943, a maior e principal representação cartográfica que nos havia sido legada pelo medievo ocidental. O manuscrito, composto de trinta folhas pergaminho com cerca de 3,5 metros de diâmetro, encontrado ao acaso no convento de Ebstorf, em 1830, foi mais um dos tantos tesouros históricos que se perderam em meio aos conflitos armados da Segunda Guerra Mundial, restando apenas quatro cópias produzidas a partir do manuscrito original. Apesar da inestimável perda para a História da cartografia, ainda podemos contemplar e extrair alguns elementos essenciais para o nosso estudo por intermédio das reproduções existentes. Evidentemente que por tratarmos aqui de um fac-símile e não do documento propriamente original deveremos estabelecer de início certos cuidados de análise que englobam fundamentalmente as questões relativas à fidedignidade iconográfica e cromática, aspectos primordiais que certamente sofreram alterações consideráveis no processo de reprodução.

Seu ideário, Gervásio de Tilbury, provavelmente teve como principal modelo formativo uma carta de tamanho reduzido que acompanhava o manuscrito dos *Otia Imperialia* dedicados ao imperador Oto IV de Brunswick.¹⁴ No caso específico do mapa Ebstorf que até onde se tem notícia, é a primeira carta-mural medieval a situar a cidade de Jerusalém como o centro do mundo, vemos que as legendas apresentadas confundem-se naturalmente com seus traçados cartográficos, reforçando a exaltação religiosa atribuída à cidade de Jerusalém como a terra da salvação, onde se consumou a ressurreição do Senhor. Esta constatação pode ser particularmente evidenciada numa das tantas epígrafes descritas por Gervásio de Tilbury: “Jerusalém é a mais célebre dentre todas as cidades do mundo, porque foi nela que se realizou a salvação do gênero humano pela morte”.¹⁵

A nítida convergência entre o texto escrito e as imagens apresentadas instiga e reforça os sentidos dos fiéis frente à sacralidade e a importância da cidade de Jerusalém. Sempre exaltada pela cristandade medieval como um espaço dualista com profundas ressonâncias soteriológicas e escatológicas,¹⁶ a Jerusalém terrestre e a Jerusalém celeste enriqueciam a convicção cruzadista de que a redenção dos pecados e a salvação da alma poderiam ser alcançadas na Terra, ainda em vida. Esta importante representação dos espaços sagrados e profanos no interior de uma sociedade intimamente vinculada aos fenômenos de hierofania,¹⁷ como particularmente se observa no Ocidente me-

¹³ Maria Eurydice de Barros Ribeiro, “O Sentido da História: Tempo e espaço na cartografia medieval (séculos XII-XIII)”, *Tempo/Universidade Federal Fluminense*, 7 (2003): 24.

¹⁴ IDEM, “A Geografia da Salvação: itinerários do conflito e do perdão”, *Anais do Simpósio Regional da ANPUH* (2004): 2.

¹⁵ *Hec civitas celeberrima capud omnium civitatum toti mundo extat, quia in ea salus humani generis morte (...)*. Mapa de Ebstorf, cf. nota XIV.

¹⁶ Jean Flori, “Jerusalém e as cruzadas”, in *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, ed. Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt (São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial do Estado, 2006), II: 8.

¹⁷ A este respeito, cf. Mircea Eliade, *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões* (Lisboa: Livros do Brasil, 19--?).

dieval, fez com que Jerusalém assumisse para os cristãos um sentido mítico e místico, portadora da singular virtude de ser, ao mesmo tempo, uma cidade temporal e espiritual. Jerusalém simboliza, portanto um ponto de confluência entre duas realidades distintas que interagem constantemente, fazendo com que todo o macrocosmo que a circunda se espelhe no ideal de perfeição que emana deste microcosmo central.

Neste sentido, vemos que no interior das muralhas de Jerusalém, expressa em um quadrado central de bordas curvadas, Gervásio de Tilbury presentifica o momento da ressurreição de Cristo.¹⁸ Nesta representação, Cristo, aparentemente já em espírito pela leveza com que seu corpo se sobrepõe ao soldado romano adormecido à beira de sua sepultura, aparece recoberto por um manto dourado.¹⁹ Evidentemente que todos os elementos iconográficos aqui descritos são dotados de um importante sentido simbólico que reconstroem, por intermédio das imagens, a descrição bíblica do triunfo de Cristo sobre a morte.²⁰ A própria utilização do dourado sobreposto a pigmentação branca é recorrentemente associado ao advento da ressurreição, remetendo à exaltação da glória, da pureza e da eternidade de Cristo frente aos limites da carne, isto é, do mundo temporal.

Outro elemento que merece particular destaque na representação iconográfica de Jerusalém, presente em Ebstorf, diz respeito à fidelidade da forma atribuída à cidade frente à sua descrição no texto bíblico, fenômeno que não se observa nos mapas do Saltério e de Hereford. Sendo a Bíblia uma das principais fontes de referência para a produção artística, e conseqüentemente cartográfica, na Idade Média torna-se intrigante o fato de alguns iluminadores, em nítida contraposição à descrição presente no livro do Apocalipse,²¹ representa-lá em formato circular. Esta iconografia se verifica não somente nos mapas acima referidos, mas igualmente em outras cartas topográficas coevas.²² Entretanto, no campo da análise simbólica entendemos que a recorrente figuração círculo como uma forma de perfeição, homogeneidade e totalidade pode, em parte, explicar as divergências existentes entre o texto bíblico e as imagens apresentadas em certos mapas medievais.

Simbolismo de uma época pré-cristã o círculo, pela ausência de distinção entre suas partes e pelo movimento contínuo e imutável de seu traçado, sempre fora descrito como a forma geométrica perfeita. Recorrente em distintas sociedades humanas ao longo dos tempos esta perfeição conceitual que emana das representações iconográficas do círculo fundamenta sua vinculação direta com o elemento do divino e do sagrado. A importância iconográfica do círculo como símbolo celeste nos remete ainda à Antiguidade Clássica e as inscrições de Hermes Trismegistus que atribui a Deus uma forma circular.²³ Mais recentemente, Naomi Kline, em seu estudo acerca do mapa de Hereford destaca a existência de inúmeras iluminuras medievais em que Deus Pai é representado como “O Grande Arquiteto” no momento da criação do mundo, segurando um compasso onde este desenha o círculo terrestre.²⁴

Outra possível justificação conceitual para a existência desta diversidade de formas atribuídas a um mesmo espaço reside primordialmente na conotação simbólica não somente do círculo, mas igualmente do quadrado. Isto porque, enquanto o círculo evoca um simbolismo sempre associado ao sagrado, o quadrado por excelência sinaliza tudo aquilo que é mundano ou temporal. Jean Chevalier descreve que o quadrado é o símbolo da terra por oposição ao céu, destacando que, num outro nível de análise, o

¹⁸ Cf. apêndice documental, imagem 5.

¹⁹ É importante destacarmos que há, dentre as cópias remanescentes, uma clara divergência entre as cores e as formas atribuídas às representações cartográficas da cidade de Jerusalém no mapa de Ebstorf, sendo que em uma delas o manto que recobre o corpo de Cristo é representado em branco não em dourado como descrevemos.

²⁰ “Sabendo que, tendo sido Cristo ressuscitado dentre os mortos, já não morre; a morte não mais tem domínio sobre ele.” Romanos 6:9. Bíblia de Jerusalém (São Paulo: Paulus, 1985), 2128.

²¹ “A cidade era quadrangular; e o seu comprimento era igual à sua largura. E medi a cidade com a cana e tinha ela doze mil estádios; e o seu comprimento, largura e altura eram iguais.” Apocalipse 21:16. Ibid., 2327.

²² A este respeito, cf. P.D.A Harvey, *The History of topographical maps: symbols, pictures and surveys*, (London: Thames & Hudson, 1980).

²³ “Deus é um círculo cujo centro está em todo lugar e cuja circunferência está em lugar algum.”

²⁴ Naomi Kline, *Maps of medieval thought*, 10.

quadrado pode fundamentar a antítese do transcendente por oposição ao incriado e ao criador.²⁵

Sendo Jerusalém um espaço de reconhecida ambivalência que transita entre duas realidades distintas, entendemos que ambas as representações iconográficas se tornam plausíveis no campo da simbólica, uma vez que a partir de suas formas elas podem exprimir sentidos próprios de análise que evoquem a importância tanto temporal quanto espiritual da cidade.

MAPA DO SALTÉRIO (C. 1260)

O mapa do Saltério, de autoria desconhecida, é possivelmente uma cópia em tamanho reduzido (cerca 15x10 cm) de uma carta-mural encontrada originalmente pintada nas paredes do Palácio de Westminster nas proximidades de Londres. Datado da segunda metade do século XIII, o mapa recebe essa denominação tardiamente por ser parte constituinte de um livro de Salmos que se encontra atualmente conservado na British Library.²⁶

De início é válido destacar que o fato concreto desta iluminura representar possivelmente uma cópia produzida a partir de um original em maior escala impõe-nos certos problemas de análise. A primeira delas se esmera na impossibilidade de afirmarmos com razoável margem de segurança quais os reais parâmetros formativos deste manuscrito, uma vez que, para além de meras especulações, desconhecemos as origens e as bases iconográficas que fundamentaram a produção deste mapa. A segunda se verifica pelo reduzido tamanho da iluminura, que acarreta necessariamente uma considerável diminuição dos detalhes e dos pormenores representados na carta.

Para além das debilidades metodológicas que se apresentam em um primeiro plano de análise, vemos que outras problemáticas historiográficas consideráveis se fazem igualmente pertinentes ao estudo sistemático deste manuscrito. O mapa do Saltério diferentemente dos outros dois monumentos cartográficos contrastados é um documento anônimo e que não apresenta, para além das epígrafes que apontam e nomeiam os locais expressos no mapa, legendas adjacentes a seus traços. Entretanto, é certo que mesmo os silêncios presentes no mapa suscitam importantes possibilidades de apreciação crítica que, em certa medida, nos aproximam dos verdadeiros significados de sua criação. Um claro exemplo disto reside na própria questão do anonimato que em parte pode ser justificada pelo fato concreto da arte medieval ser, por excelência, uma arte religiosa em que os méritos da produção artística não são vinculados diretamente a seu criador. Por outro lado, entendemos que o próprio texto que acompanha a iluminura,²⁷ o mosteiro que o produziu²⁸ ou ainda o possível encomendador da obra²⁹ possam nos indicar importantes vestígios para traçarmos alguns caminhos mais seguros de análise frente às tantas lacunas existentes.

No caso particular do mapa do Saltério a representação gráfica de Jerusalém é expressa por dois círculos entrepostos, não concêntricos, sendo que somente o círculo interno representa suas muralhas.³⁰ A cidade destaca-se frente às demais não somente pela centralidade na carta, mas igualmente pela epígrafe em letras maiores que a acompanha. Nos limites de uma iconografia restrita às dimensões do documento verificamos que este se diferencia dos mapas anteriormente apresentados pela ausência de símbolos ou referências que façam menção à Paixão ou à vida de Cristo, limites que são parcialmente transpostos pela rica ornamentação artística e simbólica expressa em todo o mapa.

²⁵ Jean Chevalier e Alain Gheerbrant. *Dicionário dos símbolos, mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores e número*. (Lisboa: Teorema, 1982), 548.

²⁶ London, British Library, Add. MS. 28681, fol. 9r.

²⁷ O mapa do Saltério acompanha o manuscrito do Salmo 74, passagem bíblica que é notavelmente remarcada por sua ampla exaltação escatológica.

²⁸ Muitos destes manuscritos serviam de instrumento doutrinário para os ofícios litúrgicos e para os momentos de estudo dos próprios monges.

²⁹ Neste sentido, é válido relembrarmos que estes manuscritos iluminados, sobretudo por sua rica ornamentação artística, eram comumente encomendados por importantes membros da hierarquia nobiliárquica ou eclesiástica.

³⁰ Cf. apêndice documental, imagem 6.

Em linhas gerais, o mapa retoma a representação iconográfica da justaposição de duas esferas de realidade distintas, reforçando a exaltação ambivalente do pensamento medieval. A partir da análise das imagens apresentadas em torno dos limites do círculo terrestre, sugerimos que seu idealizador expressa a submissão do mundo material ao mundo espiritual, ressaltando a sobreposição do divino frente às coisas humanas e materiais. Na parte frontal do mapa vemos, na porção superior, a representação de Jesus Cristo triunfante sobre o mundo e a humanidade. Ladeado por dois anjos, ele abençoa o mundo segurando em sua mão esquerda uma pequena órbita em formato tripartido que nos remete ao modelo T/O, concebido nos séculos iniciais da Idade Média. As dimensões e a posição superior da imagem de Cristo e dos anjos sobrepostos ao círculo terrestre levam-nos a crer que o mundo se mostra como o próprio templo de Deus. A imagem de Cristo, sem qualquer marca de sua crucificação, aparece representada como Pantocrator termo que é tradicionalmente atribuído às imagens de Cristo em majestade.

Logo abaixo da orbis terrarum, vemos a representação de dois dragões, um símbolo extremamente ambíguo do bestiário medieval cristão que suscita diferentes interpretações plausíveis.³¹ O jogo de imagens aqui apresentado indica a sobreposição de ícones nitidamente contrastantes entre si, presentificando todo o dualismo do mundo medieval em sua eterna disputa soteriológica entre o bem e o mal. Desta forma, o mundo tal qual apresentado pelo mapa do Saltério, se encontrava figurativamente em constante oscilação entre as potencialidades do céu e do inferno.

No verso, como uma espécie de complemento da parte frontal do mapa, a representação tanto do esquema tripartido do mundo, quanto da figura do Pantocrator se repetem. Neste, Cristo, saindo de sua postura inicial, é representado abraçando a orbis terrarum, envolvendo o mundo em seus braços, junto a seu corpo. Neste movimento Cristo incorpora e acolhe todas as raças, maravilhas e monstruosidades do mundo, aproximando-as sem qualquer distinção do corpo da Igreja. No campo da compreensão simbólica estas representações levam-nos a crer que o ato de abraçar fisicamente o mundo reafirma aos olhos dos fiéis a promessa eucarística de torna-se um com Deus.

Na parte inferior, os pés de Cristo esmagam a cabeça dos dragões anteriormente representados, subjulgando-os à vontade e as verdades divinas. Jean Chevalier³² chama atenção para o sentido escatológico atribuído a esta recorrente representação iconográfica que exalta o triunfo da cristandade sobre todo o mal, concebendo a Igreja como o único e verdadeiro caminho para a redenção e salvação das almas. O mapa do Saltério, como um dos maiores exemplos comprovativos da nítida mensagem apostólica e doutrinária expressa pela cartografia medieval, confirma em seus traços a mensagem bíblica representando Cristo como o início e o fim de todas as coisas.³³

MAPA DE HEREFORD (C. 1290)

Elaborado na última década do século XIII por Richard de Bello, o mapa preservado em exposição permanente na catedral inglesa de Hereford representa hoje o mais importante testemunho da cartografia medieval por ser o único sobrevivente em larga escala das cartas-murais medievais que efetivamente se conserva até à presente data. Com 1,65m de altura e 1,35m de comprimento, o mapa de Hereford atualmente se notabiliza pela vasta quantidade de trabalhos e pesquisas que vem sendo publicados a seu respeito e pelo nítido apelo histórico e cultural que atrai milhares de turistas à catedral que o abriga.

Não somente por sua notável monumentalidade, mas igualmente por sua rica ornamentação artística e simbólica o mapa de Hereford suscitou, ao longo dos tempos,

³¹ Dentro das perspectivas simbólicas do bestiário medieval os dragões ora apresentam-se como criaturas demoníacas, por suas características tectônicas e sua assimilação a uma serpente, ora apresentam-se como criaturas representantes de potências divinas, por sua capacidade de voar e por sua força. Cf. Paulo R. Deus, "Forma do Mundo: O Programa Iconográfico do mapa-múndi de Hereford (Século XIII)" (PhD thesis, Universidade de Brasília, 2005), 44.

³² Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dicionário dos símbolos*, 272.

³³ "Eu sou o Alfa e o Omega, o princípio e o fim, diz o Senhor, que é, e que era, e que há de vir, o Todo-Poderoso". Apocalipse 1:8. *Bíblia de Jerusalém*, 2302.

o interesse de diversos interlocutores e observadores, muitos dos quais, cegos pela ânsia positivista, impuseram imensuráveis julgamentos precipitados acerca deste importante manuscrito. Muito da ignorância e do retrocesso atribuído à cartografia medieval, sobretudo a partir do século XIX, reside fundamentalmente na incompreensão daqueles que, sem pleno conhecimento de causa, negligenciaram o contexto e as realidades específicas dos traços que compõem este mapa, por vezes descrevendo-o tendenciosamente como “a mais dramática ilustração de como a imaginação religiosa medieval distorceu a ciência geográfica”.³⁴

Foi necessário, portanto uma profunda transformação das estruturas mentais e cognitivas para que os nossos olhares e métodos de análise passassem a estar mais adequados à leitura e a compreensão assertiva de tais documentos. Foram estas novas visões sobre a cartografia medieval que possibilitaram o surgimento de recentes estudos que resgataram a importância destes documentos como fontes essenciais para a compreensão do universo figurativo e do cotidiano religioso no Ocidente medieval.

Entretanto, acerca das questões que circundam a análise iconográfica e iconológica da representação cartográfica da cidade de Jerusalém expressa no mapa de Hereford vemos primordialmente que, ao contrário do observado no mapa de Ebstorf, o fato de tratarmos aqui de um objeto original que ainda hoje se faz presente aos olhos de nossos contemporâneos traz-nos certas facilidades de análise, uma vez que, pelo bom estado de conservação do manuscrito, os traços e, em parte, as cores expostas seguem exatamente as intenções evocadas por Richard de Bello em finais do século XIII.

No caso específico de Hereford há um elemento central de análise a que devemos estar particularmente atentos. Trata-se do próprio local e de todo o contexto iconográfico presente na catedral que abriga o manuscrito. Neste sentido verificamos facilmente que a construção ideológica deste singular documento não se limita ao próprio pergaminho e às suas 1100 legendas, isto porque este mapa era parte constituinte de um painel em madeira talhada em estilo gótico, composto de três elementos fundamentais, que se encontrava exposto numa das capelas da catedral de Hereford. Esta grandiosa estrutura pictórica³⁵ apresenta à sua esquerda a imagem do anjo Gabriel e à direita a imagem da Virgem Maria, simbolizando, em conjunto, o ato da anunciação da concepção de Cristo. O mapa de Hereford, entronado no centro, reitera exaltação bíblica do Juízo Final presentificando no topo do documento a imagem Cristo em santidade no momento do julgamento das almas. Não restam dúvidas de que o destaque iconográfico atribuído a este conjunto de imagens reforça a possível leitura de que o advento do Juízo Final é a mensagem central a ser transmitida pelo mapa de Hereford. Desta forma, mesmo aqueles que não estavam aptos a ler os textos e legendas que acompanham o mapa poderiam perfeitamente assimilar a mensagem holística a ser transmitida pelas imponentes imagens à sua frente.

A própria evocação religiosa que emana da representação iconográfica de Jerusalém no mapa de Hereford está em plena consonância com a mensagem transmitida pelo documento. O que particularmente nos chama atenção neste mapa-múndi é o amplo apelo à dimensão escatológica assumida pela cidade que representa dentro de suas muralhas o momento da crucificação de Cristo³⁶. No caso de Hereford, Jerusalém, assim como verificado no mapa do Saltério, é expressa em formato circular, retomando claramente a concepção cristã que exalta a cidade como *umbilicus mundi*.³⁷ Apesar de se tratar de um elemento notavelmente presente em todos os documentos aqui contrastados, vemos que a exaltação das perspectivas escatológicas suscitadas pela cidade Santa de Jerusalém se faz mais vivamente presente nos traços de Hereford. Não somente pelas imagens que constituem a sua representação cartográfica, mas principalmente

³⁴ Kenneth Nebenzahl, *Maps of the Bible lands* (London: Times Book Limited, 1986), 41.

³⁵ Naomi Kline, *Maps of medieval thought*, 8.

³⁶ Cf. apêndice documental, imagem 7.

³⁷ “Jerusalém é o umbigo do mundo, uma terra que é a mais fértil, superando até muitas outras, como um paraíso de delícias. Resgata a raça iluminada desta terra promissora, cheia de encantos para os que nela vivem, sagrada por seu sofrimento, redimida por sua morte e ilustre por seu funeral. Esta cidade real, situada no centro do mundo, está agora sendo cativa de seus inimigos [...]”. Roberto, o monge. *Apud* W.B. Bartlett, *História ilustrada das cruzadas* (Rio de Janeiro: Ediouro, 2002), 5.

pelos diferentes elementos iconográficos evidenciados em todo o manuscrito, que convergem mutuamente para a construção de um extenso e consistente discurso, que legitima aos olhos de todos a suprema sacralidade de Jerusalém entronizada no centro do ecúmeno terrestre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final vemos que os monumentos cartográficos apresentados e contrastados neste breve ensaio registraram graficamente visões específicas frente à importância da representação de um espaço ambivalente que evoca para seus próprios criadores e para seus observadores contemporâneos uma diversidade imensurável de percepções frente a uma realidade que aguçava profundamente seus sentidos espirituais. Todas as cores, desenhos, detalhes e inscrições que acompanham as representações gráficas de Jerusalém reafirmam a importância da cidade como o centro físico e espiritual da cristandade medieval. Ambos os mapas, apesar da aparente simplicidade das formas atribuídas a cidade Santa de Jerusalém, são extremamente ricos e detalhistas frente às perspectivas simbólicas e religiosas exaltadas pelos textos bíblicos e eclesiásticos.

Neste sentido, vemos que a compreensão das mentalidades e do imaginário medieval em suas mais diversas formas e representações reside primordialmente no entendimento da dimensão antropológica e espiritual do homem medieval. Portanto, entendo que análise crítica de um mapa-múndi, seja como uma fonte histórica ou como um objeto artístico e religioso, quando contemplada em seus estatutos específicos, contribuirá decisivamente para a reconstrução dos elementos estruturais da dinâmica socio-cultural dos homens de seu tempo. Independente da época em que essas imagens são observadas, a verdade é que existiram e sempre existirão várias leituras e interpretações possíveis frente a estes importantes testemunhos históricos. Entretanto, devemos sempre considerar que, muito antes de se tornarem documentos ou objetos de análise historiográfica, estes mapas eram artefatos que possuíam um nítido valor artístico, religioso e por vezes didático.

Longe dos habituais e tendenciosos julgamentos de outrora, acredito que o passado deva ser mensurado segundo suas próprias unidades de medida, fazendo com que a leitura destes documentos se torne mais adequada ao entendimento do mundo e do homem medieval. Devemos assumir desde o início nossas intransponíveis limitações de compreensão plena acerca dos verdadeiros sentidos ou das reais sensações de um olhar coevo sobre esses mapas, isso porque eles não nos pertencem e, conseqüentemente, nunca estarão em consonância com os nossos olhares, com as verdades do nosso tempo. Se negarmos este princípio e os inserirmos em uma codificação puramente historicista estaremos, desde o início, caminhando pelas vias inseguras do anacronismo.

Portanto, ao final desta breve explanação vemos que os mapas-múndi medievais se apresentam como fontes de fundamental importância para o estudo da simbólica e das mentalidades que permeavam o amplo e ambivalente universo medieval. A correta apreciação historiográfica destes documentos certamente nos permitirá avançar passos consideráveis em nossa incessante busca de compreensão da memória, da espiritualidade e do imaginário dos tempos passados, reforçando a convicção de que, de fato, não nos enganaremos se demonstrarmos as coisas invisíveis por intermédio das visíveis.

APÊNDICE DOCUMENTAL:



IMAGEM 1 – Fac-símile do mapa-múndi de Ebstorf (c.1236). Coleção privada. Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/39/Ebstorfer-stich2.jpg>, acesso em 4 de Janeiro de 2009.



IMAGEM 2 – Mapa do Saltério (c. 1260). British Library, Add. MS. 28681, fol. 9r. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Psalter_world_map.jpg, acesso em 4 de Janeiro de 2009.



IMAGEM 3 – Mapa do Saltério (c. 1260). British Library, Add. MS. 28681, fol. 9v. Disponível em: [http://ogimages.bl.uk/images/011/011ADD000028681U00009V00\[SVC2\].jpg](http://ogimages.bl.uk/images/011/011ADD000028681U00009V00[SVC2].jpg), acesso em 4 de Janeiro de 2009.



IMAGEM 4 – Mapa-múndi de Hereford (c. 1290). Manuscrito em exposição permanente na Catedral de Hereford. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Hereford_Mappa_Mundi_1300.jpg, acesso em 4 de Janeiro de 2009.

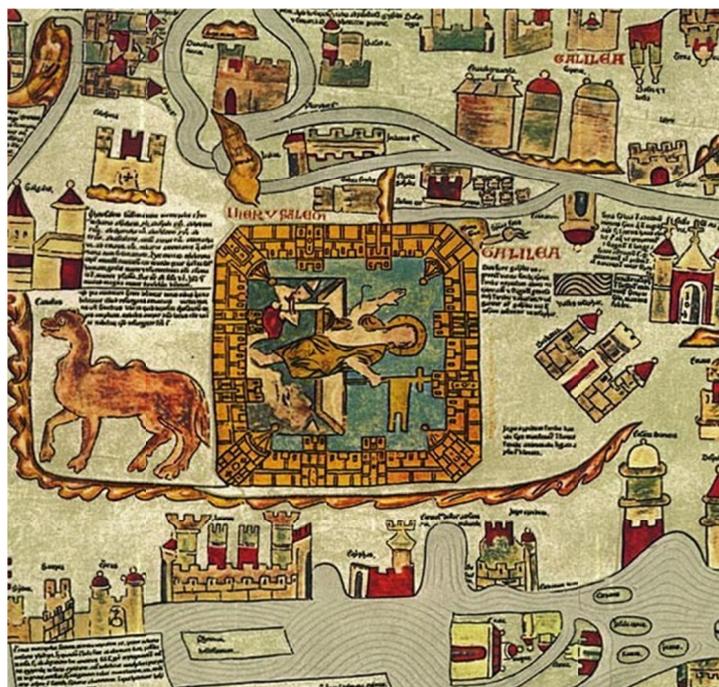


IMAGEM 5 – Mapa de Ebstorf (c. 1236): detalhamento da cidade de Jerusalém.

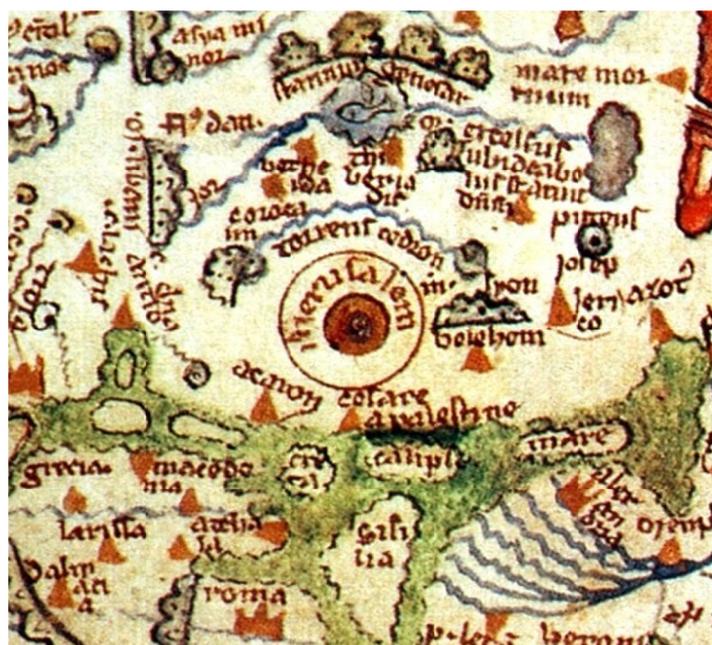


IMAGEM 6 – Mapa do Saltério (c. 1260): detalhamento da cidade de Jerusalém.



IMAGEM 7 – Detalhamento da cidade de Jerusalém presente no fac-símile do mapa-múndi de Hereford de Konrad Miller (1896). Documento integral disponível em: <http://nuweb.neu.edu/kkelly/med/hereford.html>, acesso em 4 de Janeiro de 2009.

Elites Sociopolíticas na Urbanização do Porto no Final da Idade Média

Helena Regina Lopes Teixeira
CITCEM, Universidade do Porto

Resumo

Este artigo tem como objetivo a análise dos mecanismos sociais, políticos e económicos que influenciaram e condicionaram a paisagem urbanística do Porto nos finais da Idade Média. Para tal consideraremos, por um lado, o espaço físico da cidade e, por outro, as posturas, condições e decisões defendidas na construção do espaço urbano do Porto pelos principais grupos sociais da cidade (elites municipais e religiosas). Para esta análise baseamo-nos na informação contida nas Atas das Vereações e Livros de Pergaminhos do Arquivo Histórico Municipal do Porto, e nos documentos do Cartório do Cabido da Sé. Em oposição à maioria dos estudos existentes sobre a paisagem urbana do Porto medieval, que, concentrando-se em zonas específicas da cidade e não no seu todo, mostram uma visão compartimentada e limitada na sua abrangência, o presente estudo procura analisar os vários interesses que se confrontaram em simultâneo no Porto medieval, tentando perceber o seu crescimento urbano como resultado destas tensões. Pretende-se assim uma nova visão da construção da cidade medieval, não focada na sua descrição física, mas na compreensão dos mecanismos que a determinaram.

Abstract

This paper aims to analyze the social, political and economic mechanisms, that have influenced and conditioned the urban landscape of Porto in the late Middle Ages. We consider both the physical space of the city, and the attitudes, conditions and decisions defended in the construction of urban space by the city's main social groups (municipal and religious elites). For this analysis we rely on the information contained in the "Atas of Vereações" and the "Books of Scrolls" from the Municipal Historical Archive of Porto, and in the documents from the Office of the Chapter of the Cathedral of the city. Contrary to most existing studies on the medieval urban landscape of Porto, which, by focusing on specific areas of the city and not in her whole, show a compartmentalized and limited vision in its scope, this study seeks to analyze the various interests that are simultaneously confronted in the medieval Porto, thus trying to understand its urban growth as a result of these tensions. Our goal is to construct a new vision of the medieval city, moving the focus from its physical description to the mechanisms that shaped it.

INTRODUÇÃO

O presente artigo, elaborado no contexto de um projeto de dissertação de mestrado, centra-se na compreensão dos mecanismos sociais, políticos e económicos que influenciaram e condicionaram a paisagem urbana do Porto nos finais da Idade Média. Para tal, consideraremos a cidade medieval e os grupos sociais que demonstravam ter poder efetivo sobre a sua urbanização, em particular as elites municipais e religiosas, tentando perceber o modo como estas, ao representarem diferentes necessidades e visões, se confrontaram na construção do burgo.

Tendo em conta a grande quantidade de temáticas que esta análise poderia abarcar, concentrar-nos-emos, para além do estudo do espaço físico e dos referidos grupos, nos diferentes tipos de propriedades, posições e atitudes que estes mantinham relativamente ao espaço urbano durante a época em questão. Do mesmo modo, e tendo constatado na nossa pesquisa uma escassez de informação sobre este tema, especialmente para o estudo do município, optámos por nos concentrar no século XV, época em

que conseguimos encontrar um equilíbrio desejável entre fontes manuscritas e publicadas para propriedades concelhias e eclesiásticas. Contudo, na tentativa de contextualizar a evolução da cidade ao nível de políticas de administração urbana, não deixaremos de recuar ou avançar no tempo, sempre que necessário.

Embora o estudo da paisagem urbana do Porto medieval não seja uma novidade no panorama historiográfico português, entendemos que a maioria dos estudos existentes, ao concentrar-se numa visão compartimentada e, conseqüentemente, limitada na sua abrangência, acaba por refletir uma perspectiva quase positivista de um tema que dificilmente o é. Vários estudos que se dedicaram ao “Porto dos bispos”, ao “Porto dos mercadores”, às “Ruas dos mestres”, à “Judicaria”, à “Rua do Rei”, são exemplos disso. Em oposição, o presente estudo procura analisar os vários interesses que se confrontaram em simultâneo no Porto medieval, tentando perceber o seu crescimento urbano como resultado destas tensões.

Nesse sentido, e como base bibliográfica, consideramos uma série de autores ligados ao tema em questão, nomeadamente Armindo de Sousa, Luís Miguel Duarte, Luís Carlos Amaral, Iria Gonçalves e Manuel Real.¹ Relativamente às principais fontes escolhidas para o estudo desta problemática, baseamo-nos essencialmente nas Atas das Vereações e Livros de Pergaminhos do Arquivo Histórico Municipal do Porto para o estudo da propriedade concelhia; e nos documentos do Cartório do Cabido da Sé do Porto para o estudo da propriedade da Mitra. Os dados consultados foram filtrados através de uma base de dados que sistematiza a informação e que passa pela identificação da data, tipo de prazo, proprietário, arrendatário, localização, preocupações urbanas, tipologia e uso.

Uma vez que a nossa formação de base é em arquitetura, inevitavelmente a prioridade de estudo neste trabalho é o espaço, ou melhor dizendo, a compreensão do mesmo através dos factores que estiveram na base da sua configuração visual. Por isso, sempre que utilizarmos termos como espaço, construção, urbanismo ou urbanização, e não havendo indicação contrária, referimo-nos à sua dimensão física e visual. Do mesmo modo, o termo urbanização é usado no que toca à construção, desenho, planeamento e regulamentação de regras de atuação sobre a urbe.

Quando à estrutura do artigo, esta desenvolve-se em duas partes: uma que se ocupa da cidade medieval, espaço físico e social, e uma segunda, desenvolvimento principal da nossa tese de mestrado, que se ocupa da análise dos principais grupos urbanos, e dos meios através dos quais estes se guiavam para construir o espaço físico do Porto coevo. Para tal, estudaremos as posturas e decisões que os referidos grupos defendiam em relação ao espaço urbano, assim como as condições de aforamento da sua propriedade imobiliária, com o objectivo de perceber o modo como isso efetivamente se materializava na cidade, não deixando de examinar com atenção os inevitáveis processos de confronto, ou então de concordância e intersecção, sempre presentes entre os diferentes poderes do Porto medieval.

1. CIDADE DO SÉCULO XV – ESPAÇO FÍSICO

O Porto do século XV começa a distanciar-se do pequeno e primitivo burgo murado centrado em torno da Sé que, após a deslocação do centro económico da cidade para o rio, se mostra agora insuficiente e arcaico.² No seu panorama geral, a cidade mostra um urbanismo um tanto irregular que, acompanhando a topografia do terreno, apresentava ruas tortuosas e estreitas com becos, pracetas minúsculas e inúmeras escadas, imprescindíveis para vencer os desníveis.³ Esta imagem, predominante no Morro da Penaven-

¹ As obras dos referidos autores serão citadas ao longo do texto.

² A este respeito ver: Armindo de Sousa, “Tempos Medievais”, in *História do Porto*, dir. de Luís A. de Oliveira Ramos (Porto: Porto Editora, 2000).

³ Em povoações implantadas em zonas altas, de grandes declives, que com o correr do tempo iam descendo até às terras mais baixas, só à custa de traçados fortemente encurvados e escadarias se conseguiam vencer os grandes desníveis que o terreno apresentava. A este respeito ver: T. P. Carvalho, *Bairro da Sé do Porto. Contributo para a sua caracterização histórica* (Porto, Câmara Municipal do Porto. CRUAR/CH, 1996).

tosa e, portanto, em redor da Catedral, contrasta com a da zona ribeirinha que, polarizadora da vida mercantil e plena de atividade portuária e comercial, mostra o seu prestígio através do urbanismo regular da Alfândega e da Rua Nova. Quanto ao restante espaço do Porto quatrocentista, este repartia-se por uma área predominantemente rural, que fora incluída na cidade aquando a implantação da muralha gótica.⁴ Nesta paisagem de ruas ladeadas de casas com as suas hortas e espaços verdes pontuados por castanheiros e carvalhais, destacava-se o monte do Olival com a sua Judiaria, a Rua dos Caldeireiros e a Rua do Souto.⁵

Relativamente à casa da cidade quatrocentista, sabemos que, embora crescendo em altura, apresentava no entanto uma superfície muito reduzida. A privacidade e as comodidades de que dispunha eram poucas, apresentando uma grande simplicidade de estrutura e compartimentação do espaço interior. Quanto ao número de pisos, este variava de casa para casa (embora de um modo geral não fosse muito elevado), tendo geralmente armazéns ou lojas no rés-do-chão e cozinha no andar superior.⁶ Devido à estreiteza das ruas, os últimos andares das habitações eram muitas vezes em ressalto, materializando-se em sacadas e balcões que avançavam em relação ao espaço público.⁷ E, se de ambos os lados da via os edifícios tivessem o mesmo proprietário, este podia uni-los, lançando um sobrado ou passadiço entre os dois. Estes elementos obscureciam a rua, impedindo a entrada do sol e a movimentação do ar, mas a eles se podiam juntar outros que, aos anteriores inconvenientes, acrescentavam a dificuldade da passagem. Estes eram os alpendres (levantados em frente à porta, prolongando a habitação e protegendo-a da chuva), as escadas, os esteios, e as casas reconstruídas que avançavam um pouco para lá dos antigos alicerces.⁸

Para finalizar, um factor sempre presente na cidade do século XV, assim como em qualquer burgo medieval, era a sujidade e mau cheiro que emanava das ruas. Estas, pavimentadas em terra na sua maioria, eram o principal local de acumulação de detritos gerados pela cidade.

2. CIDADE DO SÉCULO XV – ESPAÇO SOCIOPOLÍTICO

A situação sociopolítica do Porto no século XV foi declaradamente marcada pela transição de um poder episcopal para um governo concelhio, assim como pela passagem do senhorio do Porto, em 1405-1406, para o rei D. João I.

Contrastando com a sociedade do Porto do século XII, que se reparte somente por dois grandes grupos, o povo subserviente e o clero governador, em meados do século XIV, esta estrutura-se em quatro categorias: o clero, os notáveis, os mesteres e o povo. Os notáveis seriam as elites populares, compostas por homens bons, cidadãos e mercadores mais importantes, que viviam fundamentalmente do grande comércio e do funcionalismo público superior. Os mesteres seriam o corpo de diferentes estados/profissões existentes à época e, embora apresentassem variados graus de prestígio, riqueza e ofícios (desde mecânicos a artífices), não beneficiavam de condições sociais políticas e económicas suficientemente fortes para gerar um *status* específico. Quanto à restante população, esta era composta essencialmente por gente de vida precária e serviços de todo o tipo. Do mesmo modo, também o clero, embora possa ser considerado

4 A muralha dita fernandina foi traçada bastante “ao largo” do povoamento existente na época, incluindo um extenso espaço ainda não urbanizado. J. M. Pereira de Oliveira, *Diretrizes viárias do desenvolvimento urbano do Porto*, (Separata da “Revista de História”, Volume III Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1982).

5 A este respeito ver: Armindo de Sousa, “Tempos Medievais”, in *História do Porto*, dir. de Luís A. de Oliveira Ramos (Porto: Porto Editora, 2000).

6 Na sua construção era frequente combinar-se a pedra (usada nos alicerces) com outros materiais como a taipa, o tijolo, a madeira e o colmo (como cobertura). As casas mais abastadas, além de maior quantidade de pedra, teriam ainda mais pisos e cobertura de telha. A sua fisionomia seria a de uma fortaleza, de fachada maciça e aberturas estreitas. T. P. Carvalho, *Bairro da Sé do Porto. Contributo para a sua caracterização histórica*. (Porto, Câmara Municipal do Porto. CRUARB/CH, 1996).

7 Em Lisboa, estas construções estavam bem regulamentadas: cada imóvel podia utilizar um terço da rua, reservando-se igual espaço para o outro lado, ficando somente o restante terço da rua aberto. Iria Gonçalves, *Um olhar sobre a cidade medieval* (Cascais: Patrimonia, 1996).

8 Iria Gonçalves, *Um olhar sobre a cidade medieval* (Cascais: Patrimonia, 1996).

uma ordem a nível canónico, apresenta já uma grande variedade de hierarquias e funções, desde os bispos aos cônegos casados (classe ambígua povo/clero).⁹

ELITES URBANAS

No Porto existiam basicamente duas grandes elites que exerciam o seu poder sobre os indivíduos e a cidade: o Bispo (com o seu Cabido) e os homens-bons do Concelho (burgueses de elevada condição económica).

A elite eclesiástica era caracterizada pela sua cultura, riqueza e influência, incutindo admiração e respeito à restante população. O poder do seu cargo eclesiástico seria o apanágio do seu poder político, este último por vezes mais vincado do que a sua atuação pastoral. No entanto, a sua força na cidade começa a decair quando, em 1391, com a lei dos Pelouros instituída por D. João I, os ofícios concelhios de juiz, vereador e procurador são vedados aos clérigos, impedindo-os assim de aceder aos altos cargos municipais.¹⁰

Quanto à elite concelhia, ou burguesa, sabemos que esta se salientou precisamente nesta época, altura a partir da qual somente os cidadãos pertencentes à categoria do povo podiam ser eleitos para os grandes cargos. Todavia, os cargos concelhios que efetivamente conferiam poder de governação, prestígio e honra, acabaram por ser monopolizados pelas mais importantes famílias da cidade. Para aceder a esta elite concelhia, era necessário essencialmente sucesso profissional, traduzível em riqueza. Contudo, os vereadores e o procurador deveriam ter conhecimentos económicos, financeiros e judiciais, embora não fosse obrigatório terem uma formação específica nesse sentido.¹¹

Aos grupos eclesiásticos e burgueses poderíamos juntar um terceiro poder, o dos funcionários da monarquia. Contudo, somente os dois primeiros tiveram verdadeiro controlo político sobre a cidade.¹²

3. POSTURAS URBANAS

Apresentada a panorâmica geral da cidade quatrocentista, passamos agora à análise dos mecanismos que estavam por detrás do controlo urbano da mesma.

No início do século XV, com o desenvolvimento crescente da cidade, novos problemas e desejos de melhoria das condições urbanas vão-se fazendo sentir pela população. Mas era ao concelho, como órgão dirigente da cidade, que competia encontrar os meios adequados para resolver estas questões. Deste modo percebe-se, tal como refere Iria Gonçalves, a proliferação de posturas municipais que a Baixa Idade Média promulgou, e que se manteve pelos séculos seguintes.¹³

3.1 POSTURAS MUNICIPAIS

⁹ É ainda importante referir que um importante grupo social da época, a nobreza, não teve grande relevo no período em questão, sendo a sua presença restringida na cidade muito em parte devido às reclamações dos burgueses que, ausentando-se por motivos profissionais, não os queriam por perto dos seus “bens e mulheres”. Armindo de Sousa, “Tempos Medievais”, in *História do Porto*, dir. de Luís A. de Oliveira Ramos (Porto: Porto Editora, 2000): 205-207.

¹⁰ Segundo a análise de Armindo de Sousa, relativamente ao clero do século XV, vemos que este se centrou na figura do bispo D. Luís Pires e de seus defensores como os que se esforçaram por impor a autoridade eclesiástica de seu direito. Os seus apoiantes, cabido da Sé, a cúria diocesana e a casa de D. Luís, não seriam precisamente um grupo sociológico específico, mas revelaram-se parcialmente compatíveis e aptos a formarem coligação em torno do bispo, enquanto elemento catalisador. Armindo de Sousa, *Conflitos entre o bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV* (Câmara Municipal do Porto, Porto, 1983).

¹¹ A este respeito ver: Adelaide Millán da Costa, “Vereação” e “Vereadores”. *O Governo do Porto em finais do século XV*. In Documentos e Memórias para a História do Porto, no 49. (Porto: Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, 1993); Armindo de Sousa, *Conflitos entre o bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV* (Câmara Municipal do Porto, Porto, 1983).

¹² Armindo de Sousa, *Conflitos entre o bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV* (Câmara Municipal do Porto, Porto, 1983).

¹³ Iria Gonçalves, *Um olhar sobre a cidade medieval* (Cascais: Patrimonia, 1996): 77.

No século XV, a administração do Concelho era assegurada por um grupo de homens pertencentes à burguesia da cidade que se reuniam duas vezes por semana na sede da vereação. Nestas reuniões elaboravam-se posturas que tinham como objectivo resolver assuntos decorrentes do viver quotidiano das populações versando as mais variadas matérias. Destas, interessam-nos especialmente as relacionadas com a paisagem urbana, como as relacionadas com a edificação e expansão da cidade, mas especialmente as posturas municipais que se ligavam à fiscalização e benfeitoria urbana.

Como vimos, a vida do homem medieval passava-se preferencialmente ao ar livre, projetando todas as suas atividades, desde trabalho a lazer, para fora de casa. No entanto, a rua não lhe oferecia boas condições espaciais, pela sua exiguidade e sinuosidade (construindo-se os edifícios de um lado e do outro, formando reentrâncias e saliências várias, além dos alpendres, sacadas, balcões, passadiços entre outros elementos perturbadores da fluidez espacial). Para além de tudo isto, havia ainda o problema das ruas que não eram calcetadas, cujo piso era composto por uma mistura de lama e detritos e o facto de este espaço ter de ser partilhado por muitos. Mais do que isso, todos o disputavam e queriam incorporá-lo na sua habitação, sem “ceder um palmo” a favor da colectividade.¹⁴ Tudo isto constituía um embaraço para a via pública, tornando-a mais exígua e dificultando o trânsito. Neste cenário caótico tornava-se importante uma boa gestão do espaço.

Este processo começou lentamente, sendo mais precoce em Lisboa, onde as leis proibiam construir ou reconstruir balcões e sacadas.¹⁵ No Porto, na época em estudo, ainda eram permitidos estes avanços sobre a área pública, embora mediante certas condições. Ou seja, por ocuparem o espaço público, pagavam foro à edilidade, o que permitia o aumento dos rendimentos do concelho.¹⁶ Nesta altura começavam também a surgir preocupações ligadas ao embelezamento e apazibilização da cidade. Deste modo, uma das primeiras preocupações foi promover a limpeza dos espaços, assim como o calcetamento e o alargamento das ruas, o que além de permitir criar espaços mais amplos e luminosos, facilitava a circulação. Nesse sentido, procurou-se, pelo menos em Lisboa, impedir que, nas reconstruções de casas (que eram frequentes porque a construção era frágil e rapidamente se degradava), as novas paredes não ultrapassassem as fundações das antigas.¹⁷

Mas também no Porto havia algumas preocupações: nos livros de vereações da cidade analisados,¹⁸ encontramos algumas deliberações que provam o cuidado que, em finais do século XIV e primeira metade do século XV, o concelho do Porto demonstrava relativamente ao espaço urbano, como por exemplo, cuidados a ter com a colocação de elementos construtivos de modo a que não embargassem o caminho de quem passava na rua,¹⁹ posturas contra a construção de andares que saíssem fora do alinhamento da rua²⁰ e decisões a mandar fazer casas e eixidos cujas confrontações se alinhassem pelas edificações pré-existentes.²¹

Outro aspecto relacionado com a qualidade urbana importante para o concelho relacionava-se com questões de higiene pública. Como já dissemos, a cidade do século XV apresentava zonas bastante sujas, onde se acumulavam todo o tipo de detritos. Do mesmo modo, era flagrante a poluição das fontes e chafarizes, assim como o trânsito de animais por grande parte da cidade. Tudo isto, nocivo para a saúde pública, surgia à

14 Iria Gonçalves, *Um olhar sobre a cidade medieval* (Cascais: Patrimonia, 1996): 77-94.

15 Iria Gonçalves, *Um olhar sobre a cidade medieval* (Cascais: Patrimonia, 1996): 73-93.

16 José Ferrão Afonso, *A Rua das Flores no século XVI: elementos para a história urbana do Porto quinhentista* (FAUP Publicações, 2000).

17 A este respeito ver: Iria Gonçalves, *Um olhar sobre a cidade medieval* (Cascais: Patrimonia, 1996).

18 No decorrer do texto detalharemos as referências aos livros de vereações em questão.

19 “VEREAÇOENS” ANOS DE 1390-1395. O MAIS ANTIGO DOS LIVROS DE VEREAÇÕES DO MUNICÍPIO DO PÔRTO EXISTENTES NO SEU ARQUIVO. (COM COMENTÁRIO E NOTAS DE A. MAGALHÃES BASTO), 2ª ED., S/D (DOCUMENTOS E MEMÓRIAS PARA A HISTÓRIA DO PORTO, 2): P. 50.

20 “FONTE MANUSCRITA - ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO (CASA DO INFANTE), ACTAS DE VEREAÇÃO MUNICIPAL: ANOS DE 1488-1498, fol. 207.

21 “Vereações” Anos de 1390-1395. O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Pôrto existentes no seu Arquivo (Com Comentário e notas de A. Magalhães Basto), 2ª ed., s/d (Documentos e Memórias para a História do Porto, 2), p. 71-72.

edilidade como um problema a resolver. Nesse sentido, foram estabelecidos acordos com o objectivo de manter a cidade mais limpa, nomeadamente na proibição de poluir o Rio da Vila e de lançar “coisas sujas” na rua e nos chafarizes, assim como na remoção dos lixos que proliferavam pela cidade e no afastamento do centro urbano de algumas das atividades artesanais e industriais mais poluentes.²²

Vemos assim que, embora seja desconhecido um documento onde estejam escritas e compiladas as leis relativas à ocupação do espaço urbano (como o livro das posturas antigas que há para Lisboa), existiam uma séria de diretrizes orientadoras relativas ao espaço urbano por parte do concelho. E sabemos que este as procurava pôr em andamento, embora, pela quantidade de informações recolhidas relativas ao não cumprimento destas diretrizes, seja fácil deduzir que pô-las em prática deveria ter sido complicado. Do mesmo modo, podemos ver nesta análise que os gestores municipais, além de estarem mais conscientes dos problemas dos espaços públicos, procuravam, como representantes da cidade e sensíveis à honra de tal cargo, que a urbe projetasse de si uma boa imagem.²³

3.2 POSTURAS ECLESIASTICAS

Relativamente às posturas da elite religiosa, no que diz respeito ao espaço urbano, é mais complicado elaborar uma análise. Isto porque não era do seu domínio direto deliberar sobre o espaço público, ainda que as suas atuações se refletissem no mesmo. No entanto, encontramos referências bibliográficas relativas a posturas de bispos, à altura em que eram senhores do Burgo, tendentes a apoiar a qualidade urbana. Por exemplo, vemos no século XIV, devido ao crescente avanço das habitações sobre a via pública, ser necessária a autorização episcopal para acrescentos sobre as ruas e largos da cidade. Também numa inquirição de 1339 se dá conta de algumas preocupações relativas ao licenciamento prévio de casas no sentido de evitar ocupações abusivas das ruas e demais espaços públicos.²⁴

Mas não eram somente os membros concelhios e religiosos os únicos a preocupar-se com o bem-estar “físico” da cidade. Como não podia deixar de ser, também o monarca tinha uma palavra a dizer sobre este assunto, nomeadamente naquilo que dizia respeito ao seu espaço imobiliário no Porto.²⁵

4. CONDIÇÕES DE AFORAMENTO DE PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA

A propriedade imobiliária da cidade pertencia maioritariamente à Mitra, ao Cabido e ao Concelho, mas, para além destas entidades, eram também proprietários a Coroa, o Hospital de Rocamador, os conventos, instituições religiosas e sujeitos individuais.²⁶

4.1 PROPRIEDADE ECLESIASTICA

O Clero, mesmo após ter perdido o senhorio da cidade em 1406, continuou sempre a ser o proprietário da maior parte dos prédios urbanos do Porto.²⁷ E, embora o seu património fosse predominantemente rural, este estava presente nesta cidade através de um grande número de propriedades urbanas que se concentravam na zona em redor da Sé, mas também nas zonas da Lada e Ribeira.

Dada a grande amplitude da propriedade fundiária da Mitra e do Cabido, estes recorreram desde cedo a uma forma de administração indireta, o contrato enfiteutico, modo mais corrente de administração pois permitia conciliar interesses de ambas as

²² Assim, os matadouros, os curtumes, a venda de peixe grosso e a conserva de outro peixe, eram afastados, sobretudo das zonas mais “nobres” da cidade, como a rua Nova. Iria Gonçalves, *Um olhar sobre a cidade medieval* (Cascais: Patrimonia, 1996), 89.

²³ Iria Gonçalves, *Um olhar sobre a cidade medieval* (Cascais: Patrimonia, 1996), 87.

²⁴ Manuel Luís Real, “Construção medieval do sítio da Sé”, (in revista *Monumentos*, nº 14. Lisboa, 2001), 9-18.

²⁵ Para mais informações ver: José Marques, *Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século X, subsídios para o seu estudo*. (Porto, 1980).

²⁶ José Ferrão Afonso, *A Rua das Flores no século XVI: elementos para a história urbana do Porto quinhentista* (FAUP Publicações, 2000): 43.

²⁷ Armindo de Sousa, “Tempos Medievais”, in *História do Porto*, dir. de Luís A. de Oliveira Ramos (Porto: Porto Editora, 2000): 140.

partes: senhorios e enfiteutas.²⁸ Regia-se por normas de direito, sendo a lei geral mais próxima a “Extravagante”, de Paulo II, de 1468, que proibia todo e qualquer facto que implicasse transferência de domínio dos bens eclesiásticos. Isto explica o porquê de a maioria dos prazos eclesiásticos ser temporária, (prazos de vida hereditários ou de nomeações). Enquanto que o prazo perpétuo levaria a uma alienação da propriedade, no caso do prazo temporário esta volvia ao senhorio.²⁹

Em raras exceções, como em exemplos de casas caídas ou arruinadas e “outras propriedades semelhantes de tal qualidade que não deem proveito à igreja nem se achando quem as queria por emprazamento de três ou mais vidas” e casos em que os rendeiros fizeram muitas benfeitorias em propriedades que haviam sido arrendadas, podia-lhes ser concedido o aforamento perpétuo. Ou então quando a Igreja tivesse tal necessidade que, conforme o direito, lhe era lícito vender a dita propriedade, em troca de dinheiro ou qualquer coisa que lhe remediasse essa necessidade. Entre as centenas de prazos da Mitra do Porto, somente os relativos ao Mosteiro de Santa Clara e aos cordeiros no Campo do Olival são perpétuos.³⁰

4.2 PROPRIEDADE CONCELHIA

No início do século XV, parte da propriedade da câmara estaria ainda vazia de construção. Tal é expressamente declarado, em alguns casos, e pode inferir-se com relativa segurança em muitos outros, através das inúmeras referências a “terreos” e “chaos que jazem maninhos” e que a cidade empraza para serem urbanizados.³¹

Com o decorrer do tempo, os foros de propriedade concelhia acabaram por constituir uma das mais importantes e constantes fontes de receita do concelho. De todos os tipos de propriedades, a residencial é a mais rentável, tendo em conta que havia uma grande quantidade de casas, rossios, chãos e enchidos foreiros da cidade. Os lotes de propriedades podiam ter dimensões muito variáveis, mas isso não condicionava o número de fogos que podia ter cada um, nem o número de pisos erguidos sobre ele, que era variável.³² O maior número de propriedades residenciais encontrava-se no Olival e apresentaria, de um modo geral, características típicas da casa medieval atrás referidas.

As hortas e eixidos eram também emprazados, sozinhos ou associados a habitações, localizando-se sensivelmente nos mesmos locais onde se concentravam as habitações foreiras da cidade.³³ Seriam também encontradas cavaliças ou estrebarias para aforar,³⁴ assim como propriedade comercial e artesanal. Esta última era bastante variada: boticas, lugares de venda, aloques e pelames (usados para o tratamento das peles), estalagens, assentos de aduelas, moinhos e alguns fornos. A especialização de algumas ruas em determinados ofícios, que muitas vezes lhes davam o nome, explica a concentração deste tipo de propriedade em espaços mais ou menos demarcados: as boticas na Praça da Ribeira e S. Domingos, os lugares de venda na Praça da Ribeira, os aloques e

28 A enfiteuse tem uma longa história e a ela se recorria sempre que se verificava a necessidade de colonizar terras. A Igreja desde cedo a aplicou e com bons resultados, pois permitia ao proprietário, sem alienar, em princípio, o que era seu, um crescimento económico-agrário dos seus bens, proporcionando uma “descentralização da grande propriedade”. Para mais informações ver: Cândido A. Dias dos Santos, *Censual da Mitra do Porto: Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do Concílio de Trento*, (Porto, 1973).

29 As constituições de D. Diogo de Sousa determinavam expressamente que os emprazamentos dos bens das Igrejas se fizessem somente em três vidas, sendo cada pessoa considerada uma vida. Para mais informações ver: Cândido A. Dias dos Santos, *Censual da Mitra do Porto: Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do Concílio de Trento*, (Porto, 1973).

30 Para mais informações ver: Cândido A. Dias dos Santos, *Censual da Mitra do Porto: Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do Concílio de Trento*, (Porto, 1973).

31 Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral, *Prazos do século e prazos de Deus* (Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1984): 110.

32 Iria Gonçalves, *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV* (Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1987): 26.

33 Iria Gonçalves, *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV* (Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1987): 26-30.

34 Tendo em conta que na época a tração animal era fundamental para transporte e trabalhos agrícolas.

pelames no Souto e os assentos de aduelas na Rua de Banhos. A esta regra escapavam as estalagens, os moinhos e os fornos.³⁵

As propriedades concelhias eram aforadas maioritariamente a título perpétuo, sendo raros os prazos em vidas.³⁶ Para tal, contribuiu a carta régia que D. Afonso V emitiu, autorizando o corpo municipal a aforar para sempre os campos e lugares baldios da cidade, “pois muitas vezes, devido ao sistema habitual das três vidas, não se construíam aí casas porque a despesa não era compensada”. Embora os prazos perpétuos dificultassem a actualização dos foros por parte da Câmara e portanto a sua rentabilização, o facto de estes serem feitos quase sempre sobre terrenos vagos, levando a que fosse o foreiro a neles investir, retirava encargos à câmara (um factor importante visto que o seu capital era já de si escasso).³⁷

Este “esquema” funcionava bem quer para a Câmara quer para os foreiros. Para a primeira porque, deste modo, os terrenos, muito mais valorizados pelas construções neles erguidas, podiam, eventualmente, ter retorno e ser aforados por preços mais elevados. Para os foreiros porque, embora gastando inicialmente uma grande quantia na construção de um imóvel, acabavam por garantir “para si e para os seus descendentes” uma habitação por um custo bastante aceitável. Os baixos foros destes terrenos concelhios favoreciam contudo a atividade especulativa de alguns homens, que faziam diversos contratos de aforamento com a Câmara, com o objectivo de depois os subemprazar, pensando nos lucros que poderiam vir a ter.³⁸ Assim, a câmara acabava por não pedir foros muito altos por estes emprazamentos, até porque tinha sempre a oportunidade de lhes aumentar o valor quando lhe era pedido consentimento para alguma transacção dos mesmos e porque os respectivos bens se encontravam mais valorizados.³⁹

Um ponto que nos interessa especialmente é o modo como era encarada a via pública neste regime de arrendamentos. Como vimos, a construção de sacadas e alpendres era permitida, mediante o pagamento de um foro. Também vielas e azinhagas eram, no mesmo período, aforadas a particulares, assim como pranchas (quer eram usadas para fazer a ligação entre algumas habitações e a muralha). O aluguer do espaço público estendia-se ainda a logradouros públicos, para a colocação de bancas, mós e aduelas que, pelo seu tamanho, ocupariam ainda um espaço considerável. Vemos assim que, mediante um pagamento, muita coisa era permitida na via pública, empatando a circulação eficaz no espaço.

PROPRIEDADE RÉGIA

No aforamento das suas propriedades,⁴⁰ o monarca usou a mesma forma de emprazamento dos homens do concelho: o aluguer a longo prazo de pardieiros situados no traçado de uma rua a urbanizar, para serem transformados em casas à custa dos foreiros, com rendas relativamente baixas para compensar o investimento. Noutros casos, aforavam-se casas já existentes, que se encontravam degradadas, com a obrigação expressa de os foreiros procederem a reparações substanciais. Muitas destas habitações, nomeadamente as construídas na Rua Nova, deveriam seguir indicações específicas, como ter

35 Iria Gonçalves, *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV* (Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1987). 20-30.

36 José Ferrão Afonso, *A Rua das Flores no século XVI: elementos para a história urbana do Porto quinhentista* (FAUP Publicações, 2000). 44-45.

37 Iria Gonçalves, *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV* (Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1987). 16-30.

38 Iria Gonçalves, *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV* (Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1987). 16-30.

39 Do mesmo modo, mas mais raramente, também os valores da receitas dos foros podiam descer, por falta de pagamento ou pela caducidade do contrato, pela destruição ou deterioração da propriedade (fogo e outras causas) ou então pela sua utilização pela câmara para fins não lucrativos em prol do bem da cidade. Assim, o facto de alguns foros terminarem, ou se interromperem por determinado tempo, levava a que por vezes o seu novo arrendamento ficasse por valores mais baixos. Iria Gonçalves, *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV* (Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1987). 16-30.

40 O primeiro grande passo na constituição desse património teve início na edificação da Alfândega por D. Afonso IV, em meados do século XIV. O passo seguinte foi a construção da Rua Nova e suas casas por D. João I. Para mais informações ver: José Marques, *Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século X, subsídios para o seu estudo*. (Porto, 1980).

escadas, sobrados, repartimentos em madeira, cozinhas, chaminés, armários e “privadas”.

Embora a Rua Nova fosse o mais importante núcleo, encontravam-se propriedades régias por outros locais da cidade, nomeadamente na baixa ribeirinha, zona mais recente da cidade quatrocentista. Analisando os aforamentos régios feitos na cidade do Porto entre os reinados de D. João I e D. Manuel, vemos que a percentagem mais elevada pertence aos aforamentos perpétuos ou “enfiteutas”, seguindo-se, por ordem decrescente, os prazos em vidas.⁴¹

CONCLUSÃO

Antes de terminar, é importante frisar que há uma grande discrepância em relação à informação documental concelhia e religiosa existente para a época em estudo, sendo muito menor o número de prazos outorgados pela Câmara do que pela Igreja. Isto, juntamente com o facto de ainda só termos estudado uma pequena parte dos prazos existentes, diminuiu em muito a análise comparativa efectuada até este ponto.

Ainda assim, conseguimos chegar a algumas conclusões. Vimos que, embora houvesse vários pontos em comum nas cartas de empraçamento eclesiásticas e concelhias,⁴² as consequências em termos económicos e sociais em relação às propriedades de uns e de outros eram muito diferentes. Entre as várias diferenças,⁴³ há uma que assume particular importância: a duração dos foros. Enquanto que a Igreja, como já vimos, não concede foros perpétuos e hereditários, o Concelho utiliza quase exclusivamente esse regime de empraçamento. Estas duas diferentes concepções tinham distintas consequências em termos de desenvolvimento urbano. O prazo perpétuo dava ao enfiteuta o domínio útil da propriedade, sendo mais livre de efetuar as melhorias e construções que queria,⁴⁴ ao passo que a propriedade aforada pela Igreja, não sendo duradoura, não oferecia tanto incentivo à construção, visto a despesa não ser compensada. Estes factores estariam provavelmente relacionados com o facto de os cargos municipais serem rotativos, ao contrário dos clericais e, por isso, não lucrarem pessoal e diretamente com a administração do património do burgo (pelo menos a este nível).⁴⁵

Contudo, é preciso analisar isto com precaução: não vamos imaginar a vereação como um órgão de elevada consciência cívica, preocupando-se apenas com o bem dos vizinhos da cidade, em flagrante contraste com o egoísmo dos eclesiásticos. As coisas não eram assim tão lineares. Nem isto quer dizer que não houvesse benfeitorias ou preocupações urbanas nas propriedades do Cabido. Antes pelo contrário: em todos os prazos que analisámos, e mesmo no Censual da Mitra, vimos que na maioria dos contratos se exigia a benfeitoria das propriedades, sendo muitas as vezes que nas cartas se lê “reparar e coreger” casas “de guisa que sempre sejam melhorados e nom pejorados”.⁴⁶ Outra coisa que era importante ao nível urbano e que estava presente nos seus contratos, era a preocupação com a circulação: “...e daredes os caminhos per onde se devem de dar de guisa que por causa delles nom venha a nos e a vos contenda algũa nem de-

41 José Marques, *Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século X, subsídios para o seu estudo*. (Porto, 1980).

42 Vimos que nos documentos de posse de prazos, quer da Câmara quer da Igreja, estavam registados todos os pormenores do contrato: quem outorga, quem são os concessionários, de que propriedade se trata, tempo de vigência do prazo, renda a pagar, as responsabilidades de uma e outra parte, as multas para o caso de se registar uma infracção, a enumeração das testemunhas e as assinaturas.

43. Para mais informações ver: Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral, *Prazos do século e prazos de Deus* (Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1984).

44 Isto leva também a que, em termos de posse da propriedade, se usufrua mais livremente no caso dos empraçamentos camarários: embora o “senhorio verdadeiro” seja a cidade, o “senhorio proveitoso” é o enfiteuta. Vemos assim que os foreiros da câmara se sentem praticamente como possuidores da propriedade, e isso nota-se nas cartas de venda ou doação de prazo, sendo necessário, como referem Luís Duarte e Luís Amaral, “ler muitas dessas cartas com extrema atenção para se detectar, no meio, uma breve alusão ao facto de o terreno ou a casa em apreço serem foreiros à Câmara”. Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral, *Prazos do século e prazos de Deus* (Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1984): 117.

45 Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral, *Prazos do século e prazos de Deus* (Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1984): 16.

46 Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral, *Prazos do século e prazos de Deus* (Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1984): 108.

manda”. Estas preocupações, embora pudessem advir tanto de uma vontade de valorização da propriedade, como de um desejo de evitar contendas ou contrariar regulamentos da Câmara, nem assim deixavam de ser uma mais-valia para a cidade.⁴⁷

Mas é lícito pensar que os homens do concelho, enquanto representantes da cidade, e sensíveis à honra de tal cargo, interiorizavam mais a obrigação de velar em “prol e proveito” a urbe, procurando várias formas de promover a sua qualidade. Tal está patente na obrigação de reconstrução ou melhoria de casas degradadas que aforavam, na obrigação de manutenção das propriedades mesmo que estas tivessem sido aforadas para “todo o sempre”,⁴⁸ nos foros baixos que pediam, e no tempo de emprazamento (perpétuo). Estas condições, embora fomentassem a construção e a qualidade dos imóveis, podiam levar ao crescente número de sub-emprazamentos e à consequente divisão de lotes, que por sua vez se repercutia no fraccionamento das propriedades originais. E isto, em termos urbanos, não era aconselhável, pois os terrenos fraccionados prejudicavam a realização de um dos principais pressupostos do urbanismo atual, o planeamento em grande escala.

Vemos então que enquanto o Clero praticava uma contabilidade elementar de prédio mais prédio igual a rendas, o Concelho equacionava cálculos de modo a obter o máximo lucro das suas propriedades. Pelas palavras de Armindo de Sousa, “obsessão fundiária por parte do clero, negócio” por parte da câmara.⁴⁹ Estes conceitos económicos são importantíssimos na nossa análise, tendo em conta que preconizam objetivos finais distintos. Mas será que em termos urbanísticos tal se materializou realmente em espaços e preocupações arquitectónicas distintas? A tal pergunta ainda não se conseguiu responder. Todavia, sabemos que usavam estratégias semelhantes, o aforamento de terrenos baldios para construção às custas do foreiro e consequente valorização do terreno e, claro, a isto chamavam urbanização em prol e proveito da cidade.

Importa ainda referir que alguns dos membros concelhios eram também grandes arrendatários sub-emprazadores, que procuravam impedir que os seus sub-enfiteutas desbaratassem as suas economias e, conseqüentemente, dessem azo a que as rendas das suas propriedades diminuíssem, principalmente as que se pagavam em quantidades oscilantes em função do produto global. Isto leva a crer que uma certa mentalidade “rentista” começava a influenciar o comportamento dos burgueses do Porto desde a primeira metade do século XV, sendo lícito acreditar que estes tenham procurado explorar a inflação monetária e a correlativa alta de preços mediante o investimento em arrendamentos rurais. Por outro lado, podemos pensar, tal como Armindo de Sousa, que talvez a honra de desempenhar cargos concelhios os tenha levado a julgar-se a consciência da cidade e a vê-la como repositório do seu engenho e das suas lutas. Assim, ao identificar os seus interesses e negócios com os da cidade, tirando partido financeiro da situação e, ao mesmo tempo, buscando prestígio e proveito, satisfazi- am dois desígnios, um de natureza económica e outro de natureza sociopolítica, em nome do Porto.⁵⁰

Para finalizar queremos deixar aqui algumas outras das nossas perguntas ainda não respondidas, nomeadamente a seguinte: Será que, independentemente de proveito próprio ou não, havia realmente uma preocupação das elites políticas com o espaço e bem-comum? As “ordinações” referidas em algumas sessões concelhias, assim como em prazos do concelho, levam a crer que sim, pelo menos por parte da Câmara.

Todavia, e segundo Armindo de Sousa, os desígnios e cálculos sobre expansão urbanística suporiam mentes políticas e administrativas “demasiado modernas para o

47 Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral, *Prazos do século e prazos de Deus* (Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1984): 108-109.

48 A utilização abundante de materiais facilmente desgastáveis e facilmente perecíveis pelo fogo, como a madeira e a taipa, obrigava constantemente a reparações das habitações e não invulgarmente, à sua reconstrução. As preocupações com este problema estão constantemente presentes em qualquer carta de aforamento de qualquer entidade, tentando-se ao máximo precaver os bens contra desastres.

49 Armindo de Sousa, “Tempos Medievais”, in *História do Porto*, dir. de Luís A. de Oliveira Ramos (Porto: Porto Editora, 2000): pág. 151.

50 Armindo de Sousa, “Tempos Medievais”, in *História do Porto*, dir. de Luís A. de Oliveira Ramos (Porto: Porto Editora, 2000): 182.

tempo e o lugar”, até porque o modo típico da época era o do imediatismo das soluções no que tocava à gestão do urbanismo⁵¹ que, como sabemos, precisa de capacidade de previsão no tempo para ser devidamente planeado. Do mesmo modo, são também imprescindíveis grandes fundos monetários para as realizações urbanísticas, fundos estes de que, contrariamente à elite eclesiástica e burguesa, o concelho nunca dispôs. Tal refletiu-se certamente na urbanização da cidade, principalmente no seu espaço público. E, na verdade, em oposição ao que acontece com a Mitra e o Cabido, na análise dos contractos de propriedades da câmara não encontramos uma única compra por parte do concelho. Este factor pode preconizar também a dificuldade de planeamento estratégico do espaço da cidade, ao não permitir a aquisição de terrenos e propriedades necessárias para concretizar um desígnio urbano mais amplo.

No decorrer da nossa investigação, perguntámo-nos também se somente as elites controlaram a urbanização da cidade, ou se terá tido o povo, nomeadamente os mesteres, algum papel de relevo no mesmo. Falta-nos ainda estudar o papel destes no período em questão, tendo em conta que eram uma boa parte dos arrendatários das propriedades urbanas.

Outra pergunta à qual ainda não respondemos tem a ver com o cumprimento à risca das obrigações contidas nos documentos de empraçamento – será que os foreiros as seguiam, ou tomariam iniciativas próprias que contornavam as regras vigentes? Considerando a quantidade de vezes e o prolongamento no tempo em que são referidos os desrespeitos às ordenações da câmara, seria lícito pensar que sim, principalmente tendo em conta a existência de posturas, como atrás vimos, que, nos casos de novas construções ou andares, obrigavam a continuar o alinhamento do existente. E, assim sendo, o papel do restante povo (para além das elites eclesiásticas e concelhias), como foreiros, na urbanização da cidade, seria bem relevante. E talvez não fosse somente devido ao íngreme declive que as ruas se apresentavam tortuosas e sem continuidade.

⁵¹ Armindo de Sousa, “Tempos Medievais”, in *História do Porto*, dir. de Luís A. de Oliveira Ramos (Porto: Porto Editora, 2000): 140.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Estudar uma Colegiada Urbana Medieval no contexto de um projecto de doutoramento

Maria Amélia Álvaro de Campos
Universidade de Coimbra

Resumo

Este texto corresponde ao ponto da situação do projecto de doutoramento sobre *A Colegiada de Santa Justa de Coimbra: a configuração de um espaço religioso, social e urbano*, apresentado, em 2010, no II Workshop de Estudos Medievais. Os principais objectivos deste doutoramento podem ser resumidos da seguinte forma: fundamentação da história institucional da colegiada; caracterização do seu cabido, funções, proveniência social e percurso de vida dos seus beneficiados; identificação da propriedade de Santa Justa e análise das suas estratégias de aquisição e administração; caracterização socioeconómica dos seus fregueses, dos arrendatários dos seus prédios e demais clientela; interpretação das relações da instituição com os grupos populares, os poderes políticos e eclesiásticos, dando especial relevo às relações da igreja com os seus paroquianos. Neste trabalho, após a exposição do objecto de estudo, de um breve estado da arte sobre o tema e das fontes e bibliografia compulsadas, procura-se problematizar a metodologia de análise posta em prática e fundamentar a definição da estrutura da tese através da explicitação das opções tomadas até ao momento.

Abstract

This paper concerns the state of research of the PhD project on the *Collegiate of Saint Justa of Coimbra: the configuration of a religious, social and urban space*, presented, in 2010, at the II Workshop of Medieval Studies. The leading objectives of the PhD can be resumed this way: explanation of the collegiate's institutional history; characterization of the chapter, the functions, the social provenience and the course of life of its' clergy; identification of Saint Justa's property and the analysis of its strategies of acquisition and administration; social and economic characterization of its' parishioners, building tenants and other clientele; interpretation of the relations between this church and the popular groups, the political and ecclesiastical institutions, with special relevance concerning the relations between the church and its parishioners. In this paper, after exposing the study object, a brief state of the art on the theme, sources and bibliography examined, we seek to problematize the methodology of analysis practiced and to justify the definition of the thesis structure through the formal explanation of the decisions made until this moment.

A participação no II Workshop de Estudos Medievais, no final de Abril de 2010, surgiu no momento em que se impunha o início da redacção da minha dissertação de doutoramento. Após um período dedicado à exploração das fontes e à sistematização da informação, esse imperativo resultava da necessidade de começar a clarificar ideias, concretizar metodologias e testar a sua operatividade, através da escrita, identificar e resolver dúvidas e incorrecções científicas.

Neste sentido, a elaboração acompanhada da apresentação de um ponto de situação do projecto de investigação e a sua submissão à crítica e comentário de colegas e especialistas da mesma área do conhecimento, representou um exercício de diálogo e debate científico de extrema utilidade para a prossecução do meu trabalho.

O texto que agora se publica apresenta o plano de estudos que, nesse encontro, foi sujeito ao parecer da Prof.^a Doutora Hermínia Vilar (Universidade de Évora) e de Filipa Lopes (aluna de mestrado da Universidade do Porto), tendo sido, por isso, alvo de algumas alterações, consequências dos comentários aí recolhidos e, necessariamente,

te, da maturação do estudo ao longo destes últimos meses. Contudo, ele constitui mais um exercício de reflexão em torno da investigação do que a descrição de um plano rígido e acabado.

A estrutura desta exposição teve por base os pontos propostos pela organização do Workshop para a elaboração de um artigo sobre um projecto de investigação. Assim, pesem embora alguns ajustes pessoais, engloba os seguintes pontos: Objecto de estudo e problemáticas centrais de pesquisa; Estado da arte e contexto historiográfico; Fontes; Metodologias de investigação; Descrição do plano de investigação; Reflexões finais.

OBJECTO DE ESTUDO E PROBLEMÁTICAS CENTRAIS DE PESQUISA

Quando elaborei o projecto da tese para o concurso de atribuição de Bolsas de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia determinei como título provisório: *A Colegiada Medieval de Santa Justa de Coimbra: A configuração de um espaço religioso, social e urbano*.

Não estou ainda em condições de afirmar se será esse o seu título definitivo. Todavia, acredito que sintetize de forma pertinente a minha proposta de trabalho para estes anos. O objecto central de investigação deste doutoramento é a colegiada de Santa Justa de Coimbra na qualidade de instituto religioso com comunidade própria, cuja estrutura será identificada em simultâneo com a análise do seu quotidiano e das suas dinâmicas internas. Pretende-se caracterizar esta colegiada enquanto sede de uma freguesia urbana, estudar esta circunscrição enquanto célula constituinte da cidade de Coimbra medieval e analisar o senhorio da igreja, constituído por propriedade com implantação urbana e rural. Estes pressupostos exigem-me um esforço permanente de articulação de realidades e estruturas distintas mas complementares.

O âmbito cronológico deste estudo está profundamente condicionado pelas fontes disponíveis. Assim, o seu ponto de partida estabelece-se, necessariamente, nas *origens* da colegiada, para a qual a primeira notícia data de 1098.¹ A determinação do seu término teve por base a necessidade de estabelecer um corpo documental que, por um lado ilustrasse uma ampla parcela do período medieval e, por outro não fosse demasiado extenso para um projecto cuja duração corresponderia a quatro anos civis. Estabeleceu-se, por isso, a data de 1451, correspondente ao final do terceiro priorado com início no século XV.²

Neste enquadramento, as problemáticas centrais da minha pesquisa são a elaboração da história da colegiada e da comunidade clerical que a constituía a par da caracterização da freguesia medieval de Santa Justa de Coimbra. O primeiro ponto desenvolverá questões em torno da fundamentação das origens desta igreja; da reconstituição do seu cabido; do estudo do seu património urbano e rural; da análise das relações que mantém com outras instituições dos poderes temporal e secular. A circunscrição paroquial, por seu turno, será alvo de abordagens que privilegiem o estudo social dos seus habitantes; a reconstituição do seu espaço físico e a percepção da evolução do mesmo. O tratamento destas linhas de investigação revelará os contornos de mais uma instituição eclesiástica de Coimbra, na Idade Média e, a um nível mais amplo, poderá fornecer um importante contributo para a própria consolidação da história da cidade.

ESTADO DA ARTE E CONTEXTO HISTORIOGRÁFICO

As colegiadas medievais portuguesas têm sido estudadas nestas últimas décadas, sobretudo no âmbito de provas académicas. Assim, o primeiro trabalho que conhecemos é o doutoramento apresentado à Université de la Sorbonne de Ana Maria Rodrigues sobre

¹ Manuel Augusto Rodrigues e Avelino de Jesus da Costa, ed., *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra* (Coimbra: Arquivo da Universidade, 1999), doc. 427.

² Priorado de João Afonso documentado entre os anos de 1441 a 1451.

a Colegiada de S. Pedro de Torres Vedras,³ a partir do qual a autora viria a publicar vários artigos em edições portuguesas.⁴

De elaboração mais recente, surgiram vários mestrados realizados nas Faculdades de Letras do Porto e de Coimbra, bem como na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A partir deles, a historiografia portuguesa conta com estudos para núcleos urbanos como Santarém,⁵ Mafra,⁶ Sintra,⁷ Lisboa,⁸ Coimbra e Guimarães.⁹ No contexto da cidade de Coimbra, registamos os trabalhos sobre as colegiadas de S. Pedro e S. Cristóvão, localizadas na Almedina da cidade, e de S. Bartolomeu, situada no arrabalde.¹⁰ A maioria destes estudos englobam a transcrição dos respectivos fundos documentais.

De um modo geral, estas investigações seguiram um programa idêntico. Pesem embora as variações que cada uma revela, foi quase unânime a adopção das seguintes coordenadas: identificação e apresentação da estrutura da comunidade eclesiástica, organizada com base nos cargos em que esta se dividia; determinação e distribuição no espaço do património que lhe pertencia; análise das suas estratégias de aquisição e administração; caracterização dos detentores dos contratos de enfiteuse nos quais a instituição assumia o senhorio.

Actualmente, através desta abordagem, temos um conhecimento maior da forma como se estruturava o clero secular neste género de instituições capitulares, assim como dos seus mecanismos de recrutamento e das redes clientelares que entre eles se estabeleciam. Além disso, do ponto de vista da história económico-social passámos a dispor de análises de novos conjuntos patrimoniais ao nível fundiário e urbano e de grupos populacionais anteriormente ignorados. No que diz respeito à história da cidade, a documentação de natureza económica das diversas colegiadas, permite-nos uma reconstituição cada vez menos lacunar das malhas urbanas a que pertenciam. Neste sentido, para o caso de Coimbra, os contributos dos estudos já identificados são evidentes porque esboçam, não só a possível estrutura física da colegiada e dos seus adros, mas também revelam, através da documentação publicada, características determinantes das ruas e edifícios da urbe.

Estas abordagens foram tidas em linha de conta no momento da elaboração do meu plano de trabalhos que procurará submeter este tipo de análise a uma instituição e território ainda por explorar. Contudo, o projecto pretende, através de uma análise mais articulada das fontes disponíveis, aprofundar o conhecimento dos clérigos que integravam a comunidade de Santa Justa e das suas redes de sociabilidade, bem como da população laica – paroquianos e bem feitores desta colegiada. A originalidade desta dissertação prende-se com a aplicação de um estudo exaustivo do cabido da igreja e com a tentativa de descobrir as suas relações com os fregueses, no sentido de revelar traços caracterizadores da vivência da religião, por clérigos e laicos, na paróquia de Santa Justa.

³ Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues “La Collégiale de São Pedro de Torres Vedras (fin XII^e-XV^e siècles). Étude économique et sociale” (tese de Doutoramento, Université de Paris IV – Sorbonne, 1981).

⁴ Coligidos, em grande parte, na obra Ana Maria S. A. Rodrigues, *Espaços, gente e sociedade no Oeste : estudos sobre Torres Vedras Medieval*. (Cascais: Patrimonia, 1996).

⁵ Maria de Fátima Botão, *Poder e Influência de uma Igreja Medieval: A Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém* (Cascais: Patrimonia, 1998).

⁶ Margarida Garcez Ventura, *A Colegiada de Santo André de Mafra (séculos XV-XVIII): Transcrição paleográfica do fundo documental e estudo introdutório* (Mafra, Câmara Municipal, 2002).

⁷ Maria Inês Gonçalves Marques, “A Colegiada de S. Martinho de Sintra nos séculos XIV e XV: Património e Gestão” (tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1997).

⁸ Fernando Carlos Rodrigues Martins, “A Colegiada de Santa Cruz do Castelo e a Capela de D. Isabel de Sousa” (tese de Mestrado, Universidade do Porto, 1996); Joaquim Bastos Serra, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa, nos finais da Idade Média: Os Homens e a Gestão da Riqueza Patrimonial* (Cascais: Patrimonia, 2003).

⁹ Cláudia Maria Novais Toriz da Silva Ramos, “O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães: ca. 950-1250” (tese de Mestrado, Universidade do Porto, 1991).

¹⁰ Carla Patrícia Rana Varandas, “A Colegiada de S. Pedro de Coimbra das Origens ao final do século XIV: estudo económico e social” (tese de Mestrado, Universidade de Coimbra, 1999); João da Cunha Matos, “A Colegiada de São Cristóvão de Coimbra: séculos XII e XIII” (trabalho apresentado em provas de aptidão pedagógica, Tomar, 1998); Maria Cristina Gonçalves Guardado, “A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em Tempos Medievais: das origens ao início do século XV” (tese de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2000).

Por outro lado, será estudado pela primeira vez o tecido urbano desta paróquia, a qual, na Idade Média, representava uma circunscrição diferenciada pela particularidade da sua situação geográfica e topográfica, definidora de uma paróquia urbana que, localizada no arrabalde norte da cidade, apresentava traços profundos de ruralidade.¹¹

A minha pesquisa bibliográfica tem sido orientada pela tentativa de abrangência de temas variados, dos quais sublinho, em traços genéricos, a historiografia acerca da cidade medieval, das estruturas capitulares do ocidente europeu e da influência das instituições religiosas no desenvolvimento urbano.

FONTES

O núcleo principal das fontes que apoiam esta dissertação é constituído pelo acervo pertencente à colegiada de Santa Justa de Coimbra,¹² salvaguardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Os extremos cronológicos deste conjunto estabelecem-se entre os finais do século XII e o século XIX, sendo que o grosso da documentação foi produzido entre a centúria de Trezentos e o final da de Quinhentos. Deste espólio arquivístico, selecionei cerca de seis centenas de documentos avulsos medievais e dois livros que, produzidos na Época Moderna, contêm informação relevante para o período em foco.

Na verdade, conhecendo-se a primeira evocação da igreja de Santa Justa no ano de 1098¹³, um dos meus maiores obstáculos de investigação reside na escassez de informação para os primeiros séculos desta instituição. Com o intuito de ultrapassar essa limitação, compulsei vários acervos de instituições eclesiásticas de Coimbra, nomeadamente o do cabido da Sé,¹⁴ através dos quais pude adicionar muitos dados à minha pesquisa e inserir aproximadamente mais duas centenas e meia de escrituras à base de dados que suporta este trabalho. Todavia, é lamentável que muito poucas datem do hiato cronológico que referi.

Para além do acervo da colegiada em estudo e dos vários fundos documentais de instituições eclesiásticas da mesma cidade,¹⁵ percorri também os arquivos publicados da abadia de Cluny, bem como do priorado de *la Charité-sur-Loire* da mesma Ordem,¹⁶ ao qual esta igreja foi doada no ano de 1102.¹⁷

METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO

Como em qualquer outro trabalho realizado no âmbito da investigação em História, comecei por identificar a tipologia de cada documento. Neste projecto, a grande maioria das fontes é constituída por registos de aquisição, venda e administração de propriedade, como sejam doações, testamentos, arrendamentos, aforamentos, emprazamentos, contratos de compra e venda, escambos, quitações e demarcações de propriedade. Contam-se, igualmente, diplomas de natureza jurídica, tais como sentenças, avenças e composições. Infelizmente, no que diz respeito ao quotidiano da colegiada e à adminis-

¹¹ Ver figura 1 e 2, em anexo.

¹² Ver ANTT, Colegiada de Santa Justa de Coimbra, m. 1 a m. 37 e liv. 1 a liv. 4.

¹³ Ver nota de rodapé 1.

¹⁴ Ver ANTT, Cabido da Sé de Coimbra, 1 e 2ª incorporação.

¹⁵ Entre outros fundos inéditos salvaguardados no arquivo da Torre do Tombo, consultei o da Colegiada de S. João de Almedina, do Convento de Santa Ana e de Santa Clara, do Mosteiro de Santa Cruz e o do Convento de S. Jorge. Dentre a documentação publicada, destaco: Rui de Azevedo, ed., *Documentos Falsos de Santa Cruz de Coimbra* (Lisboa, José Fernandes Júnior, 1932); Rui de Azevedo, ed., *Documentos Medievais Portugueses* (Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940); *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)*, (Coimbra, Universidade de Coimbra, 1967); Manuel Augusto Rodrigues e Avelino de Jesus da Costa, eds., *Livro Preto da Sé de Coimbra* (Coimbra, Arquivo da Universidade, 1999); Leontina Ventura e Ana Santiago de Faria, eds., *Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra. Cartulário do século XII*, (Coimbra, INIC, 1990); Maria do Rosário Barbosa Morujão, *Um Mosteiro Cisterciense Feminino. Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)* (Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 2001); Pedro Alves Nogueira, *Livro das Vidas dos Bispos* (Coimbra, Arquivo da Universidade, 2003); Ana Paula Prata Figueiredo Santos, *A Fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra. (Da instituição por Mor Dias à intervenção da Rainha Santa Isabel)* (tese de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2000).

¹⁶ René Lespinasse, ed., *Cartulaire du prieuré de la Charité-sur-Loire* (Nevers, Morin Boutillier e Paris, H. Champion, 1887) e Auguste Bernad e Alexandre Bruel, eds., *Recueil des chartes de l'abbaye de Cluny* (Paris: Imp. Nationale, 1876-1894).

¹⁷ Rodrigues e Costa, *Livro Preto*, doc. 22.

tração da comunidade, dispomos de poucos registos, para além das escassas referências à eleição do prior e respectivas confirmações episcopais.

Por norma, a leitura da documentação deve ser acompanhada do preenchimento dos campos estabelecidos num inquérito previamente formulado para cada tipologia. Neste caso, a base de dados que escolhi¹⁸ estabelece uma outra metodologia que pressupõe o registo em linguagem informática de toda a informação presente no documento, a partir dos seguintes pressupostos: registo dos intervenientes e de todas as pessoas referidas no acto em análise, identificando-as pela função que desempenham. A estes indivíduos são conferidos atributos (cargo, profissão, residência, alcunha, etc.), podendo estabelecer-se relações entre eles (parentesco, sociabilidade, etc.). Neste contexto inserimos também os bens contratados, os quais caracterizamos através de atributos (localização, confrontações, renda, etc.), criando-lhes relações de posse com os contratantes.

A maior vantagem desta base de dados é permitir uma grande flexibilidade na gestão da informação, bem como a elaboração de quadros com a sistematização de todos os dados inseridos para cada indivíduo ou instituição, a partir dos quais podemos facilmente reconstituir percursos biográficos, redes de sociabilidade e parentesco. A sua maior limitação prende-se com o facto de ter sido originalmente criada para o tratamento de documentação serial de períodos mais recentes, como é o caso dos registos paroquiais, pelo que a integração de informação referente à propriedade e especificidades dos contratos não é de todo perfeita. Porém, este nível de abordagem e a sua adequação à documentação avulsa medievla tem vindo a ser melhorada no contexto do meu e de outros projectos de investigação para esse período.

Actualmente está já inserida nesta base de dados a grande maioria da documentação compulsada, à excepção de alguns diplomas com uma tipologia mais ambígua e de poucos exemplares que temos de documentação pontifícia – como traslados de bulas e súplicas à Santa Sé – os quais, por necessitarem de uma hermenêutica diferente, têm sido estudados de forma individualizada.

DESCRIÇÃO DO PLANO DE INVESTIGAÇÃO

No ponto de partida deste projecto, o estabelecimento de um plano de dissertação constituiu uma tarefa relativamente acessível. Após a consulta dos numerosos trabalhos sobre colegiadas medievais, procurei adequar os seus programas ao meu caso de estudo, tomando as precauções de quem ainda não conhecia a documentação de forma aprofundada e, por isso, não deveria correr o risco de indicar intenções que, mais tarde, não se pudessem concretizar. Actualmente, à medida que vou aprofundando o conhecimento da realidade em análise, esse plano parece-me cada vez mais incompleto, pelo que tem sido, gradualmente, sujeito a várias alterações com vista a um maior detalhe.

No início da dissertação, a introdução fará uma breve caracterização do fundo documental de Santa Justa; apresentará o âmbito geográfico e a amplitude cronológica em que se enquadra a investigação; contextualizará o estudo do ponto de vista historiográfico; explicitará os objectivos e a estrutura do trabalho.

A seguir à introdução, o primeiro capítulo será dedicado à problematização da inserção urbana da colegiada, desenvolvendo, para isso, uma exposição acerca da história da cidade de Coimbra na Idade Média. Neste ponto desenvolverei questões relacionadas com aspectos conjunturais da cidade e com o desenvolvimento e organização das suas estruturas urbanas, em articulação com a progressiva implantação dos poderes laicos e eclesiásticos durante o período medieval. Este capítulo procurará integrar o estudo de Santa Justa num conhecimento mais abrangente do núcleo urbano coimbrão, produzido através de uma síntese crítica da historiografia disponível, explanada num modelo que aborde as várias circunscrições paroquiais da cidade.

O estudo prosseguirá com a apresentação da instituição, fundamentando a sua origem e primeiras relações institucionais e reconstituindo a estrutura da sua comuni-

¹⁸ Este sistema de gestão de dados designa-se TimeLink e tem vindo a ser desenvolvido na Faculdade de Letras de Coimbra. Ver <http://timelink.fl.uc.pt/index.php/aboutacerca/>.

dade eclesiástica e o seu quotidiano comunitário. Numa fase inicial, apresentarei as primeiras referências documentais desta igreja e da sua doação ao priorado da Caridade da ordem de Cluny. Na medida em que não encontrei dados novos sobre este período, procurarei apresentar os disponíveis de forma crítica e metódica, contextualizando-os, com recurso à historiografia nacional e internacional sobre o assunto, no processo de implantação da influência dessa Ordem na Península Ibérica, nos séculos XI e XII. No último ponto deste capítulo, sem dispor de referências directas ao processo de transformação desta instituição religiosa em igreja colegiada, tentarei problematizar essa questão, recorrendo à comparação com casos homólogos.

Através do desenvolvimento do segundo subgrupo deste capítulo, farei o estudo da comunidade eclesiástica identificando os seus clérigos, organizados pelos cargos e funções que desempenhavam, percebendo os seus grupos de recrutamento, a forma como estruturavam as suas carreiras eclesiásticas e avaliando os seus indicadores de riqueza. Para este ponto será de extrema importância a elaboração de fichas biográficas que espelhem o percurso de cada indivíduo. Ainda nesta fase, pretendo reconstituir os princípios da vida comunitária da colegiada e as características do seu quotidiano religioso, mediante a análise dos estatutos medievais da instituição, das vagas referências contidas sobre este assunto nas fontes compulsadas e das normativas compiladas num regimento do século XVI. Também neste caso, será de extrema relevância o estudo comparativo da realidade observada noutras igrejas colegiadas medievais.

Os capítulos seguintes pressupõem o estudo económico da propriedade da colegiada e a análise social dos seus fregueses e dos arrendatários dos seus prédios, no entanto, de momento, ambos carecem de uma maior problematização e estruturação. Por esse motivo, optámos por indicar as coordenadas de investigação que os compõem sob a forma de objectivos genéricos e ainda pouco detalhados.

Assim, em largos traços, podemos referir que no capítulo seguinte será apresentada a distribuição e caracterização da propriedade de Santa Justa de Coimbra, dividida pela sua tipologia e área de implantação: freguesia de Santa Justa; cidade de Coimbra; termo; outras localizações. Esta análise deverá ser acompanhada do estudo das estratégias de aquisição, de gestão e de administração do património pela instituição, com a devida identificação de dinâmicas diferenciadas no tempo e no espaço, continuamente enquadradas na conjuntura regional e nacional em que se inserem. O ponto que se segue compreende a análise da rede social que envolve a colegiada de Santa Justa, através do estudo dos indivíduos que com ela se relacionam. Nessa rede social compreendem-se os usufrutuários da propriedade de Santa Justa, os seus fregueses e outras pessoas – laicas e eclesiásticas – cuja ligação à colegiada se conheça. Estes grupos serão sujeitos a uma investigação pormenorizada com vista à sua caracterização, orientada por questões como sexo, estado-civil, grupo sócio-profissional, residência, entre outras.

Por fim, resta referir como objectivo central deste plano a elaboração e compreensão do quadro de relações que a colegiada mantém durante o período em foco com as outras instituições eclesiásticas, à escala nacional e internacional, assim como com o poder local e central e com os vizinhos da cidade. Neste âmbito procurarei colocar em evidência, durante o desenvolvimento dos diferentes capítulos, as relações de parentesco e sociabilidade entre os elementos da colegiada e o meio social envolvente, bem como as ligações que estes mantêm com outras instituições laicas e religiosas. Por outro lado, será de extrema relevância o estudo das sentenças episcopais que envolvem esta instituição, no sentido de se avaliarem os conflitos e solidariedades estabelecidos ao longo dos tempos.

REFLEXÕES FINAIS

Este exercício de exposição do meu projecto de investigação – de certa forma também do seu ponto de situação – proporcionou-me o balanço do trabalho realizado e dos objectivos que pretendo cumprir.

Os últimos anos têm sido passados a constituir e analisar o fundo documental e a inserir a sua informação na base de dados informática. Simultaneamente, fui aprofundando a pesquisa bibliográfica e consolidando um maior conhecimento acerca da

realidade medieval portuguesa, sobretudo da conimbricense. Fora do âmbito nacional, tenho lido numerosos trabalhos acerca de colegiadas castelhanas, francesas e italianas, faltando-me, neste momento, algum conhecimento acerca da realidade britânica.

A insuficiência das fontes disponíveis para os primeiros séculos da vida institucional de Santa Justa de Coimbra representa outra das minhas grandes preocupações. Contudo, não são raras as vezes em que o historiador da Idade Média se vê confrontado com estas ausências, pelo que registada também a condicionante da duração do financiamento deste tipo de investigações, não poderei dispensar muito mais esforços em busca dessas referências noutros fundos documentais inéditos.

Neste momento, impõe-se a redacção da dissertação, na medida em que fazê-lo se traduz num maior esclarecimento dos temas e na consolidação da estrutura segundo a qual devem ser abordados. Na verdade, o exercício da escrita tem-se apresentado como forma de melhor estruturar as linhas de investigação, que resulta numa paulatina fixação do plano do trabalho ao ritmo da composição de cada um dos seus capítulos.

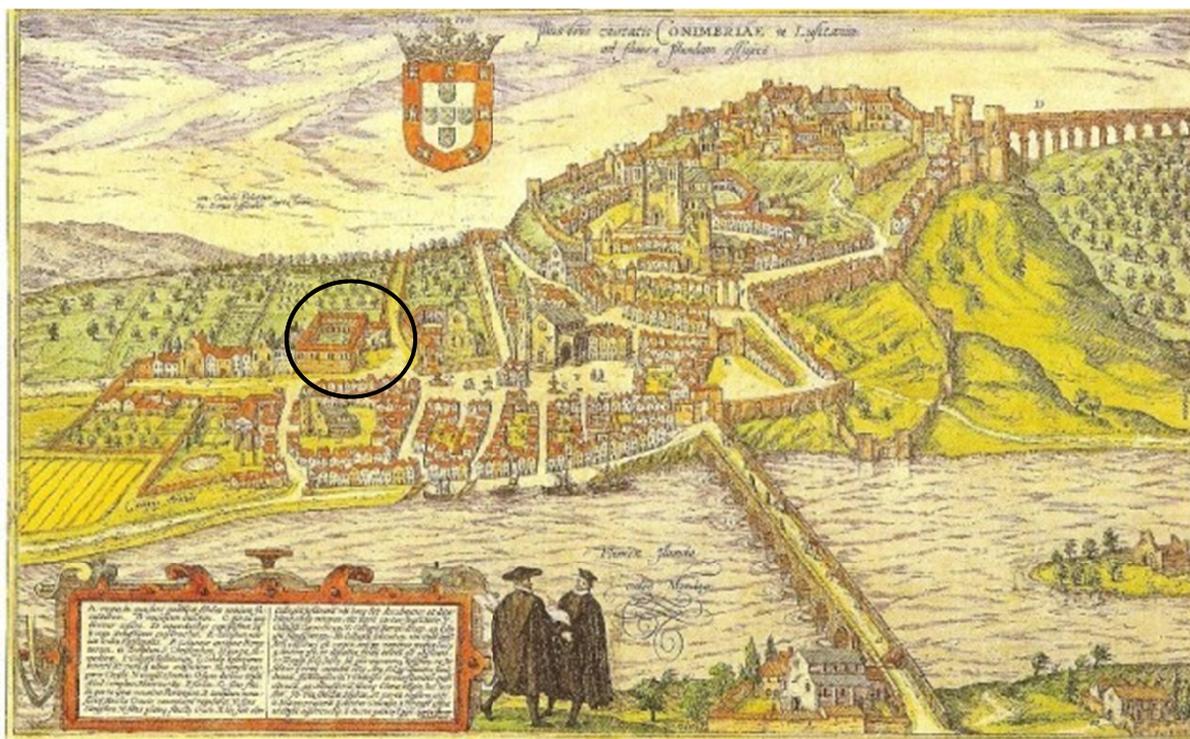


Figura 1. Gravura de G. Hoefnagel, 1572. Representação de Coimbra (a circunferência a negro identifica o núcleo paroquial de Santa Justa).

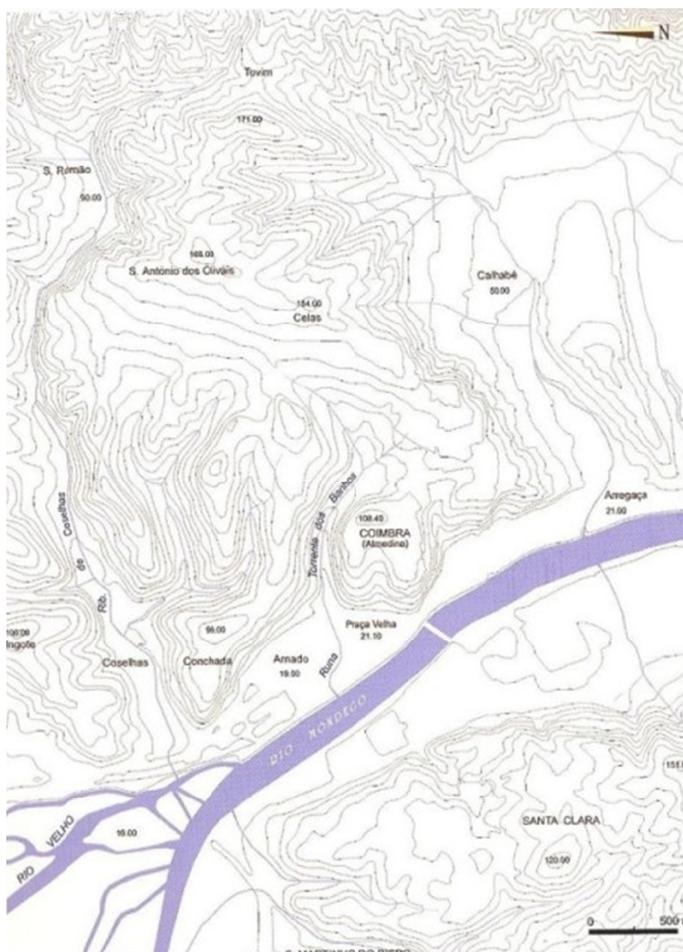


Figura 2. Topografia de Coimbra, desenhada a partir da Carta Militar de Portugal na escala 1:25.000. [publicada em Jorge de Alarcão, *Coimbra. A Montagem do Cenário Urbano* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 2008), grav.5]. A paróquia de Santa Justa de Coimbra tinha o seu centro na área designada por Arnado.

A Liturgia dos Defuntos na Arte Funerária Medieval

Marta Miriam Ramos Dias
 CITCEM, Universidade do Porto

Resumo

O acrescento do Purgatório ao imaginário medieval do Além conduziu a uma agudização do temor do destino *post mortem* e processou uma alteração nas atitudes perante a morte. Os crentes tentaram assegurar a minimização do tempo de passagem pelo Purgatório, através das disposições testamentárias, onde são estabelecidas as formas de intercessão pela alma. A escassez de fontes para a temática em estudo deve ser contornada através de fontes alternativas e para isso é feita uma análise da evolução da liturgia dos defuntos e de práticas para-litúrgicas. A preocupação com o túmulo foi notória, como se pode comprovar através das representações encontradas nos arcazes que apresentam figurações intimamente ligadas com a liturgia. Foi atribuído particular relevo ao programa iconográfico de Cristo Pantocrátor rodeado pelos apóstolos e a figuras a quem foi delegada a tarefa de velar pela alma do falecido.

Abstract

Adding Purgatory to the medieval imaginary of Beyond led to a greater concern with the afterlife's fear and to a change of attitudes towards death. Believers tried to ensure a minimum time of passage through Purgatory in their testaments, establishing the forms of intercession for the soul. The lack of sources for the theme being studied must be overcome through alternative means and for that is made an analysis of the liturgy of the dead and *pseudo*-liturgy practices. The concern with the tomb was quiet obvious, shown in the representations found on the arks presenting scenes intimately related with liturgy. Special importance was given to the iconographic program of Christ Pantocrátor surrounded by the apostles and to characters to whom was assigned taking care of the departed's soul.

A criação de um espaço privilegiado para sepultura de notáveis e poderosos foi um dos factores que mais contribuiu para a existência de obras de arquitectura excepcionais, verdadeiros símbolos da sua época, ao mesmo tempo que contribuiu decisivamente para a contínua transformação da topografia dos templos, fazendo com que os projectos perdessem a sua homogeneidade original e adquirissem, por vezes, formas labirínticas de confusa articulação, como refere Bango Torviso em “El espacio para enterramientos privilegiados en la arquitectura medieval española”.¹

Os monumentos funerários da Idade Média inseridos nestes espaços apresentam programas iconográficos que materializam as preocupações com o destino da alma. Esta nova temática é impulsionada pela paulatina inclusão do Purgatório como terceiro lugar na topografia do Além. “Esta emergência, esta construção secular da crença no Purgatório supõe e provoca uma modificação substancial das perspectivas do espaço-tempo do imaginário cristão”.²

O crente tratava em vida de tomar as precauções que assegurassem um desenlace positivo no destino do *post mortem* através, sobretudo, das disposições testamentárias que trataremos mais adiante.

¹ Isidro G. Bango Torviso, “El espacio para enterramientos privilegiados en la arquitectura medieval española” in *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte*, 93, (Madrid: Universidade Autónoma de Madrid, 1992).

² Jacques Le Goff, *O nascimento do Purgatório* (Lisboa: Editorial Estampa, 1995), 15.

Marta Cendón, que tem estudado as atitudes dos bispos perante a morte através dos seus testamentos, refere que nestes documentos também se faz menção aos cortejos fúnebres porque o funeral é fundamentalmente um acto público, em que se manifesta a glória e a importância daquele que se insere numa linhagem prestigiada, que se encontra entre uma elite.³ Observamos em alguns programas iconográficos, de uma forma mais clara em alguns túmulos na Galiza – como o sepulcro do *bispo desconhecido* na Catedral de Ourense e o sepulcro de D. Lope de Fontecha na Catedral de Burgos – mas também de uma forma mais subtil em peças nacionais, a transposição deste acto público e também de momentos específicos da Liturgia dos Defuntos nas representações figurativas, quer nos arcazes, quer nos arcossólios que envolvem os túmulos.

Encontra-se, nos conjuntos sepulcrais, a presença dos intercessores pela alma que foram referidos nos testamentos. No início da Idade Média, são frequentes as cenas da Vida de Cristo e/ou de Maria, assim como representações das cerimónias e exéquias. Nos finais desta época, tende a individualizar-se determinados personagens realçando as devoções pessoais.⁴

O PURGATÓRIO: PROPULSOR DA IMAGÉTICA

Na Alta Idade Média, não existia a noção de juízo individual da alma. Em vez disso, acreditava-se no julgamento colectivo dos cristãos.

O julgamento individual e a incerteza sobre o paradeiro da alma, desde a morte do crente até ao dia do Juízo Final, propiciaram o desenvolvimento de um terceiro lugar de permanência da alma – o Purgatório, cuja criação remontará ao século XII e que teve o seu auge no século XIII, quando surgiu na forma de substantivo. Este local é definido como “um além intermédio onde certos mortos passam por uma prova que pode ser abreviada pelos sufrágios – ajuda espiritual dos vivos”.⁵

A necessidade dos vivos intercederem pela alma dos mortos vai constituir um dos principais factores de motivação para a receptividade com que o Purgatório será acolhido no imaginário dos cristãos medievais. Por conseguinte, recorre-se a processos para minimizar a passagem pelo Purgatório. Deste modo, nada mais era na mente do crente medieval do que um Inferno temporário.⁶ Sabendo que ia agonizar profundamente pelos castigos infligidos, bastava desejar que a sua estadia no Purgatório fosse o mais breve possível. Esta minimização do tempo de passagem no Purgatório estava no poder dos vivos através das orações, missas, indulgências e sufrágios: “Os mortos frequentam um espaço incerto entre a terra e o espaço divino. Lá esperam dos seus amigos e parentes, ajuda, um serviço, orações, gestos litúrgicos capazes de aliviar as suas penas”.⁷

O falecido tinha em vida a possibilidade de se precaver para o seu futuro incerto através do testamento. As doações testamentárias para as igrejas e mosteiros eram extremamente generosas, pois eram a forma de assegurar uma assistência contínua ao defunto que transpunha a barreira (cada vez mais diluída neste período) entre o mundo dos mortos e o convívio dos vivos.

Os rituais de assistência à alma no Purgatório, mas também os de preparação da alma do moribundo e os de acompanhamento do funeral e sepultamento, foram regulamentados através dos cânones estipulados para a liturgia dos defuntos.⁸

³ Marta Cendón Fernández, “La muerte mitrada. El sepulcro episcopal en la Galicia de los Trastámara” *Muerte y ritual funerario en la historia de Galicia*. Semanata Ciencias Sociais e Humanidades, nº17, (2006): 163.

⁴ Marta Cendón Fernández, “Los Santos de su devoción: aspectos de religiosidad popular en los sepulcros episcopales en la Castilla de finales de la Edad Media”, Separata de la obra *Religiosidad popular en España*, (1/4-IX-1997).

⁵ Le Goff, *O nascimento do Purgatório*, 18-19.

⁶ *Ibid.*, 242.

⁷ Georges Duby, *O Ano Mil* (Lisboa: Edições 70, 2002), 73.

⁸ Acerca da Liturgia dos Defuntos: Henri Leclercq, *Dictionnaire d'Archéologie Chrétienne et de Liturgie* (Paris: Letouzey & Ané, 1907); José Mattoso, *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular* (Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996); Damien Sicard, *La liturgie de la mor dans l'église latine des origines à la réforme carolingienne* (Munster: Aschendorff Munster, 1978); Mario Righetti, *Historia de la liturgia* (Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1960); Paul F.

Embora demorasse séculos até se tornar um dogma da Igreja, o Purgatório, quando tomado como uma realidade inequívoca, acrescenta a todas as formas de arte não só um novo tema, como obriga à reformulação da representação dos temas religiosos que incluíam nos seus elementos o Céu e o Inferno, assim como a figuração de anjos que retiram as almas do fogo purgatório. Não se observam representações do Purgatório, mas surgem temas como a ascensão da alma sendo recebida pela mão de Deus, indicador de que esta abandonou definitivamente a indefinição do seu destino eterno.⁹

Não é por coincidência que, no século XII, ocorre o ressurgimento da sepultura individualizada. O julgamento individual e a culpabilização individual despoletam a necessidade do crente demonstrar a Deus a sua própria virtude, tentando exaltar as boas obras realizadas em vida e servindo-se do seu próprio túmulo para esse propósito. Mas a possibilidade de evidenciar as virtudes de um bom cristão através de uma peça artística de dimensões consideráveis (que constitui o túmulo) não estava ao alcance de todas as camadas sociais, daí também ser muito importante a localização do sepultamento. O leitor deve ter em conta que muitos dos fenómenos aqui apresentados são típicos da nobreza e do clero, uma vez que possuíam os meios pecuniários para tornar a sua morte memorável.

OS TESTAMENTOS

Os testamentos constituem a base de investigação para o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nesta temática. Dão testemunho dos pedidos de intercessão pela alma, da localização de sepultamento, de rituais *post mortem* e da construção de capelas privadas.

No período medieval, a importância do testamento é de tal ordem que se transforma num acto religioso obrigatório imposto pela Igreja. O testamento pretende cumprir com dois objectivos: organizar a vida familiar e assegurar um local no Céu através do pagamento temporal.¹⁰

Alguns dos testamentos analisados na obra *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1269-1349)* referem a instituição de capelas, como os de Nicolau Peres e de D. Pedro Távora.¹¹ Sabe-se que Nicolau Peres “Instituiu (em Lamego, 21 de Setembro de 1299) com o acordo da sua mãe D. Maria Domingues, a capela de Santa Marinha na Sé, por sua alma e de seus pais, composta por dois capelães e com serviço diário. Dotou-a com diversos bens móveis e imóveis, além de 600 libras para a compra de mais propriedades”.¹² D. Pedro Peres de Távora “Instituiu, em 1300 (3 de Maio, Lamego), a capela de Santa Maria Madalena na Sé, composta por dois capelães com serviço diário (...) instituiu a capela de S. Pedro na igreja de S. João de Távora”.¹³

A instituição de uma capela determinava a realização de um serviço desempenhado por capelães para efectuarem os rituais do *post mortem*. Delega-se a celebração de missas e orações à família ou a pessoas que lhes deviam um agradecimento especial.

Caso exemplar é o de D. Gonçalo Pereira que, no documento de instituição da capela funerária, determina exactamente o que pretende para os rituais de zelo pela sua alma e que tipo de pessoas devem ser os capelães que procederão aos actos paralitúrgicos. Também, não deixou ao acaso, o local onde as luzes devem ser colocadas no inte-

Bradshaw, Lawrence Hoffman, eds, *Two Liturgical Traditions. Life cycles in Jewish and Christian worship*, (Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1996. vol. IV).

⁹ Mário Jorge Barroca, “Cenas de Passamento e de Lamentação na Escultura Funerária Medieval (séc. XIII-XV)” *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol.14. (1997).

¹⁰ Marta Cendón Fernández, M. Dolores Barral Rivadulla, “Donantes e Promotores: su imagen en la plástica gótica gallega” *Cultura, poder y mecenazgo Semanata*, (1998), nº10: 391-393.

¹¹ Anísio Miguel de Sousa Saraiva, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1269-1349)* (Leiria: Edições Magno, 2003).

¹² *Ibid.*, 243.

¹³ *Ibid.*, 302.

rior da capela, a sua quantidade e os períodos em que estas devem estar acessas. Indica que a capela deve ser abastecida de cera, incenso e vinho, suficientes para um ano.¹⁴

As fórmulas habituais dos testamentos de clérigos são compostas por invocação de santos, indicação das suas funções, local de sepultamento e, por vezes, a organização das suas exéquias, organização do plano material, asseveração da intercessão dos vivos pela sua alma. É comum solicitar-se a intercessão de Cristo e Maria para que os seus pecados sejam perdoados e sirvam de advogados de defesa no Juízo final.¹⁵

A PROXIMIDADE COM O DIVINO:

TUMULATIO AD SANCTOS E TUMULATIO APUD ECCLESIA

A ligação íntima que se acreditava existir entre Deus e os mártires reporta para o tema da topografia do sepultamento, pela vontade/necessidade dos crentes em receberem último destino na proximidade dos locais de deposição dos mártires ou das suas relíquias.

Os cristãos dos primeiros séculos, apesar de ainda receberem sepultura nos mesmos cemitérios dos pagãos, procuraram com grande afincamento serem tumulados junto a São Pedro e a São Paulo e outros santos menos antigos.¹⁶ Acreditavam que a proximidade com os santos e mártires eliminava os seus pecados. Os mártires e os santos ascendiam directamente ao Reino de Deus, sem passar por qualquer tipo de julgamento e considerava-se que os seus pedidos eram atendidos com maior celeridade por Deus. Como explica Philippe Ariès, esperavam estar situados nas imediações da irradiação de uma “centelha do divino”.¹⁷ Este fenómeno foi designado por *Tumulatio ad Sanctos* – pela proximidade com a qual as pessoas se faziam tumular perto dos santos – e persistiu durante toda a Idade Média. Este hábito foi comum e mesmo algo massivo no interior dos espaços religiosos, até ao momento em que a Igreja impôs restrições (que a própria não cumpre), passando a ser apanágio do clero e da alta nobreza.

Uma vez que as barreiras mentais e físicas entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos foram abolidas, manteve-se o sepultamento nas imediações dos espaços sagrados, criando-se assim o cemitério similar aos actuais – um espaço de enterramento de mortos junto à Igreja designado por *Tumulatio apud ecclesiam*.¹⁸

Até agora, registam-se preocupações específicas, nomeadamente as que estão sob o controlo do crente e que passam pela localização e apresentação da última morada. Sob o domínio do crente está também a expressão da sua devoção, não no domínio material, mas religioso – a experiência religiosa sem mediadores. Para além das orações, há determinados rituais a cumprir para que o cristão tenha uma ‘boa morte’.

A LITURGIA DOS DEFUNTOS

Os livros designados por *Ordines Romani* são meios importantes e úteis para o conhecimento da formação e evolução da liturgia. São textos que recolhem toda a informação necessária para a programação e execução próprias de uma celebração litúrgica – com indicações ou guia das mesmas e descrição dos ritos sagrados. M. Andrieu dá-nos a edição crítica de todos os *Ordines Romani* conhecidos.¹⁹ O *Ordo XLIX* é dedicado à liturgia da morte com directrizes para as funções litúrgicas. Os *Ordines Romani* apresentam rituais de exéquias divididos nos seguintes grupos: os ritos funerários em casa, como a preparação do corpo, a sua colocação no féretro, assim como as antífonas e salmos que acompanham estes procedimentos; o cortejo ou procissão que se desenrola

¹⁴ Maria Helena da Cruz Coelho, “O arcebispo D. Gonçalo Pereira: Um querer, um agir” in IX Centenário da dedicação da Sé de Braga Congresso Internacional. Actas. Braga: Universidade Católica Portuguesa; Faculdade da Teologia de Braga; Cabido metropolitano e primacial de Braga (1990). pp.444-462.

¹⁵ Fernández, “La muerte mitrada”, 155-178.

¹⁶ Mario Righetti, *Historia de la liturgia*, p. 972.

¹⁷ Philippe Ariès, *O Homem perante a Morte* (Mem Martins: Publicações Europa-América, 1988), 41-45.

¹⁸ Ariès, *O Homem perante a Morte*, 53-56.

¹⁹ Damien Sicard, *La liturgie de la mort dans l'église latine des origines à la réforme carolingienne*. (Munster: Aschendorff Munster, 1978); Michel Andrieu. *Les Ordines Romani du haut moyen âge* (Louvain: Spicilegium Sacrum Lovaniense Administration, 1956. Vol.4).

até ao templo cristão onde se celebram as exéquias mais os salmos e as antífonas; o serviço litúrgico na Igreja; a colocação no túmulo com outro cortejo de salmos e antífonas.²⁰

Este *Ordo* estipula rituais desenvolvidos na presença do moribundo, tais como cantar salmos e responsórios, ler a Paixão, a imposição da extrema-unção, a administração do *viaticum*²¹ e a *commendatio*²² da alma.

Na Igreja, os rituais traduzem-se no serviço da Palavra e da Eucaristia. O serviço da Palavra é composto por leituras da Escritura, orações, hinos, salmos e sermão. As variações regionais no serviço da palavra prendem-se na escolha dos salmos e das passagens da Escritura.

O *Ordo* dá primazia ao cerimonial. Os diferentes *Ordo* eram expressão de um conjunto de comunidades locais e *a posteriori* da Igreja Romana, nelas encontrando-se os mais antigos elementos da Liturgia Romana. O quadro comparativo em anexo na obra de Sicard esquematiza os passos de alguns *Ordo*, de forma a se poder comparar as pequenas variações entre eles.

Ao observar os *Ordos*, ainda não se pode falar de uma liturgia concreta nos moldes que se concebe mais tarde, a partir do Concílio de Trento. Todos eles apresentam o *Viaticum* como gesto essencial.

No caso particular da Península Ibérica, até ao século XI vigorou a liturgia hispânica que coexistiu e acabou por ser substituída pela liturgia romana através da influência de Cluny.²³ No caso específico de Braga, os monges cluniacenses do Mosteiro do Pombeiro ao longo do dia oravam várias vezes pelos defuntos: “celebravam-se as Vésperas, as Vésperas de Nossa Senhora e dos defuntos”.²⁴

O grande feito de Cluny foi a instituição do Dia dos Fiéis defuntos, no dia 2 de Novembro, que aprofundou a ligação entre o mundo dos vivos e o domínio dos mortos. Refere José Mattoso, “O interesse dos monges por este tipo de culto revela-se também pela frequência com que rezam o ofício divino dos defuntos (...) como se eles pretendessem ser os intérpretes privilegiados do culto dos mortos”.²⁵

A IMPORTÂNCIA DA EUCARISTIA E DO VIATICUM

A Eucaristia era o sacramento mais importante na Idade Média e o *viaticum* funcionava como a última participação no mistério da Eucaristia em vida administrada ao moribundo. Os liturgistas procuraram a sua fundamentação na Bíblia: Evangelho de João (JO 6, 54) – Jesus diz que aqueles que comerem a Sua carne e beberem o Seu sangue erguer-se-ão no último dia. A Eucaristia é instituída aquando da realização da Última Ceia, comunhão partilhada por Cristo e os Apóstolos. A comunhão da Eucaristia acompanha toda a vida do crente e é-lhe administrada nos seus derradeiros momentos em vida. Este sacramento continua a ser comemorado no *post-mortem* através das celebrações dos vivos, sobretudo no *Dies Natalis*.²⁶

Segundo Karen B. Westerfiel, a explicação da associação da Eucaristia aos ritos funerários pode ser procurada na apropriação cristã dos costumes judaicos e pagãos.²⁷ Sem dúvida, este factor terá sido uma influência. Mas a autora continua: “celebration of the Eucharist could, symbolically or in actuality, benefit the soul of the departed, mass

²⁰ A. G. Martimort, *La Iglesia en oración. Introducción a la liturgia* (Barcelona: Ediciones Herder, 1987), 808.

²¹ *Viaticum*: provisão para a (última) viagem.

²² Significa que se encomenda a alma a Deus.

²³ Maria Joana Corte-Real Lencart e Silva, “O Costumeiro do Pombeiro. Uma comunidade beneditina no séc. XIII.” (Tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995), pp.35-37.

²⁴ *Ibid.*, 105-107.

²⁵ José Mattoso, “Liturgia Monástica e Religiosidade Popular na Idade Média” *Religiosidade Popular*. Estudos Contemporâneos, 15, (1984).

²⁶ O dia da morte é considerado o dia do nascimento para uma vida eterna.

²⁷ Karen B. Westerfiel, “Christian rituals surrounding death” in *Two Liturgical Traditions. Life cycles in Jewish and Christian worship*, ed. Paul F Bradshaw, Lawrence Hoffman, 205, (Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1996, vol. IV).

for the dead was not only offered as part of the funeral liturgy, but regularly repeated thereafter”.²⁸

Constatou-se que a Tumulária medieval nacional apresenta por diversas vezes as figuras de Cristo e dos Apóstolos. Iremos analisar adiante estes dois exemplos: o túmulo de D. Rodrigo Sanches e o túmulo de D. Gonçalo Pereira. Estes estudos de casos reforçam o conceito da Comunhão como sacramento de assistência à morte, pois o falecido coexiste perpetuamente com os intervenientes dos criadores da Eucaristia.

A respeito do *viaticum*, há uma cena extremamente importante – parte integrante de um dos melhores programas iconográficos nacionais – que constitui o túmulo de D. Pedro em Alcobaça. No facial dos pés foram representadas duas cenas da boa morte do rei e numa delas observa-se a administração do *viaticum*.

Deve tomar-se em conta vários factores: o medo da profanação do corpo; o medo da profanação do túmulo; a necessidade de preservar o corpo para o dia do Juízo Final; os fenómenos da *Tumulatio ad Sanctos* e da *Tumulatio apud ecclesia*; a penetração do bestiário no imaginário medieval – criaturas que poderiam perturbar a paz;²⁹ o medo do além e dos demónios com ele relacionado. Todos estes factores explicam o cuidado iconográfico com o túmulo e o carácter apotropaico dessas séries iconográficas.

MONUMENTOS FUNERÁRIOS

Em termos práticos, estes fenómenos traduzem-se plasticamente em manifestações artísticas funerárias - caso do túmulo de D. Rodrigo Sanches no Mosteiro de São Salvador de Grijó.³⁰ D. Rodrigo era filho de D. Sancho I e de Maria Pais, irmão de D. Constança Sanches e tio de D. Afonso III. Morre em 1245. Só recebe tumulação monumental anos mais tarde, por vontade da sua irmã. “O altar mandado por construir por Dona Constança Sanches para a sepultura do irmão tinha o título de Santa Maria”.³¹

O túmulo de D. Rodrigo Sanches apresenta um jacente bastante estático, que demonstra as dificuldades técnicas das primeiras incursões da figuração humana na tumulária. Foi imortalizado com indumentária e acessórios de homem de armas. É protegido por uma profusão de querubins aos pés e dois que ladeiam as duas almofadas sob a cabeça.

O arcaz, do qual só se pode observar um dos faciais, por se encontrar embutido em arcossólio, é decorado com uma série iconográfica de Cristo e os Apóstolos. Ao centro, a figura de Cristo Pantocrator, sentado e envolvido pela mandorla, possui vestígios de um atributo que se supõe que teria sido um globo terrestre. A representação de Deus Filho é enquadrada em moldura rectangular. Nos espaçamentos dos cantos formados pela moldura e pela mandorla estão representados cada um dos evangelistas pertencentes ao tetramorfo. Há seis figuras do lado esquerdo e sete do lado direito. Sabe-se que são os Apóstolos. No entanto, há uma figura a mais. Esta figura, na extremidade direita, que aparenta ter na cabeça resquícios daquilo que foi uma coroa,³² é frequentemente atribuída ao programa iconográfico do facial da cabeça. Esta inserção de uma figura não identificada no programa de outro arcaz que se desconhece é demasiado precipitada, sobretudo porque se encontra inserida no facial visível do arcaz. O túmulo, actualmente, está bastante danificado pela passagem do tempo – foi exposto às condições climáticas e sujeito a actos de vandalismo – mas ainda assim é possível discernir o que parecem ser atributos iconográficos em alguns dos apóstolos: uma vieira³³ e algo que poderão ser as pegas de duas chaves.³⁴ Observando este túmulo com mais atenção,

²⁸ Ibid., 206.

²⁹ Jacques Le Goff. *O Maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval* (Lisboa: Edições 70, 1991).

³⁰ Imagem geral do túmulo no fim do texto.

³¹ Livros do Tombo do Prior D. Afonso Esteves e das Campanhas do ano de 1365. António Domingues de Sousa Costa. *O Mosteiro de São Salvador de Grijó*, (Fábrica da Igreja Paroquial de Grijó, Vila Nova de Gaia, 1993), 42.

³² Ver imagens no fim do texto.

³³ Ver imagens no fim do texto.

³⁴ Ver imagens no fim do texto.

apercebemos-nos de que um dos suportes que seguram o arcaz é um capitel invertido, provavelmente reaproveitado da fábrica medieval do mosteiro.

D. Constança Sanches, irmã de D. Rodrigo Sanches, encomendou o túmulo, o que nos permite estabelecer a sua datação entre 1245 e 1269, altura em que morre. D. Constança foi monja do Convento das Donas de Coimbra e, por isso, estaria em contacto com a Liturgia própria dos Defuntos. Já foi apontada aqui a sua preocupação na construção de um altar, mas também nesse mesmo altar “após a morte dela, devia ser dita uma missa de defuntos pela sua alma e de seu irmão ali sepultado”³⁵ e “os cónegos deviam acender todos os dias uma lâmpada”.³⁶ Há uma nítida preocupação por parte da religiosa em perpetuar um ritual *post mortem*, tendo em conta as preocupações com o Além próprias da época.

Não se sabe até que ponto o programa iconografado do facial tenha ficado inteiramente nas mãos do artista, regendo-se pelas modas da altura ou se terá tido consultadoria da monja. É lógico que se insere na tipologia e gosto da altura. O que se constata é que segue as linhas de representação relacionadas directamente com o sacramento da Eucaristia e com cariz apotropaico.

Nos faciais da cabeça e dos pés nota-se a presença de figuração que não permite ser alvo de análise devido à proximidade com as paredes do arcaz. O facial da direita, tendo em conta que estamos perante uma obra com alguns traços românicos, supõe-se que estabeleça simetria com o facial que a ele se opõe.

O arcaz assenta sobre sete pés e nenhum lhe pertence; são reaproveitamentos, entre os quais capitéis góticos do século XV. Num deles (reaproveitamento de um capitel gótico), podem ver-se duas figuras.³⁷

Dentro da mesma linha, mas seguindo uma evolução temporal, apresenta-se o túmulo de D. Gonçalo Pereira.³⁸ Foi bispo de Évora, bispo de Lisboa e arcebispo de Braga. Morreu a 22 de Setembro de 1348.

O túmulo situa-se no centro da capela de Nossa Senhora da Glória, na Sé Catedral de Braga mandada construir pelo próprio para alojar o seu monumento funerário. Esta colocação da obra no espaço religioso possibilita a observação dos quatro faciais: o apostolado com Cristo Pantocrátor ao centro;³⁹ na face oposta, a do apostolado, o coro de capelães e “moços” que velavam pela sua capela;⁴⁰ no facial da cabeça, Cristo crucificado ao centro, ladeado pela mãe e por S. João;⁴¹ no facial dos pés, a Virgem com o Menino ao colo, enquadrada por dois anjos.⁴² Esta representação dos clérigos que zelarão pela alma do defunto representam um momento de prática devional que se reflecte ao nível artístico e que cumpre com o objectivo de um zelo perpétuo nos rituais de *post-mortem*.

Para este estudo, atribui-se relevo ao facial do apostolado para se estabelecer a continuidade e evolução cronológica de uma mesma série iconográfica. Mas também são importantes as figuras intervenientes na perpetuação da liturgia do tumulado. Sendo este túmulo posterior ao de D. Rodrigo Sanches, nota-se o aperfeiçoamento da técnica, que se traduz num jacente mais naturalista e num maior refinamento das figuras do arcaz e no seu enquadramento. No túmulo de D. Rodrigo Sanches, observam-se os apóstolos enquadrados por arcadas bastante simples, enquanto no túmulo de D. Gonçalo Pereira é observável uma maior qualidade nas micro-arquitecturas que separam cada uma das imagens.

Em termos comparativos, dentro da mesma linguagem constata-se um aprimoramento da técnica que resulta numa maior beleza das figurações, e uma evolução esti-

³⁵ Costa, *O Mosteiro de São Salvador de Grijó*, 42.

³⁶ *Ibid.*, 43.

³⁷ Ver imagens no fim do texto.

³⁸ Ver imagens no fim do texto.

³⁹ Ver imagens no fim do texto.

⁴⁰ Ver imagens no fim do texto.

⁴¹ Ver imagens no fim do texto.

⁴² Ver imagens no fim do texto.

lística, no sentido em que as séries iconográficas são também conceptualizadas para integrar numa só obra metas individuais do defunto, metas consanguíneas relacionadas com a família e metas sociais, tendo em conta que o jacente é representado como um arquétipo de uma camada social, embora a sua individualização se vá tornado crescente.

Inserida no grupo das manifestações artísticas funerárias medievais, mas num registo tipológico completamente diferente, apresenta-se a lâmina sepulcral em bronze em forma de livro de horas de Frei Estêvão Vasques Pimentel, no Mosteiro de Leça do Balio. Esta peça encontra-se na capela do Ferro, contígua à capela-mor, embutida na parede sob a campa rasa do religioso. É uma obra extremamente rica em profusão iconográfica, como se pode observar na imagem⁴³ que ajuda a clarificar e descodificar todo o ínfimo pormenor de um programa iconográfico tão intrincado. A placa contém o epitáfio do defunto.

É outra peça que foi feita com uma preocupação litúrgica na qual há vários níveis: a forma em livro de horas é a forma mais imediata da caracterização da liturgia – causa um impacto visual imediato; o epitáfio atribui uma intenção funerária à peça, nele é feita a descrição e apologia da vida do falecido; possui, também, uma série de figuras de carácter apotropaico, como anjos e santos. Mais uma vez, está presente Cristo e o Apostolado ao centro, a Trindade à esquerda e a Anunciação à direita.

Na base, foi representado o tetramorfo, os brasões de Portugal e o brasão do religioso. Vê-se ainda uma cruz de oito pontos e um centauro guerreiro – símbolo da ordem dos Hospitalários.

Entre os temas representados na arte funerária medieval, integram-se aqueles que parecem emular a realidade ou uma realidade pretendida. Assiste-se à representação de momentos da liturgia dos defuntos, como a administração do *viaticum* e a extrema-unção no túmulo do rei D. Pedro I, mas também de cenas de um mundo não visível onde se figura o destino da alma.

⁴³ Ver imagens no fim do texto.

Imagem 1.
Túmulo de D.
Rodrigo
Sanches.
Fotografia da
autora.



Imagem 2. Pormenor do túmulo de D. Rodrigo Sanches.
Figura com coroa na extremidade direita do facial visível.
Fotografia da autora.



Imagem 3. Pormenor do túmulo de D. Rodrigo Sanches.
Figura com vieira ao peito.
Fotografia da autora.



Imagem 4. Pormenor do túmulo de D. Rodrigo Sanches. Capitel gótico reaproveitado como pé. Fotografia da autora.



Imagem 5. Imagem do túmulo de D. Gonçalo Pereira. Fotografia por Arpels.

Imagem 6. Facial da cabeça do arcaz tumular de D. Gonçalo Pereira. Fotografia de José Raeiro.



Imagem 7. Facial dos pés do arcaz tumular de D. Gonçalo Pereira. Fotografia de José Raeiro.

Imagem 8. Facial lateral do arcaz tumular de D. Gonçalo Pereira. Fotografia de José Raeiro.



Imagem 9. Facial lateral do arcaz tumular de D. Gonçalo Pereira. Fotografia de José Raeiro



Imagem 10. Lâmina sepulcral do religioso Estêvão Vaques Pimentel. Imagem extraída de MONTEIRO, Manuel – *Igrejas Medievais do Porto*. Porto: Marques Abreu, 1954.



Imagem 11. Vista parcial da Capela do Ferro onde se encontra a lâmina sepulcral. Fotografia por Manuel Coutinho.

As atitudes face à doença no Portugal dos séculos XIV e XV: A lepra, os leprosos e as leprosarias

Rita Luís Sampaio da Nóvoa
IEM, Universidade Nova de Lisboa

Resumo

A doença como tópico de reflexão historiográfica encontra-se relativamente ausente do actual rol de interesses da medievística portuguesa. Apesar de lhe ser feita referência em vários artigos de pequena e média dimensão – publicados, sobretudo, nas décadas de 80 e 90 do século passado -, a enfermidade aparece, por norma, como subtema de problemáticas maiores como a assistência ou a pobreza, não tendo merecido ainda estudos de grande profundidade. Num sentido inverso, a historiografia internacional, com particular destaque para a francesa e inglesa, tem vindo a desenvolver interessantes e renovadas perspectivas de análise que incidem não só sobre as percepções medievais da doença mas também sobre as *atitudes* dos indivíduos face aos seus congéneres enfermos. O presente artigo segue algumas destas linhas de investigação recentemente propostas, procurando aplicá-las ao caso português nas centúrias de Quatrocentos e Quinhentos. Em concreto, interessa-nos avaliar a validade e/ou utilidade das equações “lepra = medo do contágio”, “leproso = pobre e marginal”, “leprosaria = segregação social”. Para tal, começaremos por discutir o conceito de *doença*, avançando, depois, para a análise das fontes recolhidas, privilegiando o caso de Lisboa mas sem esquecer outros núcleos urbanos como o Porto, Coimbra, Évora e Santarém. Aqui serão explorados problemas na linha dos que se seguem: Era comum, em contexto urbano, a noção de contágio da lepra? Em sendo, as atitudes face aos leprosos respondiam apenas a essa ideia ou devem ser tidos em conta outros factores? Qual a pertinência de uma abordagem generalista em relação à suposta posição marginalizada dos leprosos? Que diferenças existiam entre os “lázaros andantes ao mundo”, os residentes nas leprosarias e os lázaros domésticos? Devem entender-se as gafarias meramente como mecanismos profilácticos e como espaços de exclusão social ou há que ter em consideração ainda o papel que desempenhavam na integração dos enfermos?

Abstract

Disease as a historiographical problem has been relatively absent from the Portuguese medieval studies' list of main interests. Although it is mentioned in several articles – mainly published during the 80's and 90's -, the disease appears mostly as a secondary topic associated with larger problems (such as assistance and poverty) and has not yet being subject to more thorough studies. In an opposite sense, the international historiography, especially English and French, has been developing interesting and renewed perspectives that include not only the medieval perceptions about disease but also the *attitudes* towards the sick individuals. The following article pursues some of these new perspectives and applies them to the 14th and 15th Portuguese context. In particular, it focuses on the validity and/or historiographical utility of equations like “leprosy = fright of contagion”, “leper = poor and outcast”, “leper-house = social segregation”. In this sense, I will start by discussing the concept of *disease* and then move on to the analysis of the Portuguese sources, with special attention to Lisbon and other urban contexts like Porto, Coimbra, Évora and Santarém, asking questions such as: was the notion of leprosy as a contagious disease common in urban contexts? If it was, the attitudes towards lepers were solely guided by that notion or were there other factors that should be taken into consideration? How pertinent is a generalist approach that reads lepers as outcasts? What differences were there between the “lepers that walked the world”, the lepers that lived in leper-houses and the domestic lepers? Should leper-houses be considered only as prophylactic mechanisms and spaces of social exclusion or should they also be considered as institutions that enabled the integration of lepers?

Dentro e fora do mundo académico, as reacções que o tema do presente artigo suscita entre os meus interlocutores oscilam, por norma, entre exclamações de espanto e estranheza. O carácter pouco familiar das temáticas que irei explorar (talvez de influência pós-moderna no sentido do “gosto pelo grotesco” como diria Gabrielle Spiegel?)¹ só em parte explica tais reacções. Isto porque o grande volume de bagagem que a lepra – doença das doenças – tem vindo a acumular ao longo dos séculos está ainda bem presente no imaginário que circunda aquela enfermidade. Por entre construções e reconstruções, foram-se montando ideias ou noções particulares sobre aquele “grande mal que assolou a humanidade”, ideias e noções essas que resistiram mesmo aos “progressos científicos” que a bio-medicina tem vindo a alcançar. E o poder deste imaginário não se estende apenas sobre a forma como a doença é entendida, mas comporta também a sua história, ou melhor, aquilo que se crê ter sido a sua história.

Estas crenças ou ideias sobre a História, “resíduos tóxicos”² para utilizar a expressão de Patrick Geary, têm estado no centro das preocupações dos trabalhos desenvolvidos além-fronteiras sobre a lepra, os leprosos e as leprosarias no período medieval. De facto, autores como François-Olivier Touati³ ou Carole Rawcliffe⁴ dedicaram parte das suas obras à desconstrução de um conjunto alargado de “resíduos”, defendendo que a renovação da historiografia sobre aqueles temas depende do questionamento de determinados mitos que até então não haviam sido contestados. Para tal, recuaram até aos finais do século XVIII e acompanharam o processo de construção da história da doença e das noções que lhe foram sendo associadas, processo que, de acordo com Rawcliffe, se moldou em várias frentes: a da missionação, baseada nas ideias trazidas e levadas pelos missionários cristãos que trabalharam nas colónias atacadas pela lepra; a da leprologia, composta pelos trabalhos “historiográficos” dos especialistas na doença; e, por fim, a literária, obra de romancistas e poetas.

Em Portugal, o modelo que nos é mais próximo é talvez o dos leprólogos ou, se quisermos, dos “médicos-historiadores”, que publicaram inúmeros trabalhos na primeira metade do século XX. Entre eles constam nomes como Fernando da Silva Correia (1893-1966), Augusto da Silva Carvalho (1861-1957) ou Bissaya-Barreto (1886-1974), autores de um extenso rol de obras onde a doença no contexto medieval recebeu especial destaque. Todas estas personagens foram contemporâneas da inauguração daquela que ficou conhecida como a “última leprosaria portuguesa”, o Hospital-Colónia Rovisco Pais (1947), de cujo planeamento o Estado Novo encarregou o último autor mencionado, Bissaya-Barreto. Como demonstra a antropóloga Alice Cruz, a constituição desta instituição esconde uma metaforização da doença dentro da esfera política do governo salazarista que a interpretava como uma “doença residual de atraso civilizacional”, ao mesmo tempo mal biológico e mal moral.⁵ Assumindo-se como prioritária a protecção da Nação contra “tão repugnante doença”,⁶ como lhe chamou Fernando Correia, adoptaram-se então medidas profilácticas que não só a Medicina como a própria História provavam ser as mais eficazes.

Imiscuíam-se assim jurisdições biomédicas, que eram também políticas, e determinadas ideias sobre os legados deixados por sociedades passadas como as medie-

¹ Gabrielle Spiegel, “In the Mirror’s Eye: The Writing of Medieval History in North America”, in *The Past as a Text. The Theory and Practise of Medieval Historiography*, 77-78 (Baltimore: The Johns Hopkins UP, 1999).

² Patrick Geary, “Uma Paisagem Envenenada: Etnicidade e Nacionalismo no século XIX”, in *O Mito das Nações. A Invenção do Nacionalismo*, 23-47 (Lisboa: Gradiva, 2008).

³ Veja-se a monumental obra deste autor francês – François-Olivier Touati, *Maladie et Société au Moyen Âge: La Lèpre, les Lépreux et les Léproseries dans la Province Ecclésiastique de Sens jusqu’au milieu du XIVe siècle* (Paris: De Boeck Université, 1998) -, assim como o seguinte artigo: François-Olivier Touati, “Contagion and Leprosy: Myth, Ideas and Evolution in Medieval Minds and Societies”, in *Contagion: Perspectives from Pre-Modern Society*, 179-201 (Ashgate, 2000).

⁴ Carole Rawcliffe, *Leprosy in Medieval England* (Woodbridge: The Boydell Press, 2006).

⁵ Alice Cruz, *A lepra entre a Opacidade do Véu e a Transparência do Toque. Interstícios de Sentido na Última Leprosaria Portuguesa* (Coimbra, 2008), 103-104.

⁶ Fernando da Silva Correia, *A Idade de Ouro da Assistência Cristã. A Assistência na Idade Média*, separata de *Ação Médica*, fasc. XI, 12-14 (Lisboa, 1939).

vais que, em certo sentido, acabavam por legitimar aquela mesma jurisdição.⁷ Escreve Carole Rawcliffe: “Armed with the conviction that the West faced an epidemic of devastating proportions, leprologists needed ammunition to support a campaign for segregation and thus, to a notable extent, constructed a medieval leper to serve their purpose”.⁸ Sem discutir se os “médicos-historiadores” compuseram os seus trabalhos com o objetivo específico de fazer deles armas políticas, o facto é que as interpretações que tecem acerca da lepra, dos leprosos e das leprosarias são filhas de um contexto bastante particular, marcado por noções particulares acerca daquela doença num presente que foi estampado no passado.

Se a historiografia portuguesa mais recente fez um esforço para questionar algumas destas ideias manufacturadas, creio que parte das suas linhas estruturantes não foi ainda superada. Os poucos trabalhos que se dedicaram exclusivamente àqueles temas, compostos nas últimas décadas do século XX sob o formato de artigos ou pequenos capítulos, são ainda herdeiros de tendências historiográficas de influência francesa que entretanto capitularam face aos ataques da produção mais recente. Não significa isto que os trabalhos nacionais não nos forneçam informações preciosas, por exemplo, sobre o funcionamento das leprosarias⁹ ou mesmo sobre a documentação que lhes estava associada.¹⁰ Sendo esta última bastante menos generosa do que as congéneres internacionais – facto que é aplicável ao conjunto total de documentos existentes ou conhecidos sobre a lepra ou os leprosos em contexto medieval português –, o grosso das leituras efectuadas pende sobretudo para a linha da história das instituições com um enfoque particular sobre questões de índole económica (património, rendimentos).

Não obstante, se juntarmos os poucos vestígios documentais que se conhecem às pistas lançadas não só pelas restantes historiografias mas também por outras áreas do saber social e humano, ficamos aptos a alargar os horizontes para além das instituições. E é esse caminho que procurarei seguir no presente artigo, começando por reflectir acerca da noção de doença num sentido lato e acerca dos vários obstáculos que devem ser tidos em consideração aquando a interpretação da enfermidade no passado. De seguida, centrar-me-ei na trilogia já mencionada – lepra, leprosos, leprosarias – e, pensando-a no contexto português, desenvolverei as seguintes premissas primeiramente articuladas por Touati:¹¹ “Lepra = Medo do Contágio?”, “Leproso = Marginal?”, “Leprosaria = Segregação?”. Através da análise individual de cada uma destas equações procurarei determinar até que ponto são válidas à luz do cenário nacional, avaliando, ao mesmo tempo, a sua utilidade para a demanda historiográfica.

De forma a testar as ditas premissas seguirei a linha daquilo que o medievalista francês designou “história das atitudes”, isto é, o registo de comportamentos, reacções ou respostas sociais despoletados face à doença e aos indivíduos doentes. Como consequência, deixarei de lado as percepções ou significados atribuídos à enfermidade e ao enfermo veiculados, por exemplo, pela Medicina ou pelo discurso teológico. Não quer isto dizer que percepções e atitudes não estejam interligadas e não partilhem de uma relação mais ou menos directa consoante os casos. Aliás, tal relação poderia inclusivamente constituir um outro caminho de investigação. Não obstante, cingir-me-ei apenas ao nível das reacções à doença por ser aquele que, estando já para além das percepções, traduz com maior clareza os pontos de contacto entre o mundo são e o mundo enfermo.

Dentro deste quadro, escolhi como espectro cronológico os séculos XIV e XV e como âmbito geográfico os centros urbanos que, naquelas centúrias, não só apresentavam maiores dimensões como tinham à sua disposição pelo menos uma leprosaria

⁷ Cruz, *A lepra entre a Opacidade do Véu e a Transparência do Toque*, 218.

⁸ Rawcliffe, *Leprosy in Medieval England*, 43.

⁹ Maria Ângela Beirante, “A gafaria de Évora”, in *O Ar da Cidade. Ensaios de História Medieval e Moderna*, 235 – 251 (Lisboa: Edições Colibri, 2008); Manuel Sílvio Conde, “Subsídios para o estudo dos leprosos no Portugal medievo. A gafaria de Santarém nos séculos XIII – XV”, in *Horizontes do Portugal Medieval: Estudos Históricos*, 321 - 376 (Cascais: Patrimonia, 1999); Maria Campos Rodrigues, “Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no século XV”, separata de *Revista Municipal*, nºs 101 a 109 (Imprensa Municipal de Lisboa, 1968).

¹⁰ Maria Isabel Miguéns, *O Tombo do Hospital e Gafaria do Santo Espírito de Sintra* (Cascais: Patrimonia, 1997).

¹¹ François-Olivier Touati, “Contagion and Leprosy”, 181.

(Évora, Coimbra, Lisboa, Porto, Santarém). Tais escolhas devem-se, em parte, à generosidade dos recursos documentais – não tão opaca em cenários urbanos de finais da Idade Média –, e explicam-se ainda pelas alterações que os derradeiros anos de Duzentos trouxeram no que às atitudes face à doença diz respeito. Se o caso francês é sintomático de tais mudanças,¹² Portugal também não deixa de o ser: basta comparar o mais antigo regimento de leprosarias que se conhece (Santarém, 1223) com o mais recente para o período medieval (Lisboa, 1460) para atestar as diferenças. Deixando este exercício para outras ocasiões, avancemos então em direcção à noção de doença.

EM TORNO DA NOÇÃO DE DOENÇA

Historiadores dedicados a várias épocas, em sintonia com investigadores afectos a outras disciplinas, têm vindo a frisar a dupla faceta do factor *doença*, simultaneamente biológica e social. Ao assumir-se como uma das “formas elementares de evento” (*elemental forms of event*)¹³ – a par do nascimento e da morte –, a enfermidade comporta em si dois tipos de vivências: uma, pessoal e de carácter individual, que passa pela experiência dos sintomas da doença; outra, mais abrangente, que é despoletada pela necessidade que as sociedades humanas sentem de interpretar ou de identificar as causas da enfermidade transformando-a, assim, num evento social. As línguas de origem anglo-saxónica permitem distinguir estas duas dimensões, utilizando o termo *disease* para designar a componente biológica e *illness* para abarcar a vertente social.¹⁴

Esta última, inseparável da primeira, alberga por seu turno um conjunto alargado de elementos que se estende pelos mecanismos e pelos conceitos de que determinada sociedade em determinado tempo está munida para identificar e interpretar a doença; pelos significados que lhe são atribuídos, pelos signos ou metáforas que a enfermidade traduz; pela forma como o corpo social encara o indivíduo doente e pelo papel social que este último passa a desempenhar; pelas políticas e estratégias públicas desencadeadas com o intuito de controlar ou erradicar a enfermidade. Daí que sintomas semelhantes possam ser identificados com doenças (*diseases*) cujas nomenclaturas ou significados são distintos conforme a cronologia ou a geografia. O mesmo é válido para a etiologia, para o tipo de tratamentos disponíveis, para os discursos produzidos pela medicina ou pela religião, para as reacções ou atitudes verificadas no seio dos conjuntos sociais.

Dentro da historiografia, o desrespeito por este carácter duplo da enfermidade entrelaçou, nas palavras de Andrew Cunningham, um “nó górdio”¹⁵ manchado pelo anacronismo. Ao privilegiarem a componente biológica da doença em detrimento da social, os historiadores acabaram por a transformar numa entidade a-social e a-cultural que havia mantido uma identidade própria estanke ao longo do passar dos séculos. Jon Arrizabalaga apelida esta tendência de “ontologismo nosológico”,¹⁶ acentuando a construção da doença como “classe natural”. Significa isto que as características que determinada enfermidade possuía no contexto cronológico e geográfico em que aqueles historiadores escreviam foram entendidas como *naturalmente* intrínsecas à doença, assumindo-se, portanto, como elementos independentes dos eixos temporais. Daí que lhes fosse possível proceder ao que Arrizabalaga denominou “diagnóstico retrospectivo”,¹⁷ isto é, identificar a doença no passado de acordo com conceitos e ferramentas que esse mesmo passado não possuía.

¹² François-Olivier Touati, *Maladie et Société au Moyen Âge*, 685 – 754.

¹³ Marc Augé, “Biological Order, Social Order: Illness, a Primary Form of Event”, in *The Meaning of Illness*, ed. Marc Augé; Claudine Herzlich, 23 – 70 (Harwood Academic Publishers, 1995).

¹⁴ Arthur Kleinman; Leon Eisenberg; Byron Good, “Culture, Illness and Care: Clinical Lessons from Anthropologic and Cross-Cultural Research”, *Focus*, vol. IV, n.º.1 (2006): 140 – 149.

¹⁵ Andrew Cunningham, “Identifying Disease in the Past: Cutting the Gordian Knot”, *Asclepio*, vol. LIV – 1 (2002): 13 – 34.

¹⁶ Jon Arrizabalaga, “La Identificación de las Causas de Muerte en la Europa Pre-Industrial: Algunas Consideraciones Historiográficas”, *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, vol. 11, n.º. 3, (1993): 39.

¹⁷ *Ibid.*, 40.

LEPRA = MEDO DO CONTÁGIO?

No caso da lepra, a crença no “ontologismo nosológico” e a prática do “diagnóstico retrospectivo” arrastaram consigo a ideia de que aquela doença foi sempre altamente contagiosa e de que, para além disso, foi sempre identificada como sendo altamente contagiosa. Tal associação foi produto de um cultivo multissecular que atingiu o seu auge nas obras dos “médicos-historiadores” e que se prolongou para além delas. Em documento escrito pela Câmara de Lisboa, em 1682, encontramos a sugestiva expressão “mal pegadiço”.¹⁸ E mesmo em pleno século XXI este imaginário do contágio prevalece ainda apesar de a biomedicina ter já demonstrado que a lepra (hoje designada *doença de Hansen*) tem índices baixos de contágio e que a maioria da população possui uma imunidade natural à doença.

Para o período medieval, a leitura dos trabalhos de Touati mostra-nos que é impossível generalizar a noção de contágio tendo em conta que os discursos da Medicina apresentavam várias interpretações da doença que, conforme os autores e as centúrias, podiam mesmo divergir. Contudo, o autor nota que, com a aproximação dos séculos finais da Idade Média, a posição médica face à doença e aos enfermos começa a sofrer alterações, deixando-se contaminar por um contexto religioso e social também ele em mudança. A questão que se põe, portanto, é a seguinte: nos séculos XIV e XV a lepra era efectivamente encarada como uma doença contagiosa e temida enquanto tal?

Os testemunhos portugueses que recolhi não parecem fornecer uma resposta clara. Isto porque não está presente em nenhum deles uma relação directa e inequívoca entre a enfermidade e o seu suposto carácter contagioso. Contudo, é relativamente comum a referência ao *perigo* que os doentes representavam. Em 1302, D. Dinis atende ao pedido do concelho de Santarém que requeria a deslocação das moradas dos gafos devido ao “gram perigo” e “gram dano” que ofereciam à vila e aos seus moradores.¹⁹ A mesma noção está presente no regimento da Casa de São Lázaro de Lisboa (1460), onde se faz menção ao dano que poderia advir da vivência dos doentes entre os sãos e ao perigo a que os moradores estariam expostos caso os doentes andassem a pedir fora do lugar que lhes estava reservado.²⁰

Num sentido oposto a este último, o regimento da gafaria de Coimbra, datado de 1329, previa a possibilidade de os enfermos se deslocarem à vila e de irem em romaria desde que munidos de licença para o efeito.²¹ Encontramos uma disposição semelhante no compromisso da leprosaria escalabitana (1223) que contempla também as idas à romaria e ainda às Caldas, idas essas que tinham o apoio da instituição através do fornecimento dos mantimentos e recursos necessários para a viagem.²² Parece claro que o exemplo de Coimbra, apesar de se situar já no século XIV, se aproxima mais de modelos anteriores como o de Santarém do que da postura face à doença vinculada no caso lisboeta. Contudo, se as diferenças encontradas entre uns e outros traduzem as dinâmicas evolutivas a que Touati se referia, reflectem também uma certa ambiguidade ou relativização do tal perigo representado pelos doentes. E que perigo era este?

A resposta mais fácil seria afirmar que a consciência do perigo ou do dano advinha do carácter contagioso da lepra e, concomitantemente, da possibilidade ou inevitabilidade da propagação da doença entre os sãos. Assim se explicaria a reclusão compulsiva nas leprosarias aplicada, por exemplo, em Lisboa, ou a atribuição de penas caso os enfermos saíssem sem autorização da instituição. Pergunto-me, contudo, até que ponto esta interpretação está manchada por “resíduos tóxicos” e se será suficiente para abar-

¹⁸ Documento transcrito em Eduardo Freire Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tomo VIII (Lisboa: Typographia Universal, 1894), 458.

¹⁹ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 2 – “Antes da Fundação das Misericórdias”, coord. PAIVA, José Pedro (Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2003), 202.

²⁰ “Regimento e estatuto fecho sobre a cassa de ssam lazaro desta çidade de lixboa”, transcrito em *Livro das Posturas Antigas*, ed. RODRIGUES, Maria Teresa Campos, (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974) 185 – 186.

²¹ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 2 – “Antes da Fundação das Misericórdias”, coord. PAIVA, José Pedro (Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2003), 90

²² “Compromisso da Gafaria de Santarém”, transcrito em CONDE, Manuel Sílvia Alves, “Subsídios para o estudo dos leprosos no Portugal medieval. A gafaria de Santarém nos séculos XIII – XV”, in *Horizontes do Portugal medieval: estudos históricos*, 378-380 (Cascais: Patrimonia, 1999)

car realidades que se mostram mais complexas do que aquelas que a maioria dos legados historiográficos nos descreveu. Por outras palavras, as atitudes face à doença e aos que dela padeceram explicam-se exclusivamente pelo perigo representado pelo contágio e, como consequência, apontam para a necessidade de evitar esse mesmo contágio?

Sem excluir o papel que as percepções da lepra enquanto enfermidade contagiosa podem ter desempenhado nas atitudes verificadas, parecem não ser *per se* suficientes para compreender o grau de variabilidade dessas mesmas atitudes. Como vimos, ao transformar-se num evento social, a doença desmultiplica-se numa série mais ou menos extensa de significados que vão para além do contágio: significados ou metáforas morais, religiosas, sociais. Daí que as reacções face ao universo doente derivem não só de um hipotético temor do contágio mas também de um conjunto de factores que, inclusivamente, podem não estar directamente relacionados com a doença. Consideremos, por exemplo, períodos de forte tensão social ou económica que, por seu turno, accionam reacções face a alguns grupos de doentes, encarados não como portadores de um determinado mal mas como elementos perturbadores do ordenamento social, identificação que acabam por partilhar com outras categorias sociais biologicamente sãs (mendigos, prostitutas).

LEPROSO = MARGINAL?

Estas outras categorias sociais às quais os leprosos se juntam estão, por norma, historiograficamente encerradas nas margens da sociedade, recebendo o apelido de marginais ou excluídos. Aliás, o caso dos doentes do “mal de São Lázaro” é bastante ilustrativo desta visão que, a par da reificação da noção de contágio, encara estes enfermos como “sujeitos *naturalmente* excluídos”.²³ Dada a ameaça que carregavam no seu corpo, a solução *natural*, historicamente *legítima* e, enfim, *lógica*, seria a de afastar os leprosos do epicentro da sociedade e circunscrevê-los a um espaço físico e/ou social que era próprio e exclusivo da doença. No seguimento desta interpretação, “leproso” transformou-se numa espécie de arquétipo que era ao mesmo tempo sinónimo de enfermidade, de pobreza e de exclusão social. Entendidos ora como indivíduos que suscitavam o medo entre os seus pares, ora como “pobres de Cristo” que chamavam a si a caridade do remanescente da sociedade, os leprosos parecem estar solidamente arreigados à imagem do marginal de uma forma ou de outra.

De acordo com esta sequência interpretativa, a atribuição de um estatuto de marginal ou excluído ao leproso tinha na sua base o elemento “doença” ou, por outras palavras, o facto de o indivíduo ser doente. O leproso, *porque doente*, sofria as consequências da marginalização. Pergunto-me: na Idade Média (como hoje), um factor apenas, a enfermidade neste caso, é suficiente para definir um indivíduo e a sua respectiva posição social? Creio que as fontes nos mostram de uma forma bastante clara que não. Pelo contrário, as realidades complexas que ilustram depressa fazem cair por terra moldes generalistas que dificilmente se coadunam com a diversidade das situações verificadas. Isto porque, ao privilegiar-se o factor “doença”, outros aspectos que são intrínsecos ao indivíduo e que o caracterizam acabam por ser relegados para um segundo plano como se a enfermidade anulasse a sua relevância. Refiro-me a elementos independentes do “mal de São Lázaro” como, por exemplo, a origem, a filiação, o local de residência, a condição social, os recursos económicos e a própria “agencialidade” (*agency*) dos doentes. Todas estas componentes acabam por reduzir o arquétipo a uma constelação de situações diferentes entre si e resistentes às tentativas de generalização.

De facto, a leitura da documentação portuguesa permite estabelecer apenas dois denominadores que parecem ser aplicáveis à maioria dos enfermos em contexto urbano para além do factor “doença”. O primeiro diz respeito à proibição de entrarem nas grandes cidades do Reino sem licença, o que atesta a existência de espaços que só sob determinadas condições lhes estariam acessíveis. O segundo está relacionado com as condicionantes impostas ao acesso às leprosarias, sendo que apenas os doentes que

²³ Cruz, *A lepra entre a Opacidade do Véu e a Transparência do Toque*, 218.

detivessem uma qualquer ligação ao concelho ou ao respectivo termo deveriam ser admitidos na instituição. Não é claro qual o tipo de vínculo exigido, podendo oscilar entre a naturalidade, a residência ou a prova de que a doença foi contraída dentro dos limites concelhios. Em qualquer dos casos, sabemos que era possível contornar esta segunda regra por intermédio de uma autorização régia que munia indivíduos de fora dos concelhos da possibilidade de ingressarem nas gafarias.

Por seu turno, a residência nas leprosas era apenas uma das variantes existentes. Para além dos residentes, tanto o universo são como o universo enfermo reconheciam a existência de um outro grande grupo de enfermos, os que “não tinham razão”, isto é, os que não eram sustentados pelas gafarias. Aqui encontramos pelo menos duas categorias de doentes: os “lázarus domésticos” que permaneciam reclusos nas suas residências e os “lázarus andantes ao mundo” que, como o nome indica, se viam forçados a correr as terras do Reino em busca de esmolas.

Ora, no que toca aos lázaros domésticos sabemos que à partida só poderiam gozar da oportunidade de permanecer nos seus domicílios mediante a obtenção de uma autorização por parte dos monarcas. É possível que outras entidades estivessem munidas de autoridade para emitir semelhantes licenças mas os exemplares que compilei mencionam apenas as figuras reais. A estes enfermos era então exigido que não saíssem das suas residências e que não convivessem com pessoas sãs, facto que sugere que teriam à sua disposição determinados suportes paralelos às instituições que viabilizassem a vivência em reclusão. Os testemunhos conhecidos parecem atestar a existência de pelos menos dois tipos de alicerces que podiam ou não estar associados, um de índole económica ou socioeconómica e outro de índole familiar:

Em 1460, Rodrigo Afonso, escudeiro, apela ao Rei para que a sua mulher não fosse expulsa da cidade de Évora, afirmando que “a queria ter em sua casa”.²⁴ Já na centúria de Quinhentos, a Rainha intercede a favor de duas mulheres casadas residentes em Lisboa e parentes da mulher de um mercador que servia a Casa Real. Explicando por que razão não deviam ser obrigadas a ingressar na leprosa, escreve que as ditas enfermas são mulheres “honradas” que “têm fazenda e que não saem fora e que mui bem sem prejuízo dentro em suas casas sem conversarem com ninguém se poderão mui bem curar e remedar à sua custa”.²⁵ É interessante verificar que, neste último caso, as doentes tinham oportunidade de residir na gafaria mas entenderam como preferível a reclusão no domicílio.

Já o segundo grupo de enfermos que não tinha razão via-se despido de tal capacidade de escolha. Recebendo o apelido de “lázarus andantes ao mundo”, são caracterizados por D. Pedro I em documento datado de 1365 como “pobres” que “não têm outra vivenda salvo por suas esmolas”.²⁶ Encontrando-se assim à margem do enquadramento institucional sem gozar dos recursos à disposição dos enfermos domésticos, estes andantes receberam então o privilégio de errar pelo Reino em busca da caridade alheia. Contudo, tal privilégio não parece ter sido bem aceite pelas autoridades locais que, rechaçando os pedintes, os impediam de requerer as referidas esmolas (porque temiam o contágio ou porque reagiam à intrusão de grupos de enfermos “estrangeiros” que vinham perturbar a ordem social?). E não foram os únicos. A eles juntaram-se também os gafos que residiam nas leprosas – qual “caricatura da sociedade sã” como escrevia Françoise Bériac²⁷ – que não só lhes davam “pancadas” e “feridas” mas também se recusavam a “colhê-los entre si”.²⁸

Num sentido oposto ao que verificámos para os leprosos domésticos, os andantes encararam o lugar nas leprosas como uma alternativa preferencial àquela que

²⁴ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 64.

²⁵ Arquivo Histórico – Arquivo Municipal de Lisboa, *Livro I do Hospital de São Lázaro*, doc. 23.

²⁶ *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357 – 1367)*, ed. MARQUES, A.H. Oliveira, Lisboa, INIC/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1984, pp. 481 – 482.

²⁷ Françoise Bériac, *Histoire des Lépreux au Moyen Âge, Une Société d'Exclus* (Paris : Editions Imago, 1988) 249.

²⁸ *Chancelarias Portuguesas – Chancelaria de D. Pedro I (1357 – 1367)*, ed. MARQUES, A.H. Oliveira, Lisboa, INIC/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1984, pp. 481 – 482.

lhes estava reservada. Não lhes sendo garantido o acesso às instituições, restou-lhes enfrentar as adversidades mediante uma organização mais ou menos formal (na carta de D. Pedro I faz-se referência aos seus “procuradores”) que, no entanto, não se parece revestir de um carácter institucional. Recorreram também à mobilidade, se bem que não é de descartar a hipótese de terem optado por se fixarem junto a um centro urbano periódica ou permanentemente. Seja como for, ao afastamento promovido pelas autoridades locais e pelos restantes lázaros contrapunha-se o esforço de integração materializado na protecção régia assim como os actos piedosos de outros indivíduos são como Miguel Martins, morador em Lisboa, que em testamento datado de 1367 deixa dez soldos aos gafos da gafaria e outros dez aos “gafos que moram fora da gafaria”.²⁹

Não deixando de ser destinatários da caridade, os gafos que residiam nas leprosas contavam ainda com uma série de benefícios que advinha do enquadramento institucional oferecido não só pelos ditos estabelecimentos mas também por uma rede mais vasta que incluía os concelhos, a Monarquia e a própria Igreja. Para além das já mencionadas rações atribuídas numa base mensal ou diária, os residentes eram por norma agraciados com a protecção régia³⁰ e alguns tinham mesmo a capacidade de intervir na vida das leprosas, participando nas transacções de propriedades³¹ ou elegendo os provedores.³² A outros ainda era garantido que, na hora da morte, os devidos procedimentos eram cumpridos por intermédio de acordos celebrados entre a gafaria e a Igreja como foi o caso de Lisboa.³³

No entanto, os benefícios andavam de mãos dadas com uma vivência solidamente regimentada e com a obrigatoriedade de cumprir as normas estipuladas. Variando conforme os casos, estas últimas podiam contemplar preocupações com a vida conjugal dos enfermos (Santarém), com os hábitos religiosos e a participação nas orações (Coimbra), com o controlo da gestão dos bens e das heranças (Lisboa) ou com as já referidas restrições impostas ao acesso ao mundo são. O não cumprimento das regras implicava a aplicação das devidas penas que podiam passar pelo pagamento de multas, pela perda da ração a título temporário ou permanente ou, *in extremis*, por castigos físicos. Aliás, não eram só os residentes que estavam sujeitos a sofrer retaliações como prova uma acta da vereação do Porto que, em 1401, determinou que os lázaros que entrassem pela primeira vez na cidade seriam expulsos, sendo que os das leprosas perderiam ainda a ração. Se incorressem uma segunda vez na mesma infracção, tanto os residentes como os restantes seriam feridos “com varas” e novamente expulsos. A terceira ocorrência seria punida não só com a expulsão mas também com açoites públicos pela cidade.³⁴

Documentos como este ou como a carta de D. Pedro I sobre os “lázaros andantes ao mundo” podem levar-nos a assumir como válida a caracterização dos leprosos enquanto marginais ou excluídos. O próprio facto de a todas as “categorias” que analisei serem impostas restrições mais ou menos acentuadas consoante os casos pode apontar na mesma direcção. Contudo, é imprescindível não relegar para um segundo plano os factores que atestam a protecção dos enfermos e a frequência dos contactos com o universo são, factores esses que nos obrigam a considerar diferentes dinâmicas de “margi-

²⁹ ANTT, *Mosteiro de Sto. Agostinho de Lisboa*, m.2, n.º 7.

³⁰ Existem vários exemplares de outorgamento de privilégios e de confirmação dos mesmos, por exemplo: ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 27, fl. 29 (1454, gafos de Évora); ANTT, *Leitura Nova*, liv. XI da Estremadura, fl. 72 (1392, gafos de Santarém); ANTT, *Leitura Nova*, liv. XI da Estremadura, fl. 208 (1392, gafos de Lisboa); ANTT, *Chancelaria de D. João I*, liv. 1, fls. 78 – 78 vº. (1385, gafos do Porto).

³¹ No ano de 1488, os residentes na Casa de São Lázaro de Lisboa não só negociaram a venda de uma propriedade da instituição - posteriormente confirmada pelo provedor -, como parte da quantia paga ficou sob a sua guarda (AH-AML, *Livro I do Hospital de São Lázaro*, doc. 14).

³² Já em 1505, os residentes na Casa de São Lázaro de Santarém deviam escolher o seu provedor de entre um rol de sete ou oito candidatos propostos pelo concelho (ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 11 vº).

³³ Conforme o regimento de 1460, a Casa de São Lázaro de Lisboa celebrou um acordo com o cura de Santa Justa para que este administrasse os sacramentos aos residentes na instituição. A título de curiosidade, este acordo manteve-se pelo menos até 1735 (veja-se documento transcrito em Eduardo Freire Oliveira, *Documentos*, tomo XIII (Lisboa, Typographia Universal, 1903) 82 – 83).

³⁴ *Vereações (1401 – 1449)*, ed. FERREIRA, J.A. Pinto, Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1980, p. 45.

nalização/integração”. E por detrás destas últimas encontra-se uma constelação de elementos que, estando para além da doença, não deixam de ser centrais para compreender que o destino reservado aos leprosos não tenha sido igual para todos.

LEPROSARIA = SEGREGAÇÃO?

O mesmo cuidado em pesar duas linhas de respostas sociais distintas deve ser extensível às leituras efectuadas sobre as instituições que acolhiam os doentes. Mais uma vez, os legados historiográficos tendem a acentuar o factor “exclusão” ao interpretar as leprosarias como mecanismos que promoviam o “exílio-cerca” ou o “Grande Fechamento” como escreveu Michel Foucault.³⁵ De acordo com este autor, a procura da “purificação do espaço urbano”³⁶ levou a sociedade do centro a divisar uma medida profiláctica que permitisse conter a doença e evitar o contágio dos sãos, corporizando na gafaria não só a segregação dos doentes mas também as reacções *naturais* esperadas aquando da convivência com uma doença contagiosa.

Ora, François-Olivier Touati demonstrou que, na sua origem, a leprosaria não desempenhou nenhuma das funções que Foucault e outros antes e depois dele lhe atribuíram. De acordo com o medievalista francês, as comunidades organizadas de enfermos que se constituíram sensivelmente até inícios do século XIII não seriam diferentes de outras congregações religiosas.³⁷ Integrando voluntariamente as gafarias, os doentes podiam fazer votos e seguir uma vida espiritual dentro de um espaço cujas atribuições seriam semelhantes às de um mosteiro ou convento. No entanto, o dealbar da centúria de Duzentos terá introduzido alterações nos propósitos atribuídos às gafarias, afastando-as deste modelo espiritual. E entre elas conta-se a segregação dos residentes?

A resposta que os testemunhos portugueses nos fornecem não é menos ambígua do que aquelas que temos vindo a analisar. Vimos já que a maioria dos regimentos de leprosarias que se conhecem previam a possibilidade de sair da instituição. Observámos também que a obrigatoriedade de ingressar na gafaria não era transversal, podendo inclusivamente ser contornada por intermédio das licenças régias. E, por último, os vestígios que atestam a “agencialidade” dos doentes mostraram-nos ainda que a residência na instituição detinha significados distintos conforme a situação em que os enfermos se encontrassem. Ao passo que uns não desejavam a vida institucional, como os leprosos domésticos, outros expressaram um desejo oposto. Foi este o caso dos lázaros andantes ao mundo e de outros cujos pedidos de autorização chegaram aos monarcas.³⁸

Na mesma linha, sobreviveram registos que acentuam o papel que a gafaria desempenhou na qualidade de “espaço de doença” (em que cabia, por vezes, a peste),³⁹ aos quais se contrapõem outros que ilustram inúmeras ocasiões de contacto com o mundo são. De facto, dentro da leprosaria parece ter existido um local específico onde se desenrolavam as relações com o universo exterior, o “alpendre”. Foi ali que, por exemplo, os residentes de Lisboa que, em 1488, negociaram a venda de uma propriedade da instituição se reuniram com escrivão e com o respectivo comprador.⁴⁰ E outras circunstâncias de convívio existiram dentro de uma base regular que, aliás, era essencial para o próprio funcionamento da instituição. Refiro-me ao pessoal são contratado

³⁵ Michel Foucault, *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão* (Petrópolis: Editora Vozes, 1987) 164 – 165.

³⁶ Michel Foucault, “O nascimento da medicina social”, in *A microfísica do poder*, 88 (Brasil: Edições Graal, 2008).

³⁷ François-Olivier Touati, “Contagion and Leprosy”, 199-200.

³⁸ Em 1508, a Rainha intercede a favor de um gafo que não era natural da cidade de Lisboa e que desejava ser recolhido na Casa de São Lázaro (AH-AML, *Livro I do Hospital de São Lázaro*, doc. 18). Vinte e oito anos depois, D. João III ordena que a filha de Domingos Gonçalves seja aceite na mesma instituição sem embargo de não ser da cidade nem do termo (AH-AML, *Livro I do Hospital de São Lázaro*, doc. 28).

³⁹ No ano de 1493, o concelho de Lisboa decidiu erguer casas para os pestíferos junto à gafaria (AH-AML, *Livro I do Provedimento da Saúde*, doc. 13). Poucos anos depois, em 1497, D. Manuel confirma um alvará do Monarca precedente que impede que se enviem doentes de peste para a Casa de São Lázaro de Évora (ANTT, *Leitura Nova*, liv. V de Odiana, fl. 161 vº.).

⁴⁰ Vd. *supra*, n. 30.

para servir os lázaros (assegurando o abastecimento de certos mantimentos como água ou carne)⁴¹ e a outros oficiais das leprosarias como o provedor ou o capelão.

Não se apresentando então como um espaço hermeticamente encerrado de onde a doença e os doentes não podiam escapar, a leprosaria parece possuir diferentes significados consoante a perspectiva que o historiador opte por privilegiar. Tal é válido não só no que diz respeito às relações que o mundo são mantinha com a instituição e às percepções que sobre ela construía mas também no que concerne ao papel que a gafaria desempenhava dentro do mundo enfermo.

CONCLUSÕES

Todos os exemplos que deixei nas páginas antecedentes cumpriram o propósito de sublinhar os perigos que estão por detrás da perpetuação de certas noções vinculadas às atitudes face à lepra, aos leprosos e às leprosarias no período medieval. Estas, ao serem agregadas a uma determinada ideia daquilo que foi a Idade Média, levaram à montagem de arquétipos que trouxeram consigo a naturalização de um conjunto de elementos tidos como historicamente omnipresentes: o carácter contagioso da lepra, o estatuto marginalizado do leproso e a função de segregação desempenhada pela leprosaria. Confrontados com os vestígios documentais, tais arquétipos desfazem-se em constelações de realidades que, por seu turno, reflectem o carácter ambíguo e muitas vezes divergente das atitudes verificadas.

Não significa isto que a lepra não tenha sido temida e identificada como uma doença contagiosa, que alguns leprosos não tenham sentido os efeitos da marginalização ou que a leprosaria não tenha sido utilizada e/ou percebida como mecanismo que assegurava essa mesma segregação. Contudo, introduzir apenas estes factores na reflexão historiográfica não só induz raciocínios precipitados – por exemplo, “os leprosos eram marginalizados porque sofriam de uma doença contagiosa” –, como bloqueia a possibilidade de contemplar a existência simultânea de denominadores que aparentemente se contradizem.

Se à lepra foi efectivamente associada uma noção de perigo (devido ao carácter contagioso ou a outros factores independentes do primeiro), nem por isso deixamos de verificar diversas ocasiões de contacto directo ou indirecto entre o mundo são e o mundo enfermo. Aliás, o historiador dificilmente é capaz de conceber o segundo sem o primeiro já que todos os registos escritos que chegaram até nós, ao serem compostos por indivíduos são, são prova dos referidos contactos. Roger Chartier questiona mesmo se, nos séculos XII e XIII, seria possível conceber tal marginalização: “la notion de marginalité n’a guère de sens puisque le pauvre, le mendiant et le vagabond sont intégrés dans une vision du monde qui leur assigne une place”.⁴² Talvez o mesmo seja válido para os indivíduos leprosos nas centúrias finais da medievalidade portuguesa. Em qualquer dos casos, mesmo que se aceite que os corpos sociais procederam à exclusão dos lázaros, esta não se traduziu da mesma forma para os residentes que eram mantidos pelas leprosarias, para os andantes que eram forçados a pedir esmolas ou para os lázaros domésticos que puderam permanecer nos seus domicílios.

Neste quadro, a leprosaria parece assegurar duas funções distintas e aparentemente dissonantes. Por um lado, a contenção dos corpos doentes dentro de um espaço próprio que, no entanto, não estava completamente isolado do universo são. Por outro, a integração e o enquadramento dos enfermos no seio de um estabelecimento que garantia a sua sobrevivência e lhes oferecia um posicionamento social com expressão institucional que não estava à disposição dos restantes enfermos e que alguns deles chegavam mesmo a cobiçar.

⁴¹ Na Casa de São Lázaro de Lisboa estas funções eram desempenhadas por “mançebas” a quem era oferecida morada numa casa que estaria junto da porta da gafaria do lado de fora (“Regimento e estatuto facto...”, transcrito em *Livro das Posturas Antigas*, ed. Maria Campos Rodrigues (Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974) 184.

⁴² Citado por François-Olivier Touati, *Maladie et Société*, 50 – 51.

Em síntese, creio que a chave para ultrapassar determinadas armadilhas historiográficas e para desvendar as dinâmicas complexas e muitas vezes contraditórias, que estão na base das atitudes face à doença e aos doentes, reside na contemplação destes dois elementos como parte integrante de um conjunto mais amplo. Quer isto dizer que tanto a enfermidade como os corpos que a carregavam não devem ser entendidos como peças que funcionavam fora da lógica que preside ao remanescente das sociedades medievais, mas antes como reflexos dessa mesma lógica e dessas mesmas sociedades. Daí que tanto a lepra como os leprosos ou as leprosarias só se revelem plenamente quando o historiador se aventura para além da lepra, dos leprosos e das leprosarias.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Portugueses na Biscaia nos finais da Idade Média¹

Gonçalo Graça
Universidade da Cantábria

Resumo

O presente artigo procura dar uma outra visão historiográfica sobre as relações de convivência entre os portugueses e os naturais do Condado da Biscaia na Idade Média. A atenção parcimoniosa dada a este território, assim como o tema das relações humanas entre súbditos dos vários reinos da Península Ibérica ser ainda um grande caminho a percorrer, levou-me a considerar a análise do Condado da Biscaia como uma amostra válida para um trabalho em curso.

Abstract

This article pretends to grant another historiographical version about the relations of coexistence between Portuguese people and the natives of Biscay County at middle ages. The lack of studies on this subject and territory, and on how human relations between lieges of the several kingdoms of Iberian Peninsula were established, led me to further analyse the Biscay County as a worthwhile sample of a research in progress.

INTRODUÇÃO

No ano de 1995, escrevia J. M. Bello León que o conhecimento sobre a presença portuguesa em Castela era proporcional ao que se sabia sobre o estabelecimento de castelhanos em Portugal. A preferência dos historiadores pelas vias diplomática e política contribuía para um grande vazio sobre as relações quotidianas entre os súbditos dos dois reinos.² Na mesma década, surgiu em Portugal alguma literatura de referência cujos autores tiveram o cuidado de dedicar algumas páginas ao tipo de sociabilidade medieval na Coroa de Castela. Investigadores como Luís Krus, José Marques, Humberto Baquero Moreno ou Amélia Andrade deram grande atenção a esta temática, nomeadamente às relações de proximidade entre Portugal e a Galiza.³ No entanto, os estudos sobre a convivência entre portugueses e nativos noutras realidades territoriais envolventes ainda são escassos, sobretudo para os finais da Idade Média.

Como não há regra sem exceção, gostaria de enunciar algumas referências que julgo relevantes: os trabalhos de Marisa Costa que analisam a presença portuguesa nas cidades catalãs;⁴ a recente investigação de Violeta Medrano que incide, sobretudo, nas

¹ Gostaria de agradecer as críticas benévolas do Prof. Amândio Barros e de Helena Teixeira na sessão que me foi destinada. As dúvidas de ambos fizeram-me rever algumas teorias e conceitos aqui estabelecidos.

² Bello León, *Extranjeros en Castilla (1474-1501)*, 25.

³ Krus, “Uma variante Peninsular do mito de Melusina”, 171-195. Uma leitura recomendada para quem deseja estudar as relações culturais entre a actual Euskadi e Portugal.

Marques “Relações económicas do norte de Portugal com o reino de Castela”.

Moreno, “Áreas de conflito”.

Andrade, “[Um Empreendimento Régio](#)”.

⁴ Costa, “O elemento estrangeiro em cidades catalãs”, 107-128.

realidades transfronteiriças e comerciais entre Castela e Portugal;⁵ e o labor de José-Luís Machado, cujas investigações trouxeram interessantes leituras sobre a influência portuguesa no arquipélago canário.⁶

Desta forma, estabeleci uma abordagem a um tema ainda muito recente na historiografia medieval portuguesa e selecionei o Senhorio da Biscaia como campo primário. A escolha deve-se a dois grandes motivos: primeiro porque pretendo delimitar uma amostra para uma investigação em curso; segundo, a área em estudo é abrangida por uma geografia marítima que facilitava os contactos humanos. Ricardo Córdoba de la Llave intitulou este espaço como um dos “tres puntos geográficos de máxima conflictividad”.⁷

Se para o período dos Reis Católicos existem poucos trabalhos específicos sobre a presença portuguesa no Norte Peninsular, para a área em questão a realidade é semelhante. Recorrendo a trabalhos oriundos de outras linhas de investigação posso salientar o de Beatriz Arízaga sobre o comércio basco-português nos finais da Idade Média⁸, o de Xosé Estévez sobre a atuação basca no contexto da guerra de sucessão da dinastia Trastámara⁹, o de Amândio Barros sobre o comércio entre os dois territórios¹⁰, ou ainda o recente artigo de Jesús Solórzano sobre a regulação da presença estrangeira nas vilas portuárias do norte peninsular.¹¹ Assim, e estando consciente da fragilidade que o tema supõe, argumento que o objectivo primordial do presente artigo é saber que tipo de convivência existia entre biscainhos e os súbditos de Portugal, assim como em que parâmetros a mesma era estabelecida.¹²

PROCEDIMENTOS E METODOLOGIA

A situação conjuntural no período analisado é o resultado do Tratado de Alcáçovas de 1479, quando ambas as Coroas tentavam manter uma paz firme. O assunto é deveras conhecido e a bibliografia existente sobre o mesmo é bastante ampla, pelo qual não me detenho neste ponto. Consciente desta problemática, utilizei maioritariamente documentação judicial. Recorri também às publicações da Editora Eusko-Ikaskuntza, nomeadamente as *Ordenanças e Livros de Acordos Concelhios* (oito documentos destinados a Guipúzcoa, Durango, Portugaleta e Bilbao), assim como aos trabalhos de Luís Suárez Fernández (oito do *Registro General del Sello* do Arquivo de Simancas e três da Torre do Tombo).¹³ Também uma pequena estância no Arquivo Real da Chancelaria de Valladolid me permitiu acrescentar uma carta executória e um pleito a este *corpus*. Esta instituição é um recurso bastante valioso para este tipo de estudos. Sem contar com breves referências ao *Fuero Viejo* ou a excertos de alguma literatura da época, avancei para esta empresa com mais de vinte documentos.

Os registos de pleitos são bastante volumosos, mas muito bem pormenorizados sobre o quotidiano medieval. Presenciei a existência de mais de trinta pleitos no Arquivo da Chancelaria de Valladolid referentes a portugueses entre as décadas de 1480 e 1520. Contudo, como o objectivo principal do presente artigo é saber que tipo de presença tinham os portugueses no Senhorio da Biscaia, creio que o importante é dar à comunidade científica uma pequena amostra. Partilho a opinião de Oliva Ferrer quando diz que os pleitos “nos ayudan a delimitar un espacio social que es posible analizar a

⁵ Medrano Fernández, *Un mercado entre fronteras*.

⁶ Machado, “Importancia del poblamiento portugués”, 365-382

⁷ Córdoba de la Llave, “Violencia por conflictos comerciales”, 178

⁸ Arízaga Bolumburu, “El Comercio Vasco-Portugués”, 781-803.

⁹ Estévez, “Vascos y Portugueses a finales del siglo XV”, 331-379

¹⁰ Barros, “O grande comércio dos «pequenos actores»”, 335-369

¹¹ Solórzano e Arízaga, “Protéger et contrôler”, 1-14

¹² O termo «biscainho» aplicava-se, desde a perspectiva medieval portuguesa, à maioria dos habitantes do norte da Península Ibérica. Desta forma, pretendi delimitar a documentação ao Condado da Biscaia. Para uma melhor análise desta temática *vide* MENDONÇA, “Subsídios”, 145-156.

¹³ Suárez e De la Torre, “Documentos”.

través de los testimonios adjuntados por las partes a modo de prueba. En el centro del dispositivo probatorio se encuentra la idea de fama pública”.¹⁴

Desta forma, pretendo compor um quadro interpretativo da vida destas individualidades, logo assim que se estabeleciam na área em questão. Preferi excluir documentação que se restringisse unicamente a práticas comerciais ou que desse informação sobre os estrangeiros na sua globalidade. Devido à variedade de estudos sobre comércio, direito marítimo internacional, e também porque não é esse o objecto de estudo, centrei-me apenas na presença portuguesa no Senhorio.¹⁵

NJN OTRO EXTRANJERO NJN OTRO FORANEO. O CONCEITO

A utilização e explicação do vocábulo *estrangeiro* resulta numa quantidade de sinónimos extremamente heterogéneos e bastante distintos entre si. Devido a esta ambiguidade, o melhor exemplo que encontrámos situa-se na *Enciclopedia de Historia de España*, dirigida por Miguel Artola.¹⁶ Para o comum dos biscainhos, era aquele que provinha de uma jurisdição distinta: quer fosse um guipúzcoano, um aragonês, um castelhano de Burgos ou um português, era agrupado na mesma categoria, a de “estrangeiro”.¹⁷ É importante determo-nos nesta caracterização. No *corpus* documental, todas as alusões a estes fragmentos sociais – entenda-se, os *estrangeiros* – resultam de normas prescritivas para o bem comum, em que está inerente a necessidade de regular o comportamento dos *outros* em função do correcto e praticado pelos *naturais*. Para o caso português, noto que as referências existentes remetem infelizmente para casos muito específicos.

Atrás, na definição de González Antón, todos os exteriores ao domínio jurídico da Biscaia eram estrangeiros. O seu conjunto era variado e, como se referiu, heterogéneo. A título de exemplo, e não querendo estender-me nesta explicação, no que respeita ao peso demográfico dos externos à Coroa Castelhana, a presença bretã é a que aufere maior número de referências.¹⁸ Através da leitura do artigo IX do Foral de 1452 (*Fuero Viejo*) vê-se a importância que a Bretanha e a França tinham na economia local: “que les suelen venir por mar e por represalias e marcas e contramarcas que se dan, asi contra los bretones como contra los franceses, que son amigos del nuestro rey nuestro senor, por quanto las vituallas que traen los dichos bretones e franceses, despues que son llegados en los puertos de la mar de esta costa de Vizcaya e de las Encartaciones donde deuen descargar”.¹⁹ Esta legislação manter-se-á presente até ao segundo quartel do século XVI, o que leva a supor que as relações socioeconómicas com as restantes potências se baseavam num direito consuetudinário, sobretudo com Portugal.

¹⁴ Oliva Ferrer, “Sociabilidad y comunicación”, 216.

¹⁵ Recomenda-se a consulta de: SERNA VALLEJO, “*Los Rôles d’Oléron*”.

¹⁶ González Antón, “Extranjero” 501/502

¹⁷ Recomenda-se a consulta da recente obra de Moal, *L’étranger en Bretagne au Moyen âge*.

¹⁸ Solórzano e Arízaga, *Op. Cit.*, p. 12

¹⁹ Hidalgo *et al*: *Cuadernos Legales*, 87



PRESENÇA PORTUGUESA: EXEMPLOS DE GRUPO

A imagem que existia em Portugal sobre o Condado da Biscaia, mesmo em décadas anteriores às que aqui são estudadas, provém também das mais diversas referências literárias, desde as crónicas de Fernão Lopes, aquando da chegada de biscainhos ao estuário do Tejo,²⁰ até à do autor incógnito do *Livro dos Arautos* (ca. 1416), que afirmava

*Et iste rex tenetur percutere unam arborem certis ietibus cum gladio qui fit in illa terra, qui gladius dicitur biturianus, et habet in manu dextra tellum et, sub illa arbore armatis instantibus biscaïnais, vulgaliter biscainis, promittit et iurat observare priuilegia illius terre a suis successoribus ei concessa: et tunc habetur comes e dominus illius terre aliter non.*²¹

Passemos agora aos finais do século XV. Em Maio de 1476, Fernando o Católico perdoou a Rodrigo de Fagaza por ter estado em Portugal quando este regressava de Flandres com destino a Andaluzia. Devido a um temporal, à morte do piloto e à quebra do mastro, teve de parar em Cascais e, como consequência, foi obrigado pelos portugueses a transportar vinho e azeite para a Flandres, incumprindo a legislação castelhana da interdição de aportar no reino inimigo. Mais tarde, quando regressou a Bilbau, aproveitou a ocasião de apresar uma caravela portuguesa, feito que lhe valeu o perdão do monarca.²²

Face às investidas portuguesas, Isabel a Católica, em Junho de 1478, dava a Martín Ochoa de Sasiola e Miguel de Berrarueta uma carta de corso para fazer “todo el mal e daño que pudierdes”.²³ Três meses mais tarde, Pedro Ortiz de Bolívar é furtado por portugueses e dezasseis marinheiros seus são apresados, contra o “uso e costumbre asentado e guardado entre los vizcainos e los portugueses, que es non rescatar a las personas”. Recorria desesperadamente às autoridades biscainhas para que lhe entreguem todos os portugueses encarcerados que tinham em seu poder, de maneira a efectuar a devida troca.²⁴

²⁰ Lopes, *Crónica de D. Fernando*, 475

²¹ Anónimo, *Livro dos Arautos*, 195

²² Enríquez et al: *Archivo General de Simancas [...] (1475-1477)*, 100-102

²³ Enríquez et al: *Archivo General de Simancas [...] (1478-1479)*, 21-22

²⁴ Enríquez et al: *Idem*; 57-58

O fim da guerra encerrou um capítulo no reinado dos Reis Católicos. O tratado de Alcáçovas reabriu a circulação de mercadorias no mar Cantábrico e, salvo algumas exceções, que demonstrarei mais adiante, as represálias de corso são geralmente respeitadas, como foi o caso de Juan de Bermeo.²⁵ Este período de boas relações era visível em toda a costa norte.²⁶ Somente mais tarde, uma ordem régia de Julho de 1494 dirigida à província de Guipúzcoa, revela que ainda haveria algumas reminiscências bélicas, concretamente no espaço marítimo, “pois andan en la mar a fazer mal e daños a los portugueses”; no entanto, desconhece-se se as razões seriam conjunturais ou de pirataria.²⁷

Já em período de paz, retomaram-se as actividades do quotidiano. Durango, como povoação interior, exigia que sempre que se carregasse mercadorias, com destino a Portugal através do transporte marítimo, estas teriam de ser declaradas aos maiordomos das igrejas de Santiago e de San Antón.²⁸ Um dos produtos mais apetecidos e oriundo do interior biscainho era o ferro, por sua vez escoado através dos portos costeiros.²⁹ Existiam outras vias comerciais e não exclusivas do eixo marítimo. Em Agosto de 1487, queixava-se o *alcalde de sacas* de Badajoz que dois mercadores de Durango teriam sido vítimas do seu homólogo em Elvas, exigindo assim a devolução dos animais e respectiva carga confiscados.³⁰

Na costa, os pormenores insólitos de um quotidiano medieval também são visíveis. Um dominicano, o Frei Ximón de Évora, fora acusado de dizer missa nas várias igrejas e ermidas de Portugaleta sem a devida autorização dos seus superiores e com um grande desinteresse em demonstrar a sua ordenação.³¹

Já as referências extraídas para as primeiras décadas do século XVI obedecem a critérios estritamente económico-administrativos. As informações sobre este capital humano são escassas, mas poderão ser úteis no respeitante ao receio de se estabelecer contornos de uma economia paralela, sobretudo a do vinho. Em inícios de 1509, um João Álvares (Juan Aluarez) em sociedade com Juan Martines de Recalde tentou vender vinho andaluz em Bilbao e acabou por ser multado – no ano anterior teria feito o mesmo sem o pleno consentimento das autoridades locais.³² Em 1515, Álvaro Fernandes pede licença para descarregar 35 pipas de vinho de *Moçon* em Bilbao. Três anos depois, ainda na mesma cidade, se saldava uma dívida com o mesmo produto. Como não tinha dinheiro para pagar a Iohan Ochoa de Arratia, acordou com este duas pipas de vinho de Andaluzia. Vários portugueses fizeram-lhe a entrega num batel e descarregaram no lugar de Albia, escondendo o género alimentício num moinho. Com o receio de ser descoberto, o bilbaíno entrega-se às autoridades mas, ao mesmo tempo, queixava-se de que o vinho era de *baxa suerte* e que perdia dinheiro com os clientes. Dessa maneira, nunca conseguira competir com os taberneiros de sidra.³³

Desta forma, e para manter o *statu quo* existente entre os dois reinos, D. Manuel solicitou ao monarca castelhano a licença para que Cristóbal Lopez e Gonçalo Vaz se dirigissem ao Condado para adquirir material bélico (capacetes, piastrões, couraças, padeses e lanças). O primeiro estabeleceu-se em Bilbao, passou a Durango e terminou em Marquina; aí, queixava-se do volume de negócios existente e da impossibilidade de conseguir estabelecer o preço desejado num espaço de oito dias.³⁴ Esta solicitação mostra uma pequena quantidade de negociantes que giravam em torno dos agentes portugueses na Biscaia, quem estava interessado e em quê. O mesmo monarca volta a reque-

²⁵ García Cañon e Medrano Fernández, “Piratería vizcaína”, 307-326

²⁶ Ferreira Priegue, *Galicia en el comercio Marítimo Medieval*, 655

²⁷ Recalde Rodríguez e Orella Unzue, *Documentación Real*, 181

²⁸ Hidalgo *et al*: *Durango*; 481

²⁹ Barros, *O grande comércio*, 351

³⁰ Enríquez *et al*: *Archivo General de Simancas [...] (1487)*, 90-91

³¹ Hidalgo *et al*: *Portugaleta*, 133-134

³² Enríquez *et al*: *Libro de acuerdos [...] Bilbao (1509 y 1515)*, 24

³³ Enríquez *et al*: *Archivo Histórico de Bilbao (1514-1520)*, 1564/1568

³⁴ Suárez e De la Torre, *Op. Cit.*; Vol. III, 158-159

rer uma nova permissão, desta vez, para poder comprar 800 capacetes e 200 pares de coxotes com destino às guerras no Índico e em África.³⁵

Talvez por medo de represálias, as queixas ao município por parte dos estrangeiros parecem ser pouco frequentes, pelo menos quando se identificam em conjunto, e as que se conhecem são de origem económica. Em Março de 1509, é referida a presença de um grupo de portugueses que se manifestou com outros mercadores estrangeiros (ingleses, bretões, galegos e outros não identificados). Dirigiram-se ao regimento da vila, queixando-se de que os estalajadeiros dificultavam as transações comerciais entre os primeiros e os moradores de Bilbau. A hospedagem eram momentos profícuos para, com isso, se interpor nos negócios, obtendo, deste modo, preços mais adequados. O regimento deu uma resposta satisfatória e ainda especificou quais os produtos que se deveriam salvaguardar nestas situações³⁶. Estariam equacionados através de violência ou até de uma pressão constrangedora? Tudo indica que sim. Como se disse atrás, queixaram-se em grupo e é a única referência na qual se identificam como tal. O facto de se retratarem como um pequeno grupo abriria uma solução às suas reivindicações. Uma situação como qualquer outra existente por toda a Cristandade.³⁷

No entanto, assistimos a uma convivência que nos revela que o estabelecimento português no território deveria ser satisfatório, mas curto. Bello León admite que a presença portuguesa no conjunto castelhano assume contornos parecidos aos que se interpretam para a Biscaia: “También es verdad que el estado latente de guerra o la abierta hostilidad entre ambos Estados dificultaban cualquier intento de organizar la vida durante largo tiempo en alguno de los dos países”.³⁸ Ao contrário das urbes do Sul da Península Ibérica, o Condado não era um destino de eleição para refúgios permanentes. Era uma área de passagem, circunstancial e específica para determinados fins e, quase todos, comerciais. Mesmo assim, a partir da documentação selecionada, creio que havia uma convivência fácil, em parte devido à proximidade entre idiomas, neste caso o português e o castelhano. Jesús Solórzano, num recente artigo, aborda esta questão. Através do estudo de um mercador londrino, mostra como os filhos deste, estabelecidos em Rentería (Guipúzcoa), tinham um grande desconhecimento da língua inglesa, e isto era um sinal vital de plena integração.³⁹ Os portugueses não padeceriam deste problema. O idioma não seria um critério, seria um dado adquirido. Só falta saber se essa convivência variava de acordo com a conjuntura política.

Sobre as diminutas referências à presença portuguesa, colocam-se duas questões: haveria poucos portugueses ou, simplesmente, nem as próprias autoridades da época saberiam da sua existência? Beatriz Arízaga aponta a possibilidade de haver uma quantidade ínfima de mercadores portugueses na região.⁴⁰ Durante a apresentação da comunicação que deu origem a este artigo, Amândio Barros, corroborando a opinião desta historiadora, explicava que havia muitos portugueses pela Biscaia e não na Biscaia. O estado actual dos conhecimentos sobre esta matéria sujeita qualquer investigador a concordar com os historiadores referidos. Mas uma Ordenança bilbaína de 1519 levante a ter uma opinião ligeiramente distinta e que poderá abrir algumas ilações. Nesse documento apresenta-se uma queixa contra a globalidade de estrangeiros, que não pediam licença para exercer os seus ofícios, no qual não ficava registada a quantidade existente nem as ocupações que assumiam.⁴¹ O documento é explícito e seria preferível dizer que a quantidade de portugueses na região ainda é uma incógnita, simplesmente por desconhecermos os registos que os possam denunciar. Desta maneira, as respostas seriam afirmativas no que concerne ao capital humano dos mercadores. Sim, havia poucos portugueses na Biscaia e sim, as próprias autoridades da época não tinham da-

³⁵ Suárez e De la Torre, *Op. Cit.*; Vol. III, 236-237

³⁶ Enríquez *et al.*: *Libro de Acuerdos [...] Bilbao (1509 y 1515)*, 49-50

³⁷ Barros, “Vida de marinheiro”, 256

³⁸ Bello León, *Op. Cit.*; p. 25

³⁹ Solórzano e Arízaga, *Op. Cit.*; p.3

⁴⁰ Arízaga, “Con Portugal”, 285-286

⁴¹ Enríquez *et al.*: *Ordenanzas Municipales de Bilbao (1477-1520)*, 221

dos sobre a sua existência. A grande maioria dos portugueses registados aí presentes, ou quase a sua totalidade, eram homens de negócios e estabelecer-se-iam de uma forma sazonal; dos restantes nada se sabe.

Em caso de divergência com súbditos de outros reinos, obviamente que a gestão da mesma correspondia à justiça biscainha. Num pleito tratado entre Hernan Bas com o francês Miguel Franxote de Bayone, as divergências existentes entre os dois terminaram na figura do Juíz da *Sala de Vizcaya*, em Valladolid.⁴² A problemática sobre um litígio comercial, agravado pela negligência do escrivão que “no se le dava Avn que muchas vezes pera ello le Avia Requerido”, levou o tenente de corregedor de Biscaia a recorrer a instâncias superiores. Neste caso, o português perde o pleito e, possivelmente perde-o porque o seu inexperiente filho, Bastian Hernandes, fora tentado pelas circunstâncias de uma situação de lucro fácil. Este pueril indivíduo muito possivelmente estaria a aprender o ofício e, levado aos circuitos do Mar Cantábrico, estaria a dar os primeiros passos na arte de marear, na aprendizagem dos diversos idiomas de cariz comercial.⁴³

Embora os documentos sejam silenciosos sobre a resolução de conflitos entre portugueses, creio que os mesmos se solucionariam através da mediação de indivíduos experientes e com alguma reputação de valor, tal como indica Filipe Themudo Barata para as cidades da Flandres ou do Mediterrâneo ocidental onde não havia qualquer representante da Coroa.⁴⁴ Uma mera hipótese.

Vejamos outros dois exemplos que podem ilustrar esta possibilidade.

EXEMPLOS INDIVIDUAIS: NUNO MARTINS DE LISBOA

A primeira referência conhecida sobre este indivíduo aponta-nos para uma carta de incitação do Conselho Real ao tenente de corregedor da Biscaia, datada de 13 de Novembro de 1483. Nesta epístola, observa-se a origem de um pleito existente entre o português e Martín Ochoa de Basarán, morador em Mundaca, resultante de uma transação sobre determinada mercadoria têxtil. Desconhece-se, no entanto, quais foram as verdadeiras causas que motivaram o litígio. A razão que o primeiro aponta, quando recorreu à instância real, foi a de que se sentira injustiçado por Fernando Sánchez de Baraondo, ex-tenente do corregedor do Condado. Pela acusação que o mercador lisboeta lhe fez, parece que este o sentenciou de uma forma bastante parcial.⁴⁵

As queixas levadas ao Conselho Real baseavam-se numa estupefação pela atitude tomada pelo antigo tenente do corregedor, pois tinha outorgado uma pena de 11.268,5 maravedis ao português em paralelo à ilibação de Martín Ochoa. Nestas circunstâncias, os monarcas, após a devida consulta, revogaram a sentença deliberada por Fernando Sánchez: reconheceram a validade argumentativa do mercador português e solucionaram a questão obrigando o jurídico biscainho a pagar a quantia exigida a Nuno Martins. Todo este processo judicial foi encarado pelo Conselho Real como uma afronta de negligência.⁴⁶

Nos quatro meses seguintes, o pleito ainda estava por solucionar. A 13 de Março, uma nova comissão eleita pelo Conselho Real tentou concluir o caso judicial. Foi requerida a presença do ex-oficial da Justiça para expor as suas considerações sobre as queixas apresentadas pelo português. Neste documento, explicita-se melhor a situação problemática que se gerou entre Nuno Martins e o biscainho. O antigo tenente de corregedor foi acusado de ilibar o conterrâneo, condenando injustamente o mercador olisiponense. O Conselho Real, após ouvir as diferentes partes, reconheceu novamente a que-

⁴² Archivo de Real Chancilleria de Valladolid; *Real Ejecutorias*; c. 341-14; De agora em diante ARCV.

⁴³ Casado Alonso, *El triunfo de Mercurio*, 75

⁴⁴ Barata, *Navegação, comércio e relações políticas*, 205

⁴⁵ Enríquez *et al.*: *Archivo General de Simancas. [...] Vizcaya (1483)*; 112-115

⁴⁶ Enríquez *et al.*: *Idem*; 115-118

rela e aplicou a coima de 11268,5 maravedis ao tenente de corregedor, de maneira a aliviar os gastos do processo que o português tinha pendentes.⁴⁷

Já Fernando Sánchez reclamou da máxima aplicada. Num jogo de acusações muito pouco coerentes, o seu representante começou por afirmar que ele apenas tinha exercido o seu dever, cujas funções passariam por solucionar o pleito existente entre os dois mercadores. Passou a denunciar algumas práticas de “tráfico de influências”, facto pelo qual o seu representado fora injustiçado, isto porque reconheceu que era analfabeto e que tinha sido ludibriado pelo seu assessor, o bacharel Alfonso González de Écija. Este, perante a delicada situação de iliteracia, aproveitou-se da inocência do outrora tenente de corregedor para roubar uma manta de “Bernia” e uma colcha. Já sobre o português, acusava-o de ter negócios obscuros com o bacharel, e que procurava uma carta de emprazamento de maneira pouco legal, que favorecesse as transações comerciais entre ambos.

Como refutação, o mercador lisboeta limitou-se a ignorar as afirmações anteriores e queixava-se rotundamente do tempo que perdia estando pelo reino vizinho. Tudo se envolvia num complexo alvoroço judicial. No entanto, o Conselho manteve a decisão inicial.

Passados dois meses, queixava-se ainda o português de que não tinha auferido o respectivo dinheiro. Pelo menos três pessoas da Justiça (o licenciado Lope Rodríguez de Logroño, corregedor da Biscaia; Juan Pérez de Nájera, lugartenente; e Tristán Díaz de Leguizamo, vogal) recusaram-se a devolver-lhe a quantia exigida. Assim, apelou ao rei que lhe enviasse alguém de confiança para que lhe pudessem restituir a quantia a que tinha direito, mais os custos da demora que lhe diziam respeito. Insolitamente, queixava-se de que já não comia devido aos gastos que despndia. Termina o processo sem se saber se lhe restituíram os bens reivindicados⁴⁸.

EXEMPLOS INDIVIDUAIS: JOB QUEIMADO

Nos inícios de Janeiro de 1508, durante a festividade natalícia, foi roubada uma nau na costa galega carregada de pimenta, prata, pedras preciosas e outros objetos de valor.⁴⁹ Tinha como proveniência a Índia e provavelmente o seu destino seria a Antuérpia. Este tipo de procedimento foi cada vez mais acentuado durante todo o reinado de D. Manuel e, mais tarde, no de D. João III.⁵⁰ A nau fora roubada por três corsários, Pedro de Mondragón, Ochoa de Selzida e Ochoa de Ochanduri, que a trouxeram até à angra de Machichaco, na Biscaia. Começaram os pregões de interdição de subir à embarcação.

Após a devida notificação às respectivas justiças, o procurador português Arias Botelho representou o pedido de recuperação da embarcação ao juiz comissário Juan Ruiz de Bolívar, para que encontrasse a respectiva nau em todo o Norte Peninsular. Quando se descobriu que a nau estava perto de Bermeo, tanto Arias Botelho como o juiz comissário se dirigiram *in situ* para averiguar o estado da embarcação. Um escrivão de Bilbao entregou em mãos do português a quantidade de 47 libras de pimenta, pois queria evitar represálias que tinham sido anunciadas nos vários pregões feitos pelas localidades do Condado. Aqui radica o problema: Arias Botelho não admitiu esta entrega e acusa o escrivão Pedro Miñes de Agurto de lhe roubar 23 libras de pimenta. Desta forma, nunca teria devolvido ao respectivo dono a totalidade da mercadoria roubada.

A investigação começou em Abril do ano seguinte, mas com um novo procurador: enviou-se o capitão da nau, Job Queimado, para poder tomar todas as diligências necessárias à execução. Este recorreu a quatro testemunhas locais, que coincidiam em que Pedro Miñes de Agurto esteve na nau, transportando consigo vários sacos de pimenta, expressamente elaborados a partir de um lençol e cosidos com a ajuda de uma nativa.

⁴⁷ Enríquez *et al.*: *Archivo General de Simancas [...] Vizcaya (1484)*; 60-67.

⁴⁸ Enríquez *et al.*: *Archivo General de Simancas. [...] Vizcaya (1484)*; 86-89.

⁴⁹ ARCV, *Sala de Vizcaya*, c. 427-9

⁵⁰ Iclán Gil, “EL DINERO DE LA MAR”, 18

Por sua vez, o escrivão desculpava-se, dizendo que a pimenta tinha sido dada ao seu filho bastardo que andava em companhia dos corsários mencionados e que eram uma forma de pagamento pelos serviços prestados no mar.

Só a partir de 1510 é que o processo judicial retomou circunstâncias superiores. Juan Ruiz de Bolívar empreendeu a investigação e começou a reunir testemunhas em Bilbao. Pode dizer-se que a segunda metade de 1510 é uma troca de acusações mútuas. Vejam-se as acusações feitas pelas testemunhas do português. Basicamente, pode-se resumir o seguinte:

– O procurador português acusava Pedro Miñes de Agurto de ocultar 23 libras de pimenta. A quantidade declarada era insignificante. Acusava-o de ter subido à nau sem licença, com pleno conhecimento do pregão e que era cúmplice dos corsários.

– Pedro Miñes de Agurto defendia-se. Tinha subido à nau uma única vez para recuperar o seu filho e sob licença do Corregedor. A pimenta que devolveu era a recompensa dada ao seu filho e desconhecia a quantidade exacta de especiarias existente na embarcação.

Numa carta enviada a D. Manuel sobre a venda de pimenta na Flandres, a 25 de Março de 1510, dizia-se que “Gameiro, quando foi com Arias Botelho a Purtugall, entregar a Salzedo...tornou deteve se na corte ate Natall, e entamto que ele la... por estas vilas e lugares provicando esormentos e...guora andamos pella costa tirando inquiriçom, e achamos estes trinta quintaes de pimenta e tres de cravo que diguo que tengo arrecadados”.⁵¹ Seria este Salzedo o corsário Ochoa de Selzida que roubara a nau na Galiza? Tudo indica que sim. O procurador Arias Botelho teria que responder pela ineficácia que o processo estava a ter. Por outro lado, já o capitão Job Queimado tinha recorrido a um outro procurador e, desta vez, ao biscainho Juan de Bungoa. Coincidência ou não, as próprias testemunhas do português entraram em contradição. Um tal Miguel de Vimarán surpreendentemente dizia que não reconhecia o escrivão a quem ditou a sua versão. Por ineficiência ou cumplicidade, em Setembro de 1510, o procurador reclamava que não tinha sido requerido para presenciar o juramento das testemunhas e exigia a inquirição destes elementos outra vez.

Pedro Miñes apresentou uma testemunha de peso, um tal Juan de Castro e, para além disso, afirmava que nem o rei de Portugal nem o Job Queimado teriam poderes para exigir o que queriam, na Biscaia. A resposta foi pronta e talvez seja a razão pela qual houve uma mudança de representantes. O português Pedro Albin apresentava-se como o novo procurador a 23 de Outubro de 1510, e este relembra ao Juiz a função para o qual teria sido eleito: “porque los testigos que lo diSen no lo podian Saber y no diSen coSa vereSimjle Syno a ley de la tieRa tampoco conSta lo que diSen que no Soys jueS pera condenar con las dichas penas...Su alteSa hos dio facultad como por que he oydo que hos cometieron los proçesos Se entienden de derecho la facultad de poder poner comjçiones y penas y condenas a los que yncuRieren en ellas”.⁵² Parece que a figura do Juiz Corregedor, como demonstra Iñaki Bazán, ainda era uma figura muito sensível como extensão da Monarquia Católica neste território periférico.⁵³

No mesmo ano, a sentença dada em Valladolid conheceu um final favorável ao português. Pedro Miñes insistentemente apelava a sua absolvição. Reconhecia o descrédito nas funções hierárquicas da justiça, mas isto já sem solução para os seus termos: “la Verdad es quel dicho Job Quemado no tiene njn tubo poder pera confor de penas nin Vos Señor teneyS poder nj facultad de condenar en penas Saluo Solamente A los mjmos que Robaron la nao”.⁵⁴

Sobre Pedro Miñes mais nada se sabe. Já o corsário Mondragon, que roubara a nau de Job Queimado, terminou vencido numa batalha junto ao cabo de Finisterra.

⁵¹ Suárez e De la Torre: *Op. Cit.*; 182-183

⁵² ARCV, *Sala de Vizcaya*, c. 427-9; fol. 28 vº

⁵³ Bazán Díaz, *Delincuencia y criminalidad*, 97.

⁵⁴ ARCV, *Sala de Vizcaya*, c. 427-9; fol. 30.

Segundo Damião de Góis o corsário foi “vençido, & hua das suas naos metida no fundo, & elle trazido preso a Lisboa”.⁵⁵

CONCLUSÕES

A separação feita em dois campos – estrangeiros e portugueses – é deliberada. É delicado separar a condição dos indivíduos exteriores ao território da Biscaia da dos portugueses.

Na documentação analisada, as queixas comerciais são feitas maioritariamente por iniciativa pessoal. O conceito de grupo, neste tipo de desagrado, é inexistente. No caso colectivo que indico, e o único em que se discriminaram as origens dos intervenientes por oposição à naturalidade dos residentes, todos, em geral, foram afectados. Neste documento, são visíveis as reclamações de um grupo que se auto-retratava como “os outros”, um conjunto composto por súbditos de outros reinos.

Seria interessante saber se o comportamento para com os portugueses (e *vice-versa*) seria distinto dos oriundos de outras nações, ou se “uso e costumbre asentado e guardado entre los vizcainos e los portugueses, que es non rescatar a las personas” se resume a uma característica conjuntural ou estrutural, ou se é extensível a outros territórios.

Contudo, só há indícios de conflitualidade quando há referência a indivíduos específicos; é inexistente um desagrado comum a todos os portugueses. Poderemos ver que as únicas acusações trocadas se referem não a aspectos sociais, mas sim comerciais: os pleitos de Nuno Martins de Lisboa e de Job Queimado são os melhores exemplos disso. O recurso ao monarca, depois de perceber que não conseguiam obter solução para os seus constantes pedidos, é prova de que o conflito só existia quando os mecanismos judiciais não satisfaziam a concordância com as suas exigências. Neste caso, estariam os monarcas preocupados em solucionar o caso devido a uma pressão diplomática, ou limitar-se-iam a proteger este tipo de indivíduos por questões de outro cariz? A questão permanece em aberto. Por outro lado, quando os biscainhos recorriam à justiça, as alegações que outorgavam eram sempre na base do seu *derecho*. Seria o direito do *Fuero de Vizcaya*? Em caso afirmativo, pode dizer-se que seria uma tentativa de escapar à punição. Se assim era, o refúgio nesta legislação assumia características profiláticas face à intervenção régia.

Este pequeno artigo, muito provavelmente, não propôs mais teorias do que aquelas que já se conhecem; e certamente não está isento de irregularidades. Tentou-se fornecer novos elementos que sugerem possíveis correções heurísticas. Espero, contudo, que seja uma base válida para futuras investigações.

⁵⁵ Góis, *Crónica de D. Manuel*, 143

**A Rua Nova na cidade do Porto
entre os séculos XV e XVI: urbanismo, construção e sociedade**

Helena Pizarro
Universidade do Porto

Resumo

Este artigo pretende reavivar a temática da Rua Nova do Porto, particularmente nos séculos XV e XIV. Apresenta-se como uma abordagem abreviada de uma investigação levada a cabo, no âmbito do mestrado em História Medieval e do Renascimento, enumerando algumas das dificuldades e interrogações com que me deparei e os problemas que advêm deste tipo de pesquisa e do período em que ela se insere. Propus-me a analisar o *Antes* e o *Depois* da construção da Rua Nova para se compreender de que forma a zona ribeirinha do Porto se foi alterando, embelezando e organizando segundo parâmetros estabelecidos pelos monarcas quanto à Rua Formosa, às casas nela construídas, ao estatuto social pretendido através das gentes que nela habitavam ou que com ela se relacionavam e, ainda, quanto às ruas, edifícios e espaços com que comunicava. Apelo, por fim, à importância da Rua Nova, na medida em que se apresenta como um virar da página sobre o modo de pensar o urbanismo, não esquecendo também que se tornou um dos grandes suportes financeiros para que o burgo portuense passasse para a jurisdição real, deixando de fazer parte do grande senhorio episcopal; foi, indubitavelmente, um espelho material e mental desta cidade.

Abstract

This article aims to revive the issue of Oporto's *Rua Nova*, particularly in the 14th and 15th centuries. It is presented as an abbreviated approach of a research carried out, in the ambit of the master's degree related with Medieval and Renaissance, by listing some of the difficulties and questions that were encountered and the problems that raised from this type of research and from the period under analysis. Its main purpose was to analyse the Before and After of the *Rua Nova*'s construction in order to understand how the Oporto riverside area was changing, was been beautifying and was organizing within the parameters established by the monarchs on the *Rua Formosa*, on the urban planning, on the social status desired by the people that dwelled therein or relating thereto, and also on the streets, buildings and spaces that communicate with that *Rua*. Finally, it is appealed for the importance of *Rua Nova*, as it presents itself as a page flipped over on the urbanism concept, without forgetting that it has become a major financial backers for the Oporto's burgh once it was transformed into a royal jurisdiction, ceasing as part of the great episcopal lordship; it was, undoubtedly, a material and mental mirror of this city.

No presente artigo pretende-se apresentar a Rua Nova, da cidade do Porto, numa vertente menos conhecida, porque ainda pouco estudada. A apresentação desta rua necessita de poucas palavras pois muitas são as informações relacionadas com a sua construção, com os objectivos para ela propostos e, ainda, sobre o seu prestígio. O que se intenta com esta investigação é compreender o que levou o monarca a mandar construir esta sua “Rua Formosa”, o que ganharia o Rei com isso e, principalmente, compreender o “recheio” desta rua pública, a que muitos chamaram praça. Neste sentido, proponho-me analisar dois aspectos da rua: o seu espaço e envolvente; as suas casas.

Já muito se escreveu sobre este tema no que respeita ao património régio e eclesiástico, às questões financeiras e urbanísticas. Neste artigo e na futura dissertação de mestrado impõe-se a tomada de um novo rumo, de novas hipóteses e de possíveis conclusões. Daí que nos tenha despertado um maior interesse o estudo e tentativa de re-

constituição do perfil da Rua Nova – do seu contexto geográfico no burgo, das suas casas e das exigências, obrigações e proibições do monarca em relação à sua construção e, por fim, das figuras que davam vida a este cenário entendido como elitista, as mesmas que tornaram possível tudo o que, posteriormente, se veio a escrever sobre esta rua do Porto. É precisamente esta dimensão mais social, de vivências e mentalidades, que tem sido a motivação principal da minha investigação. Além da bibliografia especializada (em especial o trabalho de José Marques¹ sobre o património régio no Porto, os de Luís Miguel Duarte² e, ainda, os de José Ferrão Afonso³), utilizo como fonte principal do trabalho desenvolvido a colecção da “Leitura Nova” do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, especificamente os livros de Além Douro (1-5). Dentro do elevado número de documentos que cada livro contém, a transcrição limitou-se apenas àqueles que interessavam em particular para este assunto, ou seja, todos os que remetiam para a Rua Nova, directa ou indirectamente, ou para as ruas adjacentes. Analisou-se também o trabalho elaborado por investigadores do Arquivo Histórico Municipal do Porto, que se baseia numa caracterização exaustiva do quarteirão através de documentação do século XVIII, no âmbito da “história regressiva”.

Após esta breve introdução, reflectiremos então sobre os pontos que referi anteriormente, seguindo a ordem que foi exposta.

O Porto, outrora senhorio eclesiástico, vai sofrer grandes alterações após as estadias de D. João I, uma das quais para celebrar o seu casamento. Pouco tempo depois da sua terceira estadia, em 1394, o monarca deu início à construção da Rua Nova nos terrenos que alguns investigadores consideram “subtraídos à jurisdição Episcopal”⁴, mas que apenas parcialmente, na minha opinião, o terão sido; isto porque, parte desse espaço já pertencia à Coroa. Como se sabe, esta rua teve variadíssimos nomes ao longo dos tempos, como acontece com uma série de outras ruas – aliás, esta foi “roubar” o nome à actual Rua Escura – mas apenas dois são utilizados entre os séculos XV e XVI: Rua Nova e Rua Formosa. Foi por muito tempo considerada a “jóia da cidade”, tornando-se o modelo de projectos urbanísticos vindouros e, sem dúvida, veio personalizar a zona ribeirinha. Segundo vários historiadores e escritores foi, durante séculos, uma das ruas mais afamadas do Porto, pois causava admiração pelas suas dimensões e também pelo luxo das casas nela construídas. Esta rua que inovou, não só por ser muito larga e muito comprida mas também por ser rectilínea e quase plana, ia desde a Rua dos Mercadores até ao Convento de S. Francisco.⁵

Não nos podemos esquecer de que o prestígio e importância de uma rua, tanto nos tempos medievais como nos de hoje, advém da sua posição geográfica em relação à cidade, das ruas e edifícios com que comunica, dos meios de ligação que fornece e, finalmente, das pessoas que nela moram ou, de algum modo, que com ela se relacionam. A Rua Nova é construída numa zona que estava em galopante desenvolvimento devido à sua proximidade com o rio e aos negócios que ali se multiplicavam. Teremos em conta, também, que nas imediações se encontravam a Casa da Moeda, o Armazém e Alfândega do rei, a Bolsa de Mercadores, a igreja de S. Nicolau, o Convento de S. Francisco e o Convento de S. Domingos.

¹ José Marques, *Património Régio na Cidade do Porto e seu Termo nos finais do século XV*, Actas do Colóquio “O Porto na Época Moderna” II, Revista de História, vol. III, (1980).

² Luís Miguel Duarte, *Quando as casas se queriam pequenas (Espaço e Medidas na Idade Média)*, (Porto: F.L.U.P. – DCTP, 2003): p. 188 (183-192); Luís Carlos Amaral e Luís Miguel Duarte, *Os Homens que pagaram a Rua Nova – Fiscalidade, Sociedade e Ordenamento territorial no Porto Quatrocentista*, Revista de História, vol. VI, Cap. I (Porto: Centro de História da Universidade do Porto, I.N.I.C., 1985).

³ José Ferrão Afonso, *A construção de um novo centro cívico: Notas para a História da Rua Nova e da zona ribeirinha do Porto no século XV*, Museu, IV série, nº 9 (2000) p. 29; José Ferrão Afonso, *A Rua das Flores no séc. XVI, Elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista*, vol. I, (Porto: F.A.U.P. Publicações, 2000).

⁴ José Marques, *Património Régio na Cidade do Porto e seu Termo nos finais do século XV*, Actas do Colóquio “O Porto na Época Moderna” II, Revista de História, vol. III, (1980).

⁵ No entanto, estranha-se o estreitamento da rua no troço que medeia a Rua de S. João e a dos Mercadores. Este é um caso onde se impõe conhecermos, de um modo mais profundo, as figuras que transitavam por esta zona ribeirinha, pois foi através de uma delas, João Martins Ferreira, que nos apercebemos que, só mais tarde este troço fará parte da Rua Nova: tendo o Rio da Vila como barreira, o mercador lançou uma ponte para aceder à Rua Formosa. Inicialmente, talvez se tenha colocado apenas algumas tábuas que permitissem esse acesso, mas o facto é que estava aqui a ligação que fez com que a rua se estendesse até à dos Mercadores.

Relativamente às ruas com as quais a Rua Formosa comunicava ou lhe eram bastante próximas, os documentos fazem referência à Rua dos Mercadores, Rua de S. Nicolau, Rua das Congostas e Rua de Vale de Pegas. Referem também a ligação com algumas vielas e calçadas sem nome ou simplesmente cujas designações não eram importantes – bastava localizá-las, como por exemplo, “a calçada que vai pera as Congostas” ou “pera a rua publica que vai pera a fonte dourinha”. Estas referências são-nos transmitidas, principalmente, quando se apresentam as confrontações das casas que se pretendia aforar, vender ou comprar, para as localizar.

Ainda sobre a envolvente da Rua Nova, gostaria de enunciar algumas referências a espaços públicos que hoje já não existem e que, apesar de desconhecer onde certos espaços seriam exactamente, não podia deixar de valorizar. Embora se possa mostrar uma tarefa impossível, pretendo reconstituir na Rua Nova não só as casas, mas também todos estes pormenores de que se faz menção nos documentos, porque o cenário desta rua é bastante mais do que um espaço recheado de casas. Enumeremos, em primeiro lugar, o “chafariz da Rua Nova” que, ao que pude apurar, se localizaria no espaço por onde rompeu a Rua das Congostas – onde agora se situa o início da Rua de Mousinho da Silveira, partindo da Rua Nova – e que se encontraria na esquina nascente do arruamento. Uma outra referência seria o designado “arco grande”, cuja localização correcta de momento desconheço;⁶ também tenho dificuldade em compreender se seria um arco que pertenceria a alguma das casas ou à própria Rua Nova, por exemplo, na entrada de alguma praça, largo ou jardim ou até de uma rua.⁷ Isto porque a informação que a documentação me forneceu é bastante vaga: emprazamento a Pedro Afonso de umas casas “que ora mandamos fazer na Rua Fremosa da dita cidade da parte da rua das Congostas por aquelle preço que estam aforadas as outras suas iguaaes que partem com casas em que mora Gill Gonçallvez mercador e da outra com casas que se fazem sobre o arco grande”⁸. Na sequência deste arco, acrescentamos a existência de um forno, pois julgo que deviam estar próximos, segundo indica o aforamento feito a Gil Gonçalves e Maria Afonso de “huumas casas da dita Rua do cabo do forno da dita Rua Fremosa que partem de huuma parte com a casa que se ha de fazer jumto com a do arco grande e da outra com a terceira casa aaquem do dito arco grande da parte de cima escomtra a Rua dos Mercadores”.⁹ Finalmente, foi feita uma referência a um Rossio, num aforamento a um Álvaro Fernandes, na Rua das Congostas: quando se apresentam as confrontações diz-se que de um lado parte “com queelha que vai pera o Ressio de tras das casas da Rua Fermosa honde tem Joham Gill mercador a cavalaria [sic] e per detras com o dito Ressio”.¹⁰ Tenho alguma dificuldade em localizar ali um Rossio, segundo o conceito actual, por não encontrar espaço para tal. Seria um largo? Um espaço vazio? Não obtive informação sobre qual a sua funcionalidade e disposição. Curioso é observar que algumas intervenções arqueológicas nesta zona puseram a descoberto uma calçada que deve ser anterior ao século XIV e que passaria no local onde se encontrava o arco e que, possivelmente, seria um dos acessos ao Rossio. Compreende-se, portanto, que esta calçada era perpendicular à Rua Nova e que perdeu toda a sua funcionalidade com a construção da nova rua e com as casas do lado Norte, visto que parte dela já tinha sido inutilizada para a construção da Casa da Moeda.

Passo agora à parte mais física do espaço. Interessa conhecer o que é que a constitui na realidade, como se organizam e dispõem as casas, de que forma são mandadas construir e conhecer ainda algumas das particularidades existentes.

Em primeiro lugar, tem de sublinhar que a construção das casas da Alfândega e da Casa da Moeda, num primeiro momento, e as da Rua Nova, mais tarde, veio fortalecer os passos que se davam para o processo de constituição do património régio nesta

⁶ No entanto, coloco a hipótese de este “arco grande” se localizar nas traseiras das casas do lado Norte da Rua Nova. Talvez fosse o arco de entrada do Rossio que, mais adiante, refiro.

⁷ Se tomarmos como possível a hipótese de o arco ser a entrada principal do Rossio a que faço referência, torna-se compreensível que, após a perda de funcionalidade e/ou interesse do arco, se tenham vindo a construir nele algumas casas.

⁸ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro 4, fls. 73 – 75.

⁹ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro 4, fls. 94 – 96.

¹⁰ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro 3, fls. 55v – 56v.

cidade do Porto. Sabe-se também que foi longa a demora que se verificou na conclusão da Rua Nova, pois constantemente surgem referências tais como “casas que se ham de fazer” ou “casas que se deviam acabar”. Coloca-se a hipótese de que a falta de verbas se tenha apresentado como um obstáculo para que os monarcas não avançassem com as construções na Rua Nova. Daí que se tenha ordenado que todo o povo da cidade e seu termo contribuisse para a construção de tais casas. Notava-se a enorme vontade régia em assumir como sua uma rua que se previa vir a ser espectacularmente inovadora. A reabilitação, por vezes quase total dos edifícios, também pode estar na origem destas expressões.

Os limites desta nossa Rua eram, a nascente, a Rua dos Mercadores e a poente o Convento de S. Francisco e a Igreja de S. Nicolau. Nesta área, os únicos espaços que não estavam ocupados com casas eram as ruas, calçadas ou vielas; de resto, pelo que se pode constatar através da documentação, as casas encostariam umas às outras, sem margem nenhuma – aliás, surgem-nos bastantes vezes as palavras “encostar” e “entestar”, o que nos dá a nítida ideia de que não haveria qualquer tipo de separação. O facto de a identificação e tentativa de localização das casas nesta rua serem feitas através das confrontações com outras também nos remete para esta hipótese.

Durante a investigação não me foi permitido compreender se haveria algum tipo de padrão quanto às dimensões das casas, pois a única expressão que surge a diferenciar é “casas pequenas”. Sabemos, portanto, que haveria casas maiores que outras – “as ditas casas eram pequenas e nom aviam saída pera detras como ham as do dito Alvaro Fernandez e assi as outras de jumto com ellas”;¹¹ mas poucas são as vezes em que obtive medidas e, quando as consegui, são normalmente em comparação com outras casas, para a partir disso se ajustar o preço do foro. A título de exemplo, cito o aforamento de umas casas a João de Paço e mulher, no qual o provedor da Fazenda, Álvaro Gonçalves da Maia, “fez medir a certos homens boons as ditas casas e acharam nellas em longo quatro braças menos huum palmo e d’ancho tres braças e menos huum palmo e meo e ellas assi medidas disseram que por ho respeito das outras casas da dita Rua Nova montava a braça duas livras e oito reais que eram coremta livras da moeda antiga”.¹² Creio ter havido, pelo menos, uma vontade expressa em que existisse um padrão no que respeita o seu tamanho, alçado e fachada. No entanto, a documentação estudada remete-me, por vezes, para a situação oposta.

Houve uma forte vontade de, com o desenvolver desta investigação, compreender qual a razão de haver, na Rua Nova, casas com eixidos e outras nas quais o monarca expressamente não permitia que os houvesse. São notórias, também, as restrições feitas a determinadas casas no que toca a terem loja e/ou sobreloja ou não, como se verifica num aforamento feito a Vasco Anes, criado de João Lopes de Azevedo, e no qual o mesmo Provedor lhe aforava umas casas na condição de que fossem “feitas e acabadas de pedraria e carpentaria assi e pella guisa que forem as outras suas iguaaes que estam daquella parte tirando que nom lhe façom sobrellogia por quanto a nom pode aver”¹³. O interessante é que era algo que importava frisar convenientemente no documento, pois mais adiante voltava-se a repetir: “o dito Alvaro Gonçalvez soube e achou que tanto estavam aforadas as em que mora Joham de França e que estam daquella parte e tem sobrelogia que estas nom ham de ter sobrelogia”¹⁴. Mas, no entanto, mandava que houvesse uma porta “na metade da dita casa e saída pera a dita rua”.¹⁵ Na outra vertente, temos as casas de Pedro Afonso, que apenas seriam aforadas na condição de serem feitas com sobreloja, chaminés e “almareos” e ainda, que tudo isso fosse feito à custa do monarca;¹⁶ esta é uma situação rara, pois a maioria teria de fazer as obras às suas pró-

¹¹ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, livro 5, fls. 53v – 55v.

¹² Segundo Oliveira Marques, 1 braça = 10 palmos = 1,82m. Assim, temos uma casa com 7,10m de comprimento x 5,19m de largura = 36,85m² de área. A. H. de Oliveira Marques, *Pesos e Medidas, In Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, V volume (Porto: Livraria Figueirinhas, 1992) p. 68. A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, livro 3, fls. 300 – 301.

¹³ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, livro 3, fls. 286 – 287v.

¹⁴ Ver nota 11.

¹⁵ Ver nota 11.

¹⁶ A.N.T.T., *Leitura Nova, Além Douro*, livro 4, fls. 73 – 75.

prias custas. Seria apenas, então, por falta de espaço ou somente algumas tinham esse direito ou privilégio? Infelizmente, apenas me foi permitido enumerar algumas hipóteses, perante as quais não obtive dados suficientes para as apresentar como conclusivas.

Quanto aos acabamentos das casas, deveriam ser “feitas e acabadas de pedraria e carpentaria”. Em alguns casos, o monarca exigia mais pormenores, como por exemplo, casas “per terra e pedra e telha e madeira depois que forem feitas e acabadas”, ou ainda, “que lhe apostassem e acabassem as ditas casas d’escaadas e tavoados e almareos e lhe fizessem suas chaminees com seus fogareiros e lhas acabassem de todo o que lhes fosse compridoiro segumdo o que se fez aas outras casas que na dita Rua Nova ja sam factas”.¹⁷ É curioso que apenas em alguns documentos se verificam referências à criação de uma “privada”, ou seja, uma latrina.¹⁸

Ainda falando de exigências do rei, não nos pode escapar uma que, a meu ver, tem significativa importância, na medida em que demonstra a necessidade e desejo que o monarca tinha em colocar à vista de todos o seu poder e património – talvez porque obtido recentemente: falo da imposição em determinados casos de se colocar “nossas armas [da Coroa] abertas em pedra e pintadas no frontal dellas sobre a porta das ditas casas pera se em todo tempo saber como a propriedade dellas he nossa e avemos por ellas de aver o dito foro com as ditas decrraraçooes”.¹⁹ Agora, esta situação leva-me a indagar sobre o porquê de só a algumas casas ser imposta esta condição. Se era apenas para se saber que eram propriedade do Rei, por que é que não tinham todos os edifícios da Rua Nova as armas pintadas nas suas fachadas? Não faz sentido, na minha opinião, só alguns deles terem essa marca, visto que todos pertenciam à Coroa.²⁰

Analisando os documentos a que tive acesso, começou-se a agrupar tematicamente a informação revelada. Entre os diversos grupos, o da organização interior das casas e a forma como eram arrendadas mostrou-se o mais complicado de compreender. Aforavam-se casas com vários sobrados a um casal ou a uma só pessoa; não menos comum seria o aforamento de “meas casas”, as quais seriam divididas a meio como se de apartamentos se tratasse. Mas nem isto torna a questão fácil de resolver: seria esta divisão feita entre pisos ou entre parte da frente e traseiras?

Em alguns casos, como o de Leonor Gonçalves e Cristóvão Fernandes, é explícito, porque no próprio documento se refere que:

– Cristóvão Fernandes e Catarina Vaz, sua mulher – moram no sobrado de cima com cozinha;

– Leonor Gonçalves – vive no sobrado de baixo, “que vai da Rua Nova atee tras entestando no departamento da casa que esta no dito sobrado de fundo (...) e tenha para si a logea descontra as casas onde mora Vasco Anes de Miranda”.²¹

– “e que ho portall maior e a logea maior fique com o dito Cristovam Fernandez e sua molher e ho mais pequeno portall fique pera serventia de todos eles”.²²

Este é um caso bastante curioso para o estudo das mentalidades, para se compreender o quão complexo se apresenta o mundo medieval, seguindo parâmetros actuais. Isto porque Leonor Gonçalves ficou viúva de João André, tosador, e não estava em condições de manter as casas e de suportar o aforamento – não foram raros os casos encontrados que utilizaram esta justificação como motivo de venda de foros; foi-lhe então concedido que permanecesse num dos ditos sobrados sem pagar qualquer preço durante “todos os dias de sua vida”. E ainda mais, acontecendo que o referido Cristóvão Fernandes, a sua mulher ou herdeiros ou “cada huum delles vendam ou doem as ditas casas e aforamento dellas a outra allguuma pessoa vivente ella Lianor Gonçallvez que ella avia esta doaçom por nenhuuma nem podessem della jamais usar o dito Cristovam

¹⁷ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro 4, fls. 16v – 19.

¹⁸ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro 4, fls. 25v – 27; A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro 4, fls. 42v – 44v.

¹⁹ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro. 5, fls. 43 – 44v.

²⁰ A expressão “todallas casas da dita Rua Nova sam nossas” leva-nos a ter a certeza de que assim era. A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro. 4, 22 - 24.

²¹ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro. 3, 291v - 293.

²² Ver nota 18.

Fernamdez e sua molher sem seus herdeiros delles sem aa dita Lianor Gomçalvez pagar cousa alguuma da dita remda nem outra cousa per rezam das ditas casas”;²³ ou seja, só poderiam ficar com o sobrado de baixo após a morte de Leonor Gonçalves.

Sobre esta divisão das casas, pode-se ainda acrescentar alguns pormenores. Analisemos o caso do aforamento a Fernão Anes, alfaiate, e João Esteves, mercador: o documento refere que as casas eram pequenas e que não possuíam qualquer saída para as traseiras; mesmo assim, é-lhes imposta a condição de fazerem dois portais de igual tamanho, para que pudessem usufruir do mesmo “privilégio”, pois ainda não tinham sido feitos; e ainda que fizessem duas janelas nos sobrados “que vierem sobre o telhado da casa do dito Joham Martinz pera cada huum dellos aver vista sobre si”.²⁴ No documento, para além destes portais e janelas, faz-se referência à “sua sobreloja”, o que nos leva a interrogar como seria a sua disposição. Como se organizam no espaço? Será a sobreloja nas traseiras, uma espécie de cave ou de sótão? Penso que talvez se trate de um piso superior dentro da loja, mas nem sempre é transparente essa ideia na documentação, daí as minhas dúvidas. Mas não falo apenas de um espaço residencial, como se sabe.

É sabido que, na Baixa portuense, começavam a desabrochar uma série de negócios, maioritariamente negócios de mercadores. A Rua Nova não foi exceção. Temos o exemplo dos mercadores João de Aragão e João Carneiro, que aforaram umas boticas,²⁵ ou do mercador Fernand’Álvares Baldaia que, por não dispor de umas determinadas casas para aí poder ter uma loja de panos, emprazou em três pessoas um portal de umas casas que Maria Vaz, ama de D. Pedro – que presumimos ser o Infante – trazia aforadas. É interessante observar que o próprio mercador traz aforadas umas casas nesta mesma rua, mas vai aforar o portal de outrem. Isto também nos leva a colocar a questão de que podiam existir pessoas que, não sendo moradores, possuíssem ali casas aforadas, como forma de investimento podendo ser arrendadas ou ainda emprazadas para outro fim que não o de residência. Daí que, no início, tenha referido moradores e pessoas relacionadas de algum modo com a Rua. Será este o ponto de partida para entrar no próximo e último ponto de reflexão.

Entende-se como dado adquirido que esta Rua Formosa foi a rua dos mercadores e ourives por excelência. Era, provavelmente, desejo do monarca que ali se reunisse a elite burguesa da cidade. Sublinho a palavra *burguesa* porque era precisamente este poder que o monarca queria lá e não um outro que lhe pudesse fazer frente. Assim, esta elite, para além de dar à Rua o adjectivo de abastada, dava à zona ribeirinha um desenvolvimento que só voltaria a ter aquando do aparecimento do vinho do Porto. E, mesmo assim, seriam também os mercadores e os negócios que ali se tratavam que estariam na sua origem. Mas nem só de mercadores e ourives vivia aquela rua. Profissões e cargos como almoxarife, contador, tosador, alfaiate, carnicheiro, barbeiro, ferrador, marinheiro, tanoeiro, tabelião, picheleiro, sapateiro e carpinteiro, entre outras, aparecem-nos em aforamentos na Rua Nova. Não me é assim tão claro que apenas as elites se tenham estabelecido nesta rua. Não posso comparar, na hierarquia social, um almoxarife a um sapateiro ou um tabelião a um carpinteiro. Considero que, de todos os cargos e profissões que mencionei, dois seriam certamente de elite: almoxarife e tabelião; o alfaiate é possível que fosse; a um contador posso dar a margem de dúvida; mas um carnicheiro, um sapateiro ou um marinheiro não o são de forma alguma. Um carnicheiro, por exemplo, podia ter muito dinheiro e ter possibilidades de aforar uma casa na Rua Nova, mas considero bastante improvável ter um estabelecimento de trabalho, por ser pouco higiénico e com fraca aparência; até porque não nos podemos esquecer que a Câmara tinha linhas bem definidas a esse nível, ou seja, por questões de organização (inspecção de preços e de qualidade) e higiene era natural que os serviços se estabelecessem perto

²³ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro. 3, 291v - 293.

²⁴ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro 5, fls. 53v – 55v.

²⁵ Interessantíssimo é verificar que uma destas boticas foi apropriada para o rei através de uma sentença de 3 de Maio de 1457, a qual foi dada com o fundamento de se situar na Rua das Congostas, que seria toda do rei “sem a dita cidade nem outra alguuma pessoa aver em ella cousa alguuma”, salvo o mosteiro de S. Domingos, que aí tinha casa, e ainda de o terreno em que a botica fora edificada ter sido adquirido “pollos dinheiros da rua nova”, pertencendo também ao rei.

uns dos outros. Presumo que houvesse uma fachada a manter, se estivéssemos a falar de uma rua de elite. Portanto, parece-me estranho que, segundo as características com que a Rua Nova sempre foi identificada, estas e outras profissões e cargos socialmente distintos pudessem e quisessem partilhar os mesmos espaços. Poder-se-á aceitar que os cargos e algumas destas profissões surjam mencionados nos aforamentos por ali possuírem os seus negócios, como por exemplo, o contador ou até um barbeiro, quem sabe? Um ferrador também não me admirava, visto a proximidade da Rua Nova com a ferraria de S. Nicolau, embora não seja a actividade que imagináramos para esta Rua Formosa. Se tiver em conta as casas, a zona, os edifícios que lhe estão próximos, aceito o prestígio que lhe é atribuído. No entanto, penso não poder falar de uma rua de elite se tiver apenas presente os seus moradores. E mantenho em aberto as actividades que nela decorriam.

Pode-se levantar outro problema: seria esta rua residência fixa ou temporária? Ou seja, admitindo que algumas destas pessoas apenas seriam moradores na Rua Nova por estarem próximos dos seus negócios, o que aconteceria se os seus estabelecimentos fechassem ou mudassem de zona? Não consegui, até ao momento, responder a estas questões pois os dados são insuficientes: não possuo o tempo de duração de permanência nas casas nem sei se as pessoas já lá viviam antes de abrir o negócio ou se, depois de este fechar, continuaram a residir na rua Nova. Sabe-se de um caso – o de Nuno Rodrigues, “pichilleiro”, que possuía umas boticas em que “fez casas sobradadas junto do chafariz da Rua Nova”.²⁶ Ou seja, primeiro montou o seu negócio e só posteriormente se tornou residente.

O mesmo se passa com negócios que ali pudessem existir cujos profissionais não residissem na rua Nova, mas sim nas imediações, por exemplo. É possível que acontecesse ser dada a permissão para abrir um negócio num portal ou botica, mas a mesma não fosse dada no que respeita à habitação, por não serem “dignos” de lá morar (como acontece com os fidalgos, por exemplo, que não podiam permanecer mais de três dias numa casa da Rua Nova – caso conhecido do incêndio em casa de Leonor Vaz por causa da infracção dessa norma por parte de Rui Pereira, fidalgo). Ou seja, possuo casos em que é dado poder ao almoxarife para que se aforassem boticas para determinado negócio que, à partida, seria “aceitável” que existisse na zona. Mas isso não implica que o funcionário ou o mesteiral fosse autorizado a residir junto com as restantes elites. São meras problemáticas que me despertam curiosidade, mas para as quais até ao momento não encontro respostas seguras. O inverso também acontece: assim, é recusado a Fernand’Álvares Baldaia o aforamento de determinadas casas para ali abrir uma loja de panos; no entanto, é um dos homens mencionados como morador e foreiro, na documentação estudada. Era mercador, o que lhe permitia acesso quase directo para morar na Rua Nova, mas isso não foi suficiente para lhe concederem umas casas para a sua loja. Mais tarde, apenas lhe foi permitido aforar um portal de umas casas. A que se deve tal situação? Por que razão lhe foi recusado o pedido? Seria algo relacionado com as próprias casas ou outro aspecto que dissesse respeito ao negócio em si? Porque relativamente ao mercador e à sua pessoa penso que não haveria qualquer tipo de problema, visto terem-lhe sido aforadas umas casas para residência.

Resta-me abordar um último tema. Apesar de ser o derradeiro não se mostra como menos importante; antes pelo contrário, apresenta-se como fulcral neste trabalho: a tentativa de reconstruir as casas da Rua Nova tendo presentes os seus homens – não me refiro especificamente a moradores porque, como vimos, não foram só estes a dar vida à rua.

Em primeiro lugar, devo sublinhar que a tentativa de fazer ligações entre casas, através das confrontações, não é tarefa fácil. Encontrei muitos obstáculos no meu caminho e nem sempre tem sido possível contorná-los ou eliminá-los. Destaco, por exemplo, a homonímia, por ser talvez a mais gritante: é um problema quando tentamos interligar informação e temos tantos nomes iguais e tão poucos dados relevantes que

²⁶ No entanto, esta situação não parece encaixar no esquema interpretativo tradicional da Rua Nova. A.N.T.T., *Leitura Nova*, Além Douro, livro 5, fls. 84 – 85.

me façam compreender se se trata da mesma pessoa ou se será filho ou alguém cujo nome é simplesmente igual. Por vezes, o que me salva é a profissão ser diferente ou, no caso de ser a mesma, existirem dados iguais que me levem a acreditar nisso.

Acontece também que, em alguns casos, considera-se duas pessoas como distintas por o nome estar incompleto num dos documentos – verifiquei um caso em que era referido um tal António Fernandes num documento e, noutro, já aparecia como António Fernandes Cubas; numa primeira análise, assumi como duas pessoas diferentes mas, posteriormente com uma leitura mais atenta, apercebi-me de que se tratava da mesma, pois as confrontações com a vizinhança eram as mesmas.

Passando para uma outra dificuldade, falemos na cronologia. Muitas vezes tentei relacionar indivíduos com o intuito de ligar casas; numa primeira fase, pensei que seria pouco complicado. Os nomes repetiam-se nos diversos documentos e, portanto, se de um lado tínhamos a ligação com a casa de tal pessoa, para o outro só podiam ser as casas do outro nome mencionado. Mas nem sempre se verificou esta lógica que me parecia evidente...Isto porque, em certos casos, os residentes das casas adjacentes eram os mesmos mas a pessoa a quem se estava a aforar as casas não era a mesma; portanto, fico sem perceber se a sua permanência foi anterior ou posterior à outra. Ou surge o contrário, ou seja, o foreiro é o mesmo mas as confrontações são diferentes. Para os indivíduos contemporâneos dos documentos era bastante menos complicado compreender de que casas se tratavam e onde se localizariam através dos dados que eram fornecidos nos contratos, mas para nós, hoje em dia, a informação não se mostra tão clara.

Deparei-me com um outro problema que é a ambiguidade das palavras e dos dados. Tantas vezes as palavras ou expressões se apresentam de um modo tão vago que é quase impossível termos a certeza do verdadeiro significado delas. Um desses exemplos é precisamente nas confrontações de casas; isto é, apenas refere que “de uma parte” tem as casas de determinada pessoa e que de outra tem as casas de um outro indivíduo. Fico, portanto, sem dados que me remetam se seria para nascente ou poente, se traseiras ou se para a frente – ainda que para a frente não seja provável. Na maioria dos documentos transcritos, são especificadas as confrontações nas traseiras – normalmente são com eixidos ou, por exemplo, com as hortas de S. Domingos – e na parte da frente – quase sempre “rua pública”. De qualquer forma penso que a falta de informação que, aos nossos olhos, se mostra essencial, na altura provavelmente era excessiva.

Consegui, no entanto, fazer algumas ligações entre casas após árduas horas de trabalho da informação fornecida. Foi possível reconstituir 43 casas/boticas na Rua Nova, apresentando para cada uma delas os diversos moradores ao longo do período no qual nos centrámos. Estas ligações foram conseguidas devido a diversos motivos. Enumerarei apenas alguns para não me alongar em demasia:

- Conjunto de casas cujas traseiras estão viradas ou encostam ao muro de S. Domingos;

- Conjunto de casas cujas traseiras dão para os eixidos de um Fernand’Anes;

- Um outro conjunto em que as traseiras dariam para os eixidos de um João Luís “das Congostas”;

- Conjunto de casas que, através dos nomes dos “vizinhos”, me foi possível unir.

Fazer a ligação entre casas nem sempre implica que me seja possível localizá-las no espaço físico da Rua Nova. Exemplo disso são as casas cujas traseiras estão viradas ou encostam ao muro das hortas de S. Domingos, as quais posso colocar numa zona mais restrita da Rua, mas mesmo assim desconheço o local exacto, até porque não tenho conhecimento de quantas casas existiriam nessa parte da rua. Hoje desapareceram todas as casas que aí existiam, mas sabe-se através destes documentos e de uma célebre gravura antiga – que nos mostra aí uma casa – que era também uma zona preenchida por edifícios. Se nem com a referência do muro de S. Domingos eu posso afirmar com exactidão onde se encontrariam, mais complicada se torna a tentativa de identificar os outros conjuntos de casas que apenas relacionei por apresentarem a mesma informação quanto às traseiras.

Quanto às casas que uni através das confrontações laterais, ainda é mais difícil localizá-las no espaço. No entanto, por vezes, surgem indicações que são preciosas pois remetem para um micro-espaço, podendo já colocar determinadas casas nessa mesma zona. A título de exemplo, refiro-me a expressões tais como “ao chafariz da rua nova”, ou “casas que de huuma parte partem com a rua das congostas” ou ainda “de huuma parte contra a rua dos mercadores e da outra contra a ribeira”.

Debrucemo-nos agora sobre como funcionariam estes aforamentos e como uma determinada casa passava de uma pessoa para outra. E ainda como, por vezes, o mais evidente não é o que acaba por acontecer.

De um modo geral, o aforamento das casas dava-se através da herança dos familiares directos, aquando da morte do foreiro, na vertical. A não ser que o herdeiro fosse, como aconteceu em alguns casos, o cônjuge. Apesar de isso não ser referido em todos os documentos, presume-se que herdaria sempre o filho ou filha mais velha. Há casos em que se especifica a exigência do foro “andar sempre na linha masculina”. No caso de não haver descendentes ou ascendentes directos, as casas deveriam retornar às mãos da Coroa, para delas fazerem o que “de sua merçe for”.

Não é raro aparecerem documentos segundo os quais é apresentado um pedido, por parte de certos indivíduos, para que lhes fosse permitido vender o aforamento por se encontrarem com dificuldades económicas; a maioria dos suplicantes são mulheres viúvas que, por falta de dinheiro ou por endividamentos passados, não se sentem capazes de suportar tais despesas. É esse o interessante caso de Catarina Vaz, viúva de Fernão Fernandes, que “por quanto ella assi era viuva e molher de tall verdade e fraca e prove que esta somente se podia manter nem menos pagar o foro das ditas casas e assi estar muito endividada de dividas que lhe o dito seu marido levava quando desta vida partiu as quaaes era obrigada a pagar descarguo d’alma do dito seu marido e assi por ser por ellas demandado o que por os ditos inconvenientes a ella em forçado vemder o foro das ditas casas como loguo defeito vendia a Pedro Annes ourivez filho de Joham Afonso”²⁷.

Havia também quem, por estes motivos, simplesmente doasse a um dos filhos ou a alguém que tivesse realizado boas obras, para com essas pessoas ou nas próprias casas. Existem ainda casos em que o aforamento é deixado em testamento – pode ser a um familiar ou não.

É prática corrente serem colocadas condições nos contratos de aforamento. Presentes em todos os documentos, no caso de se pretender vender, são duas expressões que demonstravam um pouco da insegurança do monarca mas também do preconceito que existia em relação a outras culturas ou povos: “que as possa vemder [as casas] a tall pessoa que nam seja de moor comdiçam que...”; “comtando que nam seja clerigo nem frade nem homem nem molher de relligiam nem cavalleiro nem dona nem escudeiro nem mouro nem judeu”. Por vezes acrescenta-se ao escudeiro – “de linhagem”.²⁸

Por fim, analisarei um caso que, na minha opinião, é bastante interessante e nos ajuda a compreender as complicações relacionadas com o emaranhado de moradores numas mesmas casas. Aforamento a Inês Rodrigues, mulher de Afonso Fernandes sapateiro:

que per morte do dito seu pai fizeram partilha ella com seu irmaao menor per nome Bras Rodriguez e Marguaida Bras sua mai e que partiram todos tres as ditas casas em tres quinhoes e que a dita Marguaida Bras ouvera a terça parte das ditas casas com tanto que nos paguasse de foro trezentos e trinta e oito reais e ella e seu marido duzentos e trinta e o dito Bras Robriguez trezentos e setenta reais segundo mais largamente se continha em hum pruvico estormento que dello fizeram podia ora aver onze annos.²⁹

Ora, o que aqui pode-se verificar é que esta família repartiu a casa em três e, portanto, apenas pagava a parte que lhe pertencia. Ocupou a casa durante onze anos, o que não

²⁷ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro 1, fls 107 – 108.

²⁸ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro 3, fls. 42v – 43v.

²⁹ A.N.T.T., Leitura Nova, Além Douro, livro 5, fls. 58v – 59.

lhes era permitido – só lhe tinha sido concedido seis meses para vender ou trocar – e nem sequer elegeu um representante que pagasse o dito foro, como lhe tinha sido ordenado. Isto era motivo suficiente para que as ditas casas voltassem para as mãos do rei. Só quando foi praticamente obrigada a resolver-se é que Inês Rodrigues mostrou vontade perante o almoxarife de que pretendia ficar com o foro, pagando o preço total.

Desconheço o que terá acontecido aos restantes membros da família, se terão ficado na casa ou não; o interessante é conhecermos também, com a investigação que se desenvolveu, as mentalidades de uma época, como, por exemplo, de que forma é que resolviam determinados problemas; e não deixa de ser curioso constatar que desde cedo se tentou fugir ao cumprimento do estipulado, com o intuito de se poder pagar menos do que era imposto, principalmente em períodos de crise.

Em conclusão, gostaria de evidenciar que foi meu objectivo dar uma ideia do que tenho vindo a estudar, enumerando as dificuldades e interrogações com que constantemente me deparo e os problemas que advêm deste tipo de investigação e do período em que ela se insere. Sublinho que me tem dado um prazer enorme desenvolver esta temática e que, sempre que possível, tento compreender melhor este mundo medievo, tendo a Rua Nova como cenário.

Gostaria, por fim, que tivéssemos em conta a importância da Rua Nova, na medida em que se tornou um dos grandes suportes financeiros para que o burgo portuense passasse para a jurisdição real, deixando de fazer parte do grande senhorio episcopal; foi, sem dúvida, um espelho não só material como mental desta cidade do Porto; e, principalmente, chamar a atenção para a importância da análise dos contratos de aforamento para o estudo da história social.